



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Yasmin Lucita Rodrigues Miranda

**O Grupo de Intervenção Rápida (GIR): a gestão intramuros do
encarceramento em massa no Estado de São Paulo**

**São Carlos
2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Yasmin Lucita Rodrigues Miranda

**O Grupo de Intervenção Rápida (GIR): a gestão intramuros do
encarceramento em massa no Estado de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestra em sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (PPGS/UFSCar).

Banca examinadora: Profa. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias e Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez.

**São Carlos
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Yasmin Lucita Rodrigues Miranda, realizada em 26/07/2016:

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto
UFSCar

Profa. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias
UFABC

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Agradecimentos

É chegada a hora de agradecer a todos aqueles que estiveram ao meu lado durante esta trajetória e me ofereceram apoio de maneiras tão diferentes e importantes.

Agradeço ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC/INCT) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço a todos os colegas e profissionais do GEVAC – Carol Schlittler, Giane Silvestre, Henrique Macedo, David Marques, Márcio Bonesso, Juliana Tonche, Helton Damas, Joaquim Maloa, Francisco Vasconcelos, Bruno Joly, Jéssica Maia, Nathália Ferreira, André Sales, Jade Cavalli, Eduardo Rossler, Marina Pires, Geórgia Vieira – pela oportunidade de aprender e trabalhar com vocês, pelo companheirismo e pelas contribuições para esta pesquisa e para minha formação.

Agradeço à minha professora e orientadora Dra. Jacqueline Sinhoretto, por ter dividido comigo tantos momentos de aprendizado e de luta dentro e fora da universidade.

Agradeço à equipe de profissionais e docentes da Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Agradeço aos meus interlocutores de pesquisa por dividirem suas experiências comigo e me atenderem de forma atenciosa.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa – Dra. Camila Dias e Dr. Fábio Sanchez – pelas contribuições e por fazerem parte desta jornada.

Agradeço àqueles com quem eu pude compartilhar uma casa por toda minha estadia em São Carlos, mas principalmente com quem compartilhei um lar: Luiz Henrique Miguel, Ana Sabadin, Letícia Pavarina e Dayane Lucas; obrigada pela convivência cheia de amor, cumplicidade e comida, vocês são maravilhosos.

Agradeço aos amigos, tanto os de São Carlos como os de Sorocaba, que sempre estiveram comigo lado a lado: Amanda Martins, Letícia Fragalle,

Gríssia, Nega, Tarci, Gregs, Dom, Caiote, Ká, Gords – vocês amenizaram tantas dificuldades e me encorajaram em muitos momentos, obrigada de todo meu coração.

Agradeço à Giulianna Denari pela sua amizade, generosidade, cumplicidade e apoio intenso nestes dois anos de mestrado. Quero preservar da melhor forma tudo que conquistamos e somos juntas. Não tenho palavras para te agradecer!

Por fim, e com certeza mais importante, agradeço à Dona Márcia, minha mãe, ao Seu Jacob, meu pai, e ao Cauezinho, meu irmão. Obrigado pelo apoio financeiro, mesmo em tempos de vacas magras, e pelo suporte emocional. Agradeço por apoiarem todas as minhas escolhas e por me darem condições de lidar com as consequências de cada uma delas. Obrigado por nunca duvidarem da minha força e por me acolherem em todas as minhas fraquezas. Amo vocês.

Resumo

Considerando as transformações e características do cenário prisional paulista entre as décadas de 1990 e a primeira década dos anos 2000, marcado por especificidades – tais como o encarceramento em massa, o “*novo*” perfil dos presos, a atuação das chamadas *organizações criminosas* e a expansão do sistema carcerário pelo interior do estado - a pesquisa teve por interesse compreender as percepções dos atores sociais que circundam as atividades ligadas à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) sobre o contexto de elaboração e a dinâmica de funcionamento do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), formado por Agentes de Segurança Penitenciária (ASP), sob a responsabilidade da SAP. Segundo informações oficiais, o GIR tem como objetivo atuar na prevenção e intervenção de rebeliões e motins dentro das unidades prisionais paulistas, sua criação data de 2001. A nossa hipótese é de que o GIR foi elaborado visando combater as chamadas *organizações criminosas* no interior das prisões, sobretudo o Primeiro Comando da Capital (PCC), pois a ele foi atribuído o protagonismo das duas grandes rebeliões ocorridas no sistema prisional paulista, a primeira em 2001 e a segunda em 2006. Junto a isso, foi analisada a criação do cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP), também em 2001, o que configurou um aparente processo de desmilitarização das prisões. A pesquisa foi realizada por meio de métodos qualitativos, tendo como recursos: a entrevista qualitativa com atores sociais que circundam as atividades ligadas à SAP, a realização de levantamento documental em relação às leis, resoluções e projetos relativos à gestão prisional, bem como a revisão bibliográfica dos temas afins. A análise do material de pesquisa foi realizada de acordo com as orientações para uma análise do discurso de Michel Foucault, refletindo, sobretudo, sobre os procedimentos de exclusão que gerenciam e controlam os discursos e os sujeitos que os enunciam. Os principais achados desta pesquisa evidenciam a elaboração de arranjos políticos, judiciais e institucionais no interior da SAP que promoveram sua autonomização no âmbito da Segurança Pública do Estado de São Paulo, por meio da especialização de seus funcionários, sobretudo os ASP que integram o GIR e

os AEVP. A substituição da Polícia Militar (PM) por estes dois grupos não significou um processo de desmilitarização das prisões. Contudo, ficou evidente que tais arranjos, como o GIR, compõem um conjunto de medidas que auxiliam na gestão de uma massa carcerária que se multiplicou em um período curto e impôs desafios para sua administração. Ademais, estes arranjos dividem uma característica em comum que está presente não somente no modo de administração realizado pela SAP, mas em toda a área da Segurança Pública: a ausência de transparência dos dados e dos procedimentos.

Palavras-chave: Prisões, Punição, Controle social do crime, São Paulo, GIR – Grupo de Intervenção Rápida.

Abstract

Taking into account the transformations and characteristics of the prison scenario of the state of São Paulo, between the decades of 1990 and 2000, defined by specificities such as mass incarceration, the new inmates' profile, the operation of criminal organizations and the expansion of the prison system throughout the state, the research aimed at understanding the social actors' perceptions surrounding the activities related to the SAP of São Paulo under the context of the elaboration and working dynamic of the GIR, that is comprised by ASP under the responsibility of the SAP. According to official informations, GIR aims to act in the prevention and intervention of rebellions and mutinies within the São Paulo prisons, its creation dates 2001. Our hypothesis is that the GIR was developed to combat the so-called criminal gangs within the prisons, especially the First Command of the Capital (PCC), because it was assigned the role of the two major riots in São Paulo prison system, the first in 2001 and the second in 2006. Along with this, we analyzed the creation of the post of Convoy Agent and Penitentiary Surveillance (AEVP), also in 2001, which characterizes an apparent demilitarization of prisons. The research was composed by qualitative methods, with the features: qualitative interview with social actors that surround the activities related to SAP, the documental research concerning laws, resolutions and projects relating to prison management and the review literature of the issues that circumscribed our interest. The analysis of the research material was accomplished following the guidelines proposed by Michel Foucault concerning speech analysis, considering, mainly, the exclusion procedures that manage and control speeches and the subjects that enunciate them. The main findings of this research show the development of political, legal and institutional arrangements within the SAP that promoted their autonomy under the Public Security of the State of São Paulo, through the expertise of its employees, especially the ASP part of the GIR and the AEVP. The replacement of the Military Police (MP) for these two groups did not mean a demilitarization of the prison. However, it became evident that the arrangements, as GIR, comprise a set of measures to assist in the management of a prison mass multiplied in a short period and imposed challenges for its administration. Moreover, these arrangements share

a common characteristic that is present not only in the administration performed by SAP, but throughout the area of Public Security: the lack of transparency of the data and procedures.

Key words: Prisons, Punishment, Social control of crime, São Paulo, GIR - Rapid Intervention Group.

Lista de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Gráfico referente da população prisional brasileira em números absolutos. Brasil. 2005 a 2012. | 62 |
| Figura 2 - Gráfico da população prisional segundo gênero. Brasil. 2005 a 2012. | 63 |
| Figura 3 - Gráfico da população prisional segundo faixa etária. Brasil. 2005 a 2012. | 64 |
| Figura 4 - Gráfico da população prisional segundo cor/raça. Brasil. 2005 a 2012. | 64 |
| Figura 5 - Gráfico do percentual da população prisional segundo escolaridade. Brasil. 2005 a 2012. | 65 |
| Figura 6 - Tabela de percentual dos presos segundo tipo de crime. Brasil. 2008 a 2012. | 65 |
| Figura 7 - Taxa de encarceramento de brancos. UFs. 2007 e 2012. | 66 |
| Figura 8 - Percentual da população prisional segundo tipo de crime. UFs e Brasil. 2012. | 67 |
| Figura 9 - Gráfico da Razão de preso/vaga segundo UFs. Brasil. 2012..... | 72 |
| Figura 10 - Representação do GIR..... | 85 |

Lista de siglas e abreviaturas

AEVP – Agente de Escolta e Vigilância Penitenciário

ASP - Agente de Segurança Penitenciário

CIR – Célula de Intervenção Rápida

CDP – Centro de Detenção Provisória

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

GEVAC – Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração Conflitos

GIR – Grupo de Intervenção Rápida

PCC – Primeiro Comando da Capital

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

LEP – Lei de Execução Penal

RDD – Regime Disciplinar Diferenciado

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 18 |
| 2.1 SOBRE O “TÓPICO GUIA” E SUA ELABORAÇÃO | 19 |
| 2.2 SOBRE O PERFIL DOS ENTREVISTADOS | 21 |
| 2.3 O ACESSO AO CAMPO | 25 |
| 2.4 A RELAÇÃO COM OS INTERLOCUTORES | 29 |
| 2.5 O ANONIMATO DOS INTERLOCUTORES | 30 |
| 2.6 O DISCURSO COMO MATERIAL DE ANÁLISE | 32 |
| 2.7 ORIENTAÇÕES PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO..... | 37 |
| 3. UM DEBATE SOBRE O ENCARCERAMENTO EM MASSA: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES | 40 |
| 3.1 OS SINAIS DA MUDANÇA SEGUNDO DAVID GARLAND E O HIPERENCARCERAMENTO DE LOÏC WACQUANT | 41 |
| 3.2 OS CASOS BRASILEIRO E PAULISTA: COMO ENTENDER OS CONTEXTOS DO ENCARCERAMENTO..... | 48 |
| 3.3 PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA ENQUANTO MEDIDA DE PUNIÇÃO..... | 54 |
| 3.4 O SISTEMA CARCERÁRIO PAULISTA: DISPUTAS E ARRANJOS POLÍTICOS | 57 |
| 4. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DO CENÁRIO PRISIONAL PAULISTA | 61 |
| 4.1 O ENCARCERAMENTO EM MASSA E O PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL | 61 |
| 4.1.2. <i>Seletividade etária e racial e o protagonismo da PM</i> | 68 |
| 4.2 O QUE TEM DE “NOVO”? | 69 |
| 4.2.1 <i>A atuação das chamadas organizações criminosas</i> | 70 |
| 4.3 SOBRE A EXPANSÃO E A INTERIORIZAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO..... | 72 |
| 4.4 ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS INTRAMUROS: ARRANJOS POLÍTICOS, INSTITUCIONAIS E JUDICIAIS..... | 74 |
| 5. O GRUPO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA: UMA DESCRIÇÃO A PARTIR DOS ENUNCIADOS | 80 |

| | |
|--|------------|
| 5.1 APRESENTAÇÃO DO GIR: UMA DESCRIÇÃO INSTITUCIONAL | 82 |
| 5.2 DISCURSOS ACERCA DO GRUPO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA | 85 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| BIBLIOGRAFIA | 102 |
| APÊNDICE..... | 104 |

1. Introdução

Esta dissertação, *O Grupo de Intervenção Rápida (GIR): a gestão intramuros do encarceramento em massa no Estado de São Paulo*, apresenta os resultados da pesquisa que compreendeu o contexto de elaboração e a dinâmica de funcionamento do Grupo de Intervenção Rápida. Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas com interlocutores presentes em atividades vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), mas também a partir de documentos bibliográficos e institucionais. O GIR é um grupo de força especial formado por Agentes de Segurança Penitenciário (ASP) para atuar na prevenção e intervenção de rebeliões ou motins, auxiliando os demais agentes nas revistas dos presos e dos presídios. Tal grupo foi fundado pelo diretor do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, Márcio Coutinho, no ano de 2001.

Neste ano foi criado, também pela SAP, o cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP)¹. A eles foram atribuídas duas funções das quais a Polícia Militar (PM) era responsável: 1) a segurança nas guaritas e muralhas das prisões; e 2) a escolta e custódia dos presos em movimentação no exterior das cadeias. Tanto a criação do GIR como a criação do cargo de AEVP fizeram com que o trabalho outrora realizado pela PM fosse realizado por funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária, configurando um aparente processo de desmilitarização das prisões.

A criação do GIR e do AEVP tiveram como objetivo melhorar a eficiência do combate às chamadas “organizações criminosas” – cujo maior expoente é o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsabilizado pela articulação das duas megarebeliões ocorridas em 2001 e em 2006. Contudo, nossa hipótese de pesquisa é de que o processo de desmilitarização das unidades prisionais – com a retirada, a partir de 2001, dos policiais militares do interior das prisões e substituídos por profissionais do GIR no cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – aconteceu de forma aparente.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do contexto do cenário prisional paulista entre os anos de 1990 a 2010, cujos relatos de transformações constam na

¹ SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 898, de 13 jul. 2001. Institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e dá providências correlatas. Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. Disponível em: < http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/drho/leis/aevp/aevp_898_01.pdf >. Acesso em: 17 jan. 2014.

bibliografia utilizada e em dados institucionais. Junto aos demais pesquisadores do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), refletimos sobre a administração dos modos de prevenção e combate ao chamado *crime organizado*² para perceber como estes discursos e práticas institucionais instauraram novas dinâmicas no *mundo do crime*³.

As características do cenário prisional paulista utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa correspondem aos fenômenos do encarceramento em massa, ao “novo”⁴ perfil dos presos, à atuação das chamadas *organizações criminosas* e a interiorização das unidades prisionais. Embora presentes em todo o país, algumas dessas características possuem especificidades do sistema prisional paulista, seja pela sua magnitude ou particularidade, como os efeitos da existência de *organizações criminosas* – sobretudo o PCC.

Em 2014 o Brasil possuía a terceira maior população carcerária do mundo⁵, com 715.655 presos, ficando atrás da China que ocupa o segundo lugar com 1.701.344 de presos e dos Estados Unidos que ocupa o primeiro lugar com 2.228.424 de presos. Subtraindo o número de presos em cumprimento de prisão domiciliar, a população carcerária de São Paulo resultou em 204.946 pessoas e ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos estados brasileiros, seguido por Minas Gerais com 57.498 presos. Embora o crescimento da população carcerária seja uma realidade em todos estados, o número de presos em São Paulo segue superior aos demais. Outra característica predominante da população carcerária do Brasil e de São Paulo, é que a maioria possui baixa escolaridade, são homens, negros, acusados de crime patrimoniais ou por tráfico de substâncias ilegais.

² Há certa dificuldade em precisar o que é chamado de *crime organizado*, *organizações criminosas*, *partido* ou *comando* pelos interlocutores. Neste texto, quem nomeia estes grupos não somos nós, mas outro alguém, seja a Mídia, os agentes estatais, uma determinada bibliografia ou os próprios membros das *facções*, por isso utilizamos itálico.

³ Para saber mais ver: TELLES (2010), FELTRAN (2011), BIONDI (2010), MARQUES (2010), HIRATA (2010) e DIAS (2011).

⁴ A ideia de um “novo” perfil dos presos aparece entre aspas pela necessidade de problematizá-lo. Tal ideia aparece em uma das falas do fundador do GIR como justificativa para sua criação. No entanto, quando analisamos os dados sobre o perfil da população encarcerada no Brasil, percebemos o mesmo perfil: jovens, negros e de baixa escolaridade, ainda que estejam tornando-se cada vez mais jovem. Como veremos adiante, a ideia de um “novo” perfil aparece muito mais vinculada ao comportamento dos presos do que às suas idades.

⁵ BRASIL passa a Rússia e tem a terceira maior população carcerária do mundo. *Folha de São Paulo*. Brasília, 05 jun. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1465527-brasil-passa-a-russia-e-tem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>. Acesso: 10 mar. 2015

Sobre as características específicas do cenário prisional paulista, podemos apontar a atuação das chamadas *organizações criminosas*, principalmente na emergência e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC). Desde então foram evidenciadas as capacidades de organização nas ações criminosas dentro e fora dos muros das cadeias a partir das duas megarrebeliões, a primeira no ano de 2001 e a segunda em 2006.

A primeira megarrebelião ocorreu em fevereiro de 2001 e 29 unidades prisionais encontraram-se rebeladas. A segunda megarrebelião mais que duplicou o alcance da primeira, com 71 das 116 unidades prisionais rebeladas, com ataques contra prédios de instituições de segurança – como delegacias, quartéis de bombeiros e fóruns, extrapolando, assim, os muros da prisão. Com isso, não foi possível que a população acreditasse que as chamadas *organizações criminosas* estivessem sob o controle das instituições de segurança pública. Sua magnitude se tornou evidente no ano de 2006 (ADORNO; SALLA, 2007), marco do clímax da “crise da segurança pública” em São Paulo.

Destacamos, junto às megarrebeliões, outro caso que marcou a história das prisões no estado de São Paulo e do Brasil, como o do Massacre do Carandiru, ocorrido no dia 2 de Outubro de 1992, cuja operação da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) era para conter uma rebelião e resultou na morte de 111 presos.

Estas grandes ocorrências, segundo Fernando Salla (2007), fazem com que a agenda política se alterne entre políticas mais ou menos democráticas de acordo com os governadores de cada época. No entanto, o que temos visto nos últimos anos, principalmente após o Massacre do Carandiru, é um endurecimento do sistema penal no estado de São Paulo, deixando de lado as tentativas de políticas orientadas pelo processo de redemocratização presentes no sistema prisional paulista em meados dos anos 1980. O histórico destas ocorrências e a maneira como os agentes estatais responsáveis administraram tais situações, no âmbito da justiça penal, nos interessa porque nos auxiliam a compreender as transformações ocorridas nos últimos 20 anos.

É no interior deste contexto de segurança pública que o GIR surge e, segundo o idealizador e ex-diretor do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, Márcio Coutinho, isso aconteceu “... *pela necessidade de acompanhar o perfil dos presos*”, porque “*com a diminuição da faixa etária dos custodiados e a organização de*

facções criminosas dentro das unidades prisionais” os detentos estariam mais audaciosos e problemáticos, ainda segundo Coutinho. Desta forma fomos guiadas pela curiosidade sobre o papel do GIR na gestão do encarceramento em massa no estado de São Paulo, visando compreender o contexto de sua elaboração e sua dinâmica de funcionamento a partir de entrevistas com profissionais que circundam as atividades vinculadas à SAP.

Os aspectos que caracterizam a necessidade da criação do GIR estão em consonância com a bibliografias que apresentaram as transformações no sistema prisional paulista como as de: BIONDI, 2010; DIAS, 2011; SILVESTRE, 2012; SINHORETTO *et. al.*, 2013; e MELO, 2014. Consideramos o GIR nosso objeto de estudo, porque ele nos auxiliou na compreensão de como os próprios agentes estatais lidaram com tais transformações nas dinâmicas cotidianas dentro das unidades prisionais e junto às suas responsabilidades de gestão do sistema carcerário.

Essa compreensão é um dos eixos de investigação do grupo de estudos da qual a pesquisadora fez parte. Vale mencionar que o GEVAC estava desenvolvendo pesquisas com o objetivo de compreender de que maneiras as instituições estavam exercendo controle social e estatal do crime diante da reorganização do *mundo do crime*. Tal objetivo vincula-se a uma pesquisa coletiva intitulada *Controle social estatal em face da organização do mundo do crime no interior paulista*, iniciada em 2012 e que continua até o presente momento. Esta é guiada pela hipótese de que a nova organização do *mundo do crime* engendra conflitos de dimensões macrossociais, relativos à disputa entre lógicas e moralidades diferentes para a administração de conflitos, instituindo novas formas, normas e procedimentos de gestão de disputas, as quais adquiriam alta eficácia dentro e fora desse *mundo do crime* (SINHORETTO *et al*, 2012).

O objetivo geral da pesquisa foi compreender como os atores sociais ligados à Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo realizaram a gestão do encarceramento em massa, tendo em vista a presença e as ações das *chamadas organizações criminosas*, a interiorização das unidades prisionais paulistas, o encarceramento em massa e o *novo* perfil dos presos.

Nossos objetivos específicos foram: 1) descrever o contexto de elaboração do GIR; 2) compreender de que maneira a existência da *nova dinâmica do mundo do crime* é percebida pelos agentes ligados à SAP e como ela impacta nas dinâmicas

de administração de conflitos no interior das prisões; 3) conhecer as principais vantagens, desvantagens, diferenças e semelhanças das ações dos membros do GIR nas ações de prevenção e combate às rebeliões e motins em relação às ações que anteriormente eram atribuídas à Polícia Militar do Estado de São Paulo; 4) compreender o papel do cargo de AEVP nas muralhas e nas atividades de escolta; e, por fim, 5) analisar o modo como a administração de conflitos intramuros se realizou.

No próximo capítulo, intitulado *Procedimentos metodológicos*, apresentamos nossas escolhas metodológicas, os instrumentos de construção e análise dos dados, as dificuldades encontradas em campo e as estratégias utilizadas para contorná-las. Adotamos uma perspectiva qualitativa da análise do discurso, proposta por Michel Foucault (2012), a partir das entrevistas realizadas. Ainda neste capítulo, realizamos uma breve discussão sobre a privacidade dos informantes de pesquisa em determinadas esferas, principalmente a estatal, e nossas análises do material gerado levaram em consideração tais preocupações.

No capítulo 3, *Um debate sobre o encarceramento em massa: conceitos, características e transformações*, apresentamos uma discussão a respeito do conceito de encarceramento em massa, destacando suas características a partir da perspectiva de autores distintos: David Garland (2008) e Lóïc Wacquant (2008). Tal discussão permitiu uma melhor compreensão do cenário prisional brasileiro e paulista. Além disso, percebemos uma série de mudanças no paradigma da punição que incluem aspectos econômicos, políticos e culturais de magnitudes diversas e tendências mundiais. Com isso realizamos também uma discussão do cenário brasileiro e paulista frente às questões econômicas, políticas e culturais que lhes são próprios para tecermos reflexões sobre nosso sistema judicial penal.

No capítulo 4, *Características e especificidades do cenário prisional paulista*, destacamos as principais características do cenário prisional do estado para a compreensão da dinâmica prisional na qual o GIR se insere, que são: o encarceramento em massa, o “novo” perfil dos presos, a atuação das chamadas *organizações criminosas* e a expansão e interiorização do sistema prisional paulista. Destacamos também os arranjos políticos, institucionais e judiciais que surgiram com o objetivo de administrar os conflitos intramuros.

No capítulo 5, *O Grupo de Intervenção Rápida: uma descrição a partir dos enunciados*, apresentamos uma análise dos discursos institucionais presentes nos

materiais recolhidos por meio de entrevistas e mídias on-line sobre o GIR e o cenário prisional paulista.

Nas *Considerações finais*, sintetizamos as evidências demonstradas durante esta dissertação a respeito do contexto de elaboração do GIR, sua dinâmica de funcionamento e as interpretações dos interlocutores que participaram desta pesquisa.

2. Procedimentos metodológicos

Relataremos neste capítulo os procedimentos metodológicos desta pesquisa, abordando a maneira como obtivemos e construímos nossos dados, bem como a análise dos mesmos.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, portanto nos valem de ferramentas como conversas informais, entrevistas, consultas de documentos oficiais, materiais de imprensa e bibliografia dos temas trazidos pela própria trajetória da pesquisa. Para as entrevistas, optamos pela modalidade semiestruturada, seguindo um roteiro de entrevista baseado na ideia de “tópico guia” de George Gaskell (2013), melhor explicado no próximo tópico.

As conversas que chamamos de informais foram aquelas em que não foi possível realizar a entrevista completa de acordo com o roteiro do “tópico guia”, mas que foram pautadas pelos temas presentes nele, de acordo com a possibilidade e particularidade de cada interlocutor. Para as conversas informais, os registros foram feitos no caderno de campo. Esta foi uma ferramenta muito utilizada pelos pesquisadores da área de ciências sociais, no qual o pesquisador pode fazer o registro das informações obtidas em conversas, reflexões gerais após o fenômeno observado, o planejamento de ações futuras, listas de tarefas para o bom andamento da pesquisa e etc.

Chamamos de interlocutores tanto aqueles que conseguimos entrevistar como aqueles cujas conversas foram informais, totalizando 12 interlocutores. Dentre eles, houveram atores sociais vinculados institucionalmente à Secretaria de Administração Penitenciária (Agente de Segurança Penitenciária, membros ou não do GIR, comandante do GIR e Assistente Social) e atores sociais que tem seus trabalhos ou suas vidas atreladas ao universo prisional de São Paulo (egresso prisional, Defensores Públicos do Estado de São Paulo e agentes da Pastoral Carcerária).

As consultas aos documentos oficiais e materiais de imprensa aconteceram on-line, *a priori*, e sem estabelecermos quais documentos gostaríamos de achar porque não sabíamos quais existiam ou estavam disponíveis. Primeiramente buscamos notícias e textos sobre o Grupo de Intervenção Rápida e, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, fomos aprofundando a busca em decorrência dos achados iniciais.

A maior parte do material jornalístico sobre o Grupo de Intervenção Rápida que estava disponível on-line trazia informações replicadas, em que geralmente apresentavam as mesmas informações superficiais sobre o GIR e relatavam o envolvimento dele em alguma ocorrência. Mesmo no site da SAP não existe uma página que explique ou caracterize o GIR. Encontramos nas notícias dados espalhados de ações feitas pelo grupo, cursos promovidos por eles ou sobre a inauguração de alguma base operacional, por exemplo. Ou seja, não existe um texto de apresentação do GIR de caráter institucional e oficial ao qual a sociedade civil possa ter acesso.

O diálogo com a bibliografia foi realizado desde a elaboração do projeto de pesquisa e nos auxiliou a situarmos nosso objeto no contexto mais geral do cenário prisional, dando destaque para o paulista. As leituras foram realizadas até a conclusão deste trabalho para nos ajudar a compreender tanto as questões iniciais como as que surgiram no decorrer da pesquisa.

2.1 Sobre o “tópico guia” e sua elaboração

Segundo Gaskell (2013), a construção de dados realizada por meio de entrevistas qualitativa é amplamente utilizada nas ciências sociais empíricas. O autor considera que ela é o ponto de partida para o cientista social compreender e mapear o mundo dos respondentes, mundo este a partir do qual o cientista social empreenderia a tarefa de construir esquemas interpretativos que pudessem auxiliar na compreensão das narrativas dos atores de modo conceitual e abstrato.

Os usos das entrevistas qualitativas, segundo o autor, diferem: ela pode ter um fim em si, pois ela é fonte de uma “descrição detalhada” de um meio social específico; ou pode auxiliar na construção de um referencial para a realização de outras formas de obter os dados. Essa última foi o que aconteceu no decorrer do trabalho de campo, pois nossos interlocutores nos auxiliaram a levantar informações relevantes sobre o GIR, nos incentivaram a verificar outros acontecimentos e indicaram outras pessoas ou outros recursos que poderiam nos auxiliar na investigação dos temas que compuseram nosso “tópico guia”.

Para garantir o bom andamento das entrevistas, elaboramos o que Gaskell chamou de “tópico guia”,

Ele não é uma série extensa de perguntas específicas, mas ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos. Ele funciona como

um lembrete para o entrevistador, como um salvaguarda quando der um “branco” no meio de uma entrevista, um sinal de que há uma agenda a ser seguida, e (se um número de minutos é fixado a cada parágrafo) um meio de monitorar o andamento do tempo da entrevista. Um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco. (GASKELL, 2013, p. 66-67)

A elaboração do nosso “tópico guia” foi feita a partir da reflexão do objetivo geral e dos objetivos específicos da pesquisa resultando em três blocos temáticos que denominamos: 1) Quebrando o Gelo, com perguntas como “quando se tornou um AP ou AEVP e o que levou a buscar esta profissão?”; 2) Sobre o GIR, em que exploramos as próprias interpretações dos entrevistados sobre sua importância ou serventia; e 3) Sobre os Acontecimentos, cujo foco recuperava as falas dos interlocutores, mas mantinha o interesse em compreender de que maneira a dinâmica e o funcionamento do GIR auxilia a administração penitenciária a solucionar os problemas intramuros. Todas as perguntas elaboradas constam no Apêndice deste trabalho.

Para cada bloco temático foi feito o exercício de pensarmos perguntas possíveis mesmo que posteriormente nem todas fossem utilizadas. Isso acabou servindo para que conseguíssemos imaginar e registrar quais eram nossos interesses e como fracioná-los, a fim de que as respostas não fossem tão gerais e amplas a ponto de sentirmos ao final de cada interlocução que nada foi respondido.

Assim, objetivamos conhecer a entrada dos atores sociais na instituição (no caso dos funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária) e suas primeiras percepções do funcionamento do sistema penitenciário, assim como a maneira em que o GIR se tornou conhecido por cada um deles.

A partir disso, passávamos às questões centrais, perguntando a respeito do GIR, do seu trabalho e das diferenças percebidas na atuação dos agentes do GIR em relação à atuação da PM. Para pensarmos o aparente processo de desmilitarização das prisões, incluímos perguntas referentes à substituição dos policiais militares a partir da criação do cargo de AEVP nas guaritas e muralhas. Foram incluídas questões sobre o relacionamento entre os membros do GIR e os ASP que não faziam parte dele, dando seguimento às questões a respeito das condutas cotidianas e dos momentos de conflito.

De acordo com as narrativas fomos sanando as dúvidas em relação a alguns pontos já discutidos e buscamos entender de que maneira o Grupo de Intervenção

Rápida contribui para a administração de conflitos no interior das prisões.

Evitamos falar das chamadas *organizações criminosas*, *facções* e *comando* desde o início das entrevistas para verificarmos se este tema aparecia de forma espontânea nas falas dos interlocutores. Com isso, nossa intenção foi verificar a necessidade de se acionar estes atores sociais para se explicar a dinâmica do GIR, tendo em vista a suposição de que a elaboração e a dinâmica de seu funcionamento tenham como alvo principal as chamadas *organizações criminosas*.

Por possuir este caráter mais temático, o “tópico guia” possibilita a flexibilidade das perguntas a depender dos interlocutores. O perfil dos nossos interlocutores é diverso, embora inicialmente tivéssemos pretendido entrevistar um perfil mais específico: Agentes de Segurança Penitenciária que fossem membro do Grupo de Intervenção Rápida. Contudo, a restrição a este perfil foi descartada, pois, apesar de nos interessarmos pelas suas percepções e o papel que desempenham diante do contexto do sistema prisional paulista, as narrativas dos demais interlocutores nos possibilitaram uma reflexão abrangente da dinâmica e do funcionamento do GIR, com saberes e pontos de vistas distintos, enriquecendo o material elaborado por meio das entrevistas.

2.2 Sobre o perfil dos entrevistados

Conforme o exposto, o perfil dos interlocutores foi diverso a fim de termos em mãos um material mais abrangente, com pontos de vistas diferentes sobre a dinâmica e o funcionamento do GIR, no interior da estrutura da SAP. Ainda assim, conforme comentávamos com outros pesquisadores sobre esta pesquisa, nos indicaram outros atores sociais que nos auxiliaram em seu desenvolvimento. Decorreram dessas indicações o contato com atores sociais de outras instituições que não a Secretaria de Administração Penitenciária, mais precisamente, membros da Pastoral Carcerária e defensores públicos da Defensoria do Estado de São Paulo. As interlocuções foram realizadas de diferentes formas, algumas pelo telefone, algumas por videochamada e outras presencialmente.

Parte das entrevistas com os ASP foram realizadas em suas residências. Longe do local de trabalho e da presença dos demais colegas, eles ficaram à vontade para conversarem sobre suas experiências e rotinas de trabalho, como também sentiram maior segurança para tecer críticas à gestão das prisões, expondo as dificuldades e a má vontade de solucionar os problemas por parte da gestão e

dos demais colegas. Apontaram, também, uma competitividade entre os cargos, marcada pela maior ou menor proximidade com os presos e expressaram as dificuldades de retratarem a realidade de seus cotidianos, afirmando que “só estando lá”, no dia a dia, para realmente saber.

Isso, contudo, não os impediu de compartilharem seus relatos, afirmando que possuem poucas oportunidades de contarem suas experiências e, quando o fazem, não são ouvidos, expressando, por exemplo, as divergências com os sindicatos que os representam, a insatisfação com o governo, os interesses eleitorais como principal fator das políticas dentro do universo prisional e suas insatisfações com a falta de reconhecimento da profissão por parte da sociedade.

O contato com os ASP que participaram da pesquisa foi realizado por meio de uma rede de contato pessoal, e apesar de todos apresentarem uma grande necessidade de falar, todos pediram para que suas identidades fossem preservadas. Quando perguntávamos se eles poderiam nos indicar mais alguém para entrarmos em contato, era sempre necessário que eles verificassem anteriormente com os colegas se poderiam fazer isso. Sabemos que isso pode parecer óbvio, que alguém queira pedir autorização ao colega para indicá-lo para participar de uma pesquisa, mas sabemos também que, a depender do tema da pesquisa, esta preocupação pode não unânime entre os interlocutores, sendo imediata a indicação de algum colega.

Os demais interlocutores que contribuíram para a elaboração do material de pesquisa também foram acionados por meio de uma rede de contato, mas há diferenças em suas participações em relação aos ASP, não em termos de disponibilidade, mas de suas falas serem autorizadas (Foucault, 2012). Com isso, queremos dizer que não houve preocupação referente à exposição de suas identidades.

Nos diálogos com os funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária ficou evidente que, mesmo eles tendo optado por contribuírem com a pesquisa, eles precisaram de autorização para exporem suas opiniões. Não pudemos verificar se isso ocorreu de forma direta ou indireta, embora soubessem que os pesquisadores precisam ter autorização do Comitê de Ética da SAP – conforme veremos adiante – para realizarem suas pesquisas sobre a SAP ou suas atividades, e alguns deles nos interrogaram sobre isso. Ou seja, aparentemente recebem alguma orientação a respeito disso, ou podem apenas sentirem-se

invadidos devido às críticas direcionadas ao sistema prisional e aos seus funcionários por parte dos pesquisadores; a questão é que não dá para saber precisamente como essa orientação chega aos funcionários.

Sendo assim, a questão se coloca de duas formas: se somos nós, os pesquisadores que precisamos de autorização para desenvolver nossas pesquisas ou se são os funcionários que precisam de autorização para falar com os pesquisadores. Em conversa com um interlocutor a respeito da autorização do superior para a concessão de entrevistas por parte dos funcionários, ele afirmou que não entende muito bem o motivo dos funcionários terem que pedir autorização para exporem suas opiniões. Ele acredita que a SAP tenha medo do que será exposto, já que ela não teria controle sobre as opiniões que contrariassem seu discurso ou evidenciassem suas falhas. Tendo a SAP uma Assessoria de Imprensa, ele acredita que a SAP queira que apenas ela fale em nome da instituição ou sobre os acontecimentos de sua responsabilidade.

Houve um momento em que um Comandante do GIR comentou sobre a falta de divulgação do trabalho do grupo, afirmando que o trabalho que o GIR desempenha para assegurar a segurança da sociedade deveria ser divulgado e conhecido pelas pessoas. Comunicamos, então, a nossa dificuldade em achar informações mais sistematizadas a respeito do GIR e ele se ofereceu para contribuir com a apresentação de dados mais gerais, como informações sobre as Bases Operacionais e o número de operacionais de cada uma delas, mas nos alertou que, para nos informar estes dados, teríamos que submeter o resumo do projeto para que fosse encaminhado ao seu superior pedindo autorização para nos auxiliar com a pesquisa.

O resumo foi enviado e nunca obtivemos uma resposta, mesmo depois de termos ligados para confirmar o recebimento do e-mail. Na ocasião, ele disse que não tinha recebido nenhum e-mail e, apesar do reenvio, seguiu afirmando não tê-lo recebido e o contato foi se perdendo. O que nos pareceu foi que ele estava nos evitando e, para além destas esquivas, outra afirmação que nos chamou a atenção. Quando informamos a ele que gostaríamos de estudar o GIR, ele já anunciou que teríamos dificuldade, pois ele mesmo, quando realizou sua especialização, desejou fazer uma discussão sobre o GIR como tema de seu trabalho e, mesmo na condição de Comandante, não teve autorização, evidenciando a necessidade de controle sobre os pesquisadores. Neste caso, por exemplo, não era um problema de acesso

ao campo ou de garantia da segurança do pesquisador, mas um controle do próprio conteúdo da pesquisa e seus resultados. Parece que retornamos à questão de quem é autorizado a falar e sobre o que se pode falar no interior desta instituição: se o próprio comandante do GIR não é autorizado a falar sobre o grupo quem seria?

Com isso, passamos a perceber que o GIR não era bem aceito como objeto de pesquisa e observação. Ainda em uma terceira situação, em conversa com uma Assistente Social de um CDP, ao perguntarmos como o trabalho do GIR afetava sua rotina de trabalho, ela nos informou que nada mudava e que nos dias em que o GIR entrava na unidade ela não trabalhava. Também nos contou que uma vez pediu ao diretor da unidade para assistir uma intervenção do GIR e teve seu pedido negado. Estes casos nos mostram que não estão todos os atores do cotidiano da unidade prisional autorizados a falar sobre ou observar as atividades do GIR.

A despeito da realização do pedido de autorização do Comitê de Ética da SAP para realizarmos nossa pesquisa, nós conseguimos conversar com alguns funcionários da instituição, ainda com ressalvas e de forma comedida. Estas interlocuções foram suficientes para evidenciar as dificuldades de acesso e de sistematização das informações acerca do GIR, assim como nos mostraram a falta de transparência acerca de suas atividades.

Em relação aos demais atores sociais, a necessidade de fala também estava presente, não mais pela necessidade da sociedade reconhecer o GIR como um mecanismo que assegura a segurança das pessoas, e sim como um mecanismo de tortura no interior das prisões que deve ser fiscalizado e punido, trazendo à tona o debate acerca dos Direitos Humanos e da construção de um Estado Democrático de Direito tão atrelado ao tema da Segurança Pública no Brasil, desde o período de redemocratização.

Estando estes interlocutores localizados em outras instituições, seus discursos, além de permitidos, vão na contramão das afirmações feitas pelos ASP que costumam caracterizar o trabalho do GIR como essencial para a segurança de presos e funcionários na relação intramuros e do portão da penitenciária para fora. São estas divergências discursivas acerca do GIR que analisamos no presente estudo.

2.3 O acesso ao campo

Há diferentes pesquisas realizadas sobre as dinâmicas que circundam a existência da prisão e o acesso a elas, sendo distintas as condições de realização de cada pesquisa. Por isso, refletimos a maneira como realizamos a nossa pesquisa e o acesso que tivemos ao campo. Diferente do que se pode esperar, a pesquisa não foi realizada no espaço físico da prisão. A realização de pesquisas no interior das prisões, atualmente, requer uma série de procedimentos burocráticos, como o pedido de autorização para o Comitê de Ética da SAP, que optamos por não realizar.

Vale ressaltar que embora o projeto de pesquisa do presente estudo não tenha sido submetido ao Comitê de Ética da SAP, ele não deixou de ser discutido por profissionais da área das ciências sociais. Primeiramente, foi submetido ao próprio programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar de São Carlos, assim como foi discutido em uma das disciplinas da grade curricular do mestrado, chamada Seminário de Dissertação, a qual o projeto de pesquisa foi discutido por todos os discentes matriculados sob a coordenação de dois docentes. Foi também permanentemente discutido nas reuniões do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), sendo submetido à discussão coletiva em âmbitos teóricos, práticos e metodológicos. Os motivos da escolha por não submeter esta pesquisa do Comitê de Ética da SAP foi o tempo de realização de uma pesquisa de mestrado e o controle destinado aos pesquisadores dentro da instituição prisional e dos temas de pesquisa propostos na área prisional.

Para esta reflexão destacamos alguns trabalhos realizados nos últimos anos como a tese de Camila Dias (2011), a dissertação de Felipe Melo (2012) e a dissertação de Giane Silvestre (2012).

Dias (2011) realizou sua pesquisa no interior de unidades prisionais, tendo acesso e autorização da SAP para a permanência em algumas no decorrer de sua pesquisa. Sob condições específicas, sua pesquisa explorou a expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital nas unidades prisionais de São Paulo. A autora conta que enfrentou uma série de limitações, algumas delas justificadas pela questão da sua segurança, da segurança da prisão de forma geral, da disponibilidade de funcionários para acompanhá-la e a alteração do cotidiano prisional. Dias não desconsiderou a importância destas justificativas, mas relata que, a depender da diretoria da unidade prisional, estas questões se tornavam mais

fáceis de se resolver do que em outras unidades, revelando certa autonomia dos diretores das unidades prisionais – como vimos também em relação ao uso do GIR para a administração do cotidiano prisional. Ela afirma que “estudar o universo prisional é compreender, em primeiro lugar, que não haverá acesso a tudo e a todos, e nem o controle absoluto da sua pesquisa em termo de tempo de duração do trabalho e dos procedimentos de pesquisa adotados” (DIAS, 2011, p. 32).

Felipe Melo (2014), em sua dissertação de mestrado, realizou uma pesquisa etnográfica na condição de funcionário (gerente regional) de uma das instituições presentes nas unidades prisionais paulistas e vinculada à SAP. As tensões e dilemas apresentados por ele na relação com o campo foram fruto desta posição ambígua da sua presença como pesquisador e gestor. Sobre esta situação, Melo aponta alguns dos constrangimentos de caráter institucional enfrentados para o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro deles diz respeito ao pedido de autorização para a realização da mesma. Sendo funcionário da Funap⁶, Melo tinha acesso aos dados que eram sigilosos e ocupava, desta forma, uma posição privilegiada para a realização de sua pesquisa. No entanto, se ele estivesse lá apenas na condição de pesquisador, muito provavelmente o acesso aos dados sigilosos seria feito de forma controlada ou até mesmo a teriam negado.

Para evitar eventuais problemas decorrentes disso, o autor informou a Diretoria Executiva da Funap, em 2010, a respeito da realização da pesquisa, seus objetivos e sua metodologia, com a intenção de que seu interesse fosse encaminhado à SAP para as devidas providências. Melo relata que apenas em 2012 foi contatado por uma representante da SAP para saber se ele já tinha concluído a pesquisa ou ainda havia interesse em oficializá-la, tendo ele dito que estava em fase de conclusão a representante lhe informou “não haver mais tempo hábil para dar prosseguimento aos trâmites” (MELO, 2012, p. 25).

Outro constrangimento enfrentado pelo autor, e que se refere igualmente a este caráter ambíguo do papel de gestor/funcionário ocupado por ele, foi sua relação com os demais colegas de trabalho. Melo comenta que muitas vezes era interrogado por seus colegas a respeito de suas demandas e se essas diziam respeito apenas às questões administrativas ou eram de interesse de sua pesquisa. Para lidar com a situação, o autor deixava evidente quando se tratava de uma coisa, ou de outra, e deixava as pessoas à vontade para decidirem se queriam ou não contribuir.

⁶ Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”.

Ainda assim, não deixou de ser interrogado sobre a autorização concedida pela SAP para a realização de sua pesquisa. Em relação a isso, Melo conta que em janeiro de 2011, a SAP oficializou a criação do Comitê de Ética em Pesquisa. A regra geral a partir de então foi de que toda pesquisa a ser realizada no âmbito do sistema prisional paulista deverá ser analisada por tal comitê, o qual nós deveríamos ter submetido nosso projeto de pesquisa.

O autor acrescenta que na ocasião buscou realizar contato com os membros da SAP, mas sinaliza que por conta de disputas entre os membros pelo controle operacional do comitê houve indefinições dos procedimentos necessários, a partir disso Melo optou por dar continuidade na pesquisa, considerando que deveria “privilegiar o processo da pesquisa à burocracia recém instituída” (MELO, 2011, p. 36) não deixando de assumir os riscos trabalhistas decorrentes desta opção.

Mais um aspecto desta relação pesquisador/gestor se evidenciou na relação com os interlocutores presos e com os egressos prisionais. Isso porque os interlocutores acabavam por se relacionar com Melo de acordo com expectativas que acreditavam que ele tinha na função de gestor. Sendo Melo responsável por atividades dos programas de “ressocialização” de presos e egressos, os relatos deviam fazer com que ele acreditasse, enquanto gestor, que o processo ou estava em curso ou tinha se consolidado. As falas de seus interlocutores eram orientadas pela necessidade de convencê-lo sobre os resultados dos programas que eram direcionados a eles. Os egressos interagiam com Melo na sua figura de gestor, mais do que como pesquisador, mas isso foi amenizado, conforme aponta o pesquisador/gestor, na medida em que ele foi estreitando a relação com seus interlocutores.

Esta relação condicionada pela posição que o pesquisador ocupa diante dos seus interlocutores também foi sentida por Silvestre (2012), afinal, seu caráter ambíguo na relação se dava pelo fato de ter nascido e se criado na cidade em que realizou sua pesquisa, estabelecendo uma relação de pesquisadora/moradora com seus interlocutores. O objetivo de sua pesquisa foi de

localizar as especificidades de Itirapina, dentro de um amplo movimento global, no qual o aumento do número de pessoas encarceradas decorrente sobretudo, de uma mudança do paradigma da punição, descrita por GARLAND (1998), gerou consequências ainda pouco estudadas. (SILVESTRE, p. 37, 2012)

Para tanto, a autora deu continuidade à pesquisa que realizou durante sua Iniciação Científica, analisando aspectos econômicos e morais que emergiram com a construção da segunda penitenciária em sua cidade, vinte anos após a construção da primeira. Destaca em sua análise a mudança do paradigma da punição e descreve as dinâmicas cotidianas entre moradores, comerciantes e visitantes dos presos, em uma abordagem que abrange aspectos globais e locais dos impactos desta mudança.

Silvestre tem em comum com Melo a ambiguidade da relação com os interlocutores, mas difere dele em relação ao acesso ao campo. O interesse pelo processo de interiorização das unidades prisionais paulistas a partir de meados dos anos 1990 fez com que a autora se interessasse pelas narrativas dos funcionários das unidades prisionais, moradores, comerciantes e visitantes de presos da cidade de Itirapina, tendo ela sido nascida e criada nessa cidade, por isso muitos a identificavam pela figura de moradora, mais do que pela de pesquisadora. Assim, a autora teve facilidade na hora de conversar com os moradores, pois eles se sentiam à vontade de comunicá-la suas percepções. Em contrapartida, as mulheres que realizavam visitas aos seus familiares presos, acostumadas a ouvirem críticas e a serem alvo de preconceito de moradores, demoraram um pouco para confiar à pesquisadora suas narrativas.

Silvestre, assim como nós, não realizou sua pesquisa do lado de dentro do muro das prisões, optou por acessar este universo a partir das narrativas tanto de funcionários das unidades prisionais, quanto pelas narrativas das mulheres familiares de presos que realizam visitas aos seus companheiros, filhos e parentes aos finais de semana. O impacto da construção da segunda unidade prisional na cidade pôde ser sentido na família da pesquisadora com a conquista de empregos na carreira pública, aumentando o número de familiares que passaram a ser funcionários da SAP. Isso fez com que ela tivesse presente na sua rede familiar as percepções e preocupações do cotidiano prisional, nos almoços de família e churrascos de fim de semana, o que a colocava na situação de pesquisadora/moradora mais uma vez.

A relação com as mulheres familiares dos presos se deu por uma abordagem etnográfica. Silvestre passou a acompanhar estas mulheres durante os finais de semana em que se instalavam na cidade para visitarem seus parentes. A pesquisadora as acompanhou nas idas ao mercado, farmácias e na casa em que se

instalavam para dormir e preparar as comidas que levavam para seus visitados. Orientada pela obra *Sociedade de Esquina* (WHYTE, 2005), a autora descreve como criou laços com estas mulheres e destaca dois aspectos desta relação: o tempo que ela deveria dispende para conseguir acessar a lógica cotidiana destas mulheres e o fato de que, embora os laços entre elas se estreitassem, isso não a tornaria uma delas.

Na relação com seus familiares interlocutores de pesquisa, Silvestre destaca a importância de se aprender a estranhar as coisas que parecem ser corriqueiras, e, na sua relação com as mulheres familiares de presos, a importância de se familiarizar com suas dinâmicas e anseios. Assim, a maneira de se relacionar com os diferentes interlocutores exigem sensibilidades diversas do pesquisador.

Durante a realização da pesquisa nós não nos interessamos apenas pelo discurso institucional oficial, mas também pelas narrativas sobre o cotidiano dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com as atividades do GIR. Vale ressaltar que nós consideramos os nossos interlocutores profissionais que possuem autonomia para relatarem suas experiências da forma como bem entendem, cabendo a eles a decisão de falarem ou não sobre seu cotidiano de trabalho, motivo que também justifica a escolha de deixar os pedidos de autorização de realização de pesquisa para a SAP de lado.

2.4 A relação com os interlocutores

As entrevistas realizadas durante a pesquisa ocorreram por meio de encontros pontuais fora do muro das prisões, às vezes presencialmente e outras vezes utilizando o Skype. Destacamos que todos os interlocutores que se dispuseram a dialogar conosco nos atenderam de forma atenciosa, mesmo aqueles que tinham limitações por conta do cargo ocupado, como alguns funcionários da SAP. Com alguns, nós tivemos dificuldade de entendimento devido ao vocabulário utilizado, sejam pelas gírias ou expressões utilizadas no universo prisional, sejam pelos termos jurídicos específicos. Ao pedirmos maiores detalhes ou explicações, os interlocutores nos atendiam prontamente, sanando nossas dúvidas.

Em mais de uma situação tivemos a sensação de sermos desafiados por alguns interlocutores, que chamaram a nossa atenção para o fato de que nós não tínhamos como compreender aquela realidade, porque não a vivíamos. Em geral, os ASP afirmam que lá dentro é outro mundo e que só estando lá para saber como

aquilo funciona, evidenciando a autoridade do discurso legitimado pela experiência, além de apresentar a cisão entre dois mundos.

Desde a clássica obra de Foucault (1987), *Vigiar e Punir*, a discussão sobre como escolhemos punir e os impactos sociais de tais escolhas vêm sendo debatidos. A cisão entre mundos expostas pelos interlocutores, o mundo de fora e o mundo de dentro da prisão, se insere no debate sobre o encarceramento, a punição e a justiça de uma forma bastante comum e específica. Comum, pois de certa forma é assim que maioria de nós entende a prisão: não só do ponto de vista da estrutura física, mas como um problema menor para quem está do lado de fora, já que este não é o mundo ao qual quem usufrui de liberdade de circulação pertence. Específica, pois é este mesmo discurso, de dentro e de fora, que nos deixa alheio e nos retira da discussão sobre o encarceramento e as formas de se fazer justiça nos dias atuais.

O ar desafiador por parte de alguns interlocutores também se relaciona com o questionamento por parte deles sobre o conteúdo que produzimos a partir de um cenário do qual não nos relacionamos diretamente em nosso dia a dia. Acreditamos que a relação com os interlocutores, tanto as convergências como as divergências, serviram como um ponto de reflexão para os limites e as possibilidades do pesquisador e da pesquisa científica de modo geral.

2.5 O anonimato dos interlocutores

A maioria dos interlocutores só nos concedeu a entrevista sob a condição de mantermos os seus nomes protegidos. O anonimato de parte dos interlocutores pode gerar uma limitação para a apresentação do material de pesquisa que envolvem instituições estatais. Ao aceitarmos a condição anônima dos nossos interlocutores para preservá-los de quaisquer prejuízos que poderiam lhes ser causados pelo que nos foi dito, perdemos detalhes importantes da própria fala, pois o cargo que cada um deles ocupa, faz com que os seus discursos tenham motivações distintas ou apontem restrições.

A autora Ciméa Belivaqua (2003) realiza uma reflexão sobre a identificação dos interlocutores de pesquisa que ocupam cargos públicos ou são figuras públicas, apontando que os procedimentos metodológicos tradicionais da antropologia urbana não dão conta dos novos objetos de pesquisa e que, por muitas vezes, o esforço de superar os desafios são feitos de forma individual pelos pesquisadores, embora

devessem ser pensados coletivamente. Apesar das dificuldades em definir procedimentos que atendam igualmente às necessidades de pesquisa de todos, devido às especificidades de cada uma, foi possível discutir os problemas mais recorrentes.

Assim como para nós, a identificação dos informantes é uma questão central; para autora este problema

ressurge de modo particularmente agudo e desconcertante quando o objeto de estudo se situa no universo estatal ou diz respeito às diferentes formas de interlocução entre os cidadãos e os agentes do Estado. (BELIVAQUA, 2003, p. 52)

Isso implica não somente na relação ética entre o pesquisador e os interlocutores, mas também no desenvolvimento teórico deste campo de estudo. A autora argumenta que, se nos trabalhos clássicos da área da antropologia nós nos deparávamos com uma individualidade genérica, em dado momento os trabalhos antropológicos passaram a contar com a apresentação de sujeitos bastante concretos. Os pesquisadores passaram a nomear e caracterizar os interlocutores com todos os detalhes possíveis. “Experiências muito particulares constituem uma via de acesso privilegiada para a apreensão da dinâmica social e para generalizações teóricas” (BELIVAQUA, 2003, p. 54).

Belivaqua relata que na chamada antropologia “urbana” (grifo da autora) as coisas mudaram muito por conta da proximidade do pesquisador com o universo pesquisado, diferente do início da prática antropológica. Assim, é praticamente unânime a opção pelo anonimato dos informantes, mesmo que algumas vezes a identificação possa ser feita por pessoas próximas a eles.

Uma das estratégias indicada pela autora em casos em que há envolvimento de pessoas públicas é o recurso das notícias de jornais ou de dados oficiais, mas isso só serve quando os acontecimentos chegam à imprensa. Quando isso acontece, podemos utilizar as notícias como material para a apresentação dos detalhes. Em nosso texto este recurso foi utilizado e, portanto, gostaríamos de deixar registrado nossa preocupação em relação a este uso, pois sabemos que os textos jornalísticos têm objetivos diferentes dos textos acadêmicos, e corremos o risco de reproduzir o discurso midiático ou mesmo institucional.

A omissão de datas e locais também é um recurso apresentado pela autora. Ela afirma que esta tendência crescente da supressão de uma série de elementos,

como datas e locais podem provocar um empobrecimento da pesquisa que a conduz “à esterilidade da própria análise, agora divorciada do contexto que a fundamenta e a torna inteligível e criticável” (BELIVAQUA, 2003, p. 60). Para fugir de tal esterilidade, optamos por analisar o material elaborado a partir dos enunciados, da circulação e da produção do discurso, tal como compreende Foucault (2012).

2.6 O discurso como material de análise

De acordo com as condições de realização da pesquisa, optamos por tomar os diferentes discursos enunciados a respeito do GIR presentes na fala dos interlocutores, nos documentos oficiais e também na imprensa como material de análise da pesquisa. Para tanto, seguimos as reflexões e orientações presente na obra de Michel Foucault (2012) intitulada *A Ordem do Discurso*.

O discurso e os modos de ordená-lo são temas centrais nas discussões realizadas pelo autor. Sua tentativa foi a de identificar e localizar os perigos presentes no discurso, no fato das pessoas falarem e de seus discursos se proliferarem. A reflexão é tomada pela inquietação de tentar compreender o que

é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos qual se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu asperidades. (FOUCAULT, 2012, p. 8)

O ponto de partida de Foucault se dá pela suposição de que toda produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos – os quais ele chama de procedimentos de exclusão – que tem por função conjurar os poderes e perigos dos discursos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Os procedimentos de exclusão externos apresentados pelo autor são agrupados de acordo com algumas características: a) interdições; b) separação/rejeição; c) verdadeiro/falso; e d) a vontade de verdade. Há também os procedimentos de exclusão internos ao discurso como: a) o comentário; b) o princípio do autor; c) e o princípio da disciplina.

Apresenta também um terceiro grupo de procedimentos que tem mais a ver com a rarefação dos sujeitos que falam do que com a conjuração dos acasos e da

aparição dos discursos: trata-se de impor aos indivíduos que o pronunciam certo número de regras e de não permitir que todos tenham acesso a ele.

Três são as formas de interdição apresentada pelo autor: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Estas três formas se cruzam, se reforçam e se compensam, formando uma grade complexa que está sempre se modificando. Referem-se ao assunto que pode ou não ser falado, a maneira e a ocasião em que se fala sobre tal assunto, quem pode, é autorizado ou deve falar sobre ele. As interdições acabam por revelar a ligação dos discursos com a vontade e o poder.

A separação e a rejeição são exemplificadas pelo autor por meio da figura do louco (presente desde a Idade Média). O discurso proferido pelo louco era um discurso negado, não acolhido, não tinha importância e era ele mesmo a evidência da loucura do louco. Era no seu discurso que residia a separação da razão e da loucura. O discurso do louco passou a ser ouvido com o avanço da psiquiatria e ainda assim está submetido a uma rede de instituições que tentam decifrá-lo de modo que a separação, longe de estar apagada, passa a ser exercida de outro modo, por meio de novas instituições e com efeitos que não são mais os mesmos, mas que ainda estão presentes.

A reflexão acerca da cisão do verdadeiro e do falso é atravessada pelo que Foucault chama de *vontade de verdade*. A *vontade de verdade* refere-se ao interesse e a tudo aquilo que é necessário para que um conhecimento – uma verdade – seja elaborada e reconhecida como verdadeira. Para isso, devemos olhar para a separação do verdadeiro e do falso e questionarmos:

qual foi, qual é, constantemente, através dos nossos discursos, essa *vontade de verdade* que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber (FOUCAULT, 2012, p. 14 grifos do autor).

Foucault argumenta que tal separação (do verdadeiro e do falso) é constituída historicamente e retoma a maneira como o discurso era entendido, apresentando o deslocamento do modo de compreendê-lo. No século VI, por exemplo, na época dos poetas gregos, o discurso verdadeiro era aquele que era proferido por quem lhe era de direito, de acordo com os rituais necessários. O discurso verdadeiro era capaz de pronunciar a justiça, profetizar o futuro e, deste modo, contribuía com a sua

realização e adesão dos homens.

Um século mais tarde, o discurso verdadeiro ou a verdade do discurso, passou a ter menos a ver com quem o pronunciava, como era pronunciado e no que ele fazia para se localizar no próprio conteúdo do discurso: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (idem, 2012, p. 15). Tal cisão histórica repercute na nossa *vontade de verdade* dos dias de hoje:

Há, sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que não coincide nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objeto aos quais se dirige, nem pelas técnicas sobre as quais se apoia, com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica. (idem, 2012, p.15-16)

Do século XVI em diante, a *vontade de verdade* passou a prescrever as maneiras de compreensão da realidade, a partir de uma instrução técnica formal de elaborar a construção do conhecimento, de forma que a *vontade de verdade* que se apresentava na época, assim como os outros sistemas de exclusão, estava amparada por um suporte institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas.

Mais do que compreender a maneira como o conhecimento é produzido, a partir de uma *vontade de saber* amparada pela pedagogia, pelas edições dos livros, e pelos laboratórios modernos, é importante compreender o modo como este conhecimento é distribuído, valorizado, repartido e atribuído; o modo como o saber – o conhecimento – é aplicado em uma sociedade exercendo, desta forma, pressão e poder de coerção.

Depois de apresentado os procedimentos de exclusão que põem em jogo o desejo e o poder, apresentamos os procedimentos de exclusão caracterizados por Foucault como internos, que põem em jogo o discurso em outra dimensão: a do acontecimento e a do acaso,

visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso (idem, 2012, p. 20).

São eles o que denomina como: a) comentário; b) princípio do autor; e c) princípio da disciplina. Todos eles pertencem à dinâmica de rarefação do discurso,

cada qual com sua característica.

O comentário é caracterizado pelo desnivelamento entre os discursos:

os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer (idem, 2012, p. 21).

O comentário se insere no segundo grupo, sendo estas características as que evidenciam suas funções: a de o texto primeiro sempre estar presente e ter a possibilidade de ser reatualizado e novamente dito, e a de dizer, finalmente, o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. É no acontecimento do discurso que está sua novidade e não no que é dito.

Para compreendermos este princípio, é necessário que tenhamos em mente o que Foucault entende por autor: este funciona como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (idem, 2012, p. 25).

O autor não está presente em todos os discursos, há uma série de discursos em que a atribuição do autor não é regra. Diferente do caso da literatura, da filosofia e da ciência e, mesmo assim, a atribuição do autor desempenha função distinta em cada uma delas.

Vemos, na ordem do discurso científico, que a atribuição do autor se modificou ao longo dos anos. Na Idade Média, o autor do discurso era um indicador de verdade, mas foi perdendo a força, de forma que hoje em dia o nome do autor serve para nomear, para nos remetermos a um teorema, um efeito, uma síndrome, e não para validá-la.

Por outro lado, no discurso literário o interesse pelo autor é presente. A curiosidade pelos aspectos da vida pessoal do autor excede sua obra. “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (idem, 2012, p. 26).

Deste modo, o acaso do discurso é limitado pelo comentário, pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. Enquanto o acaso do discurso é limitado pelo princípio do autor pelo jogo de uma *identidade*, que tem a forma da *individualidade* e do *eu*.

O princípio da disciplina tem características distintas ao comentário e ao

princípio do autor. A disciplina depende da possibilidade de formular novos enunciados, ainda que esta possibilidade seja regulada por uma série de coerções, de modo que:

uma disciplina não é a soma de tudo que pode ser dito de verdadeiro sobre uma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou sistematicidade. A medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas (FOUCAULT, 2012, p. 29).

Ademais, é importante destacar o papel coercitivo e restritivo tanto do princípio do autor, do comentário, como o da disciplina, já que para pertencer ao conjunto de uma disciplina uma proposição deve preencher exigências complexas antes de entrar “no verdadeiro”⁷, de maneira que é preciso estar atento aos princípios de coerção de cada um destes sistemas de exclusão.

O último grupo de procedimentos são aqueles que agem nos sujeitos: “rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado a fazê-lo.” (FOUCAULT, 2012, p. 35). Tratam-se dos rituais das palavras, das sociedades do discurso, dos grupos doutrinários e das formas de apropriação do discurso, todos eles contribuindo para a rarefação do sujeito que fala, pela determinação de modos ritualizados de enunciação que impõem regras, definindo gestos e comportamentos do sujeito que enuncia, assim como as circunstâncias e todo conjunto de signos que devem acompanhar o discurso.

As chamadas *sociedades dos discursos*, exemplificadas pelo autor pelos grupos de rapsodos⁸, evidenciam a lógica do segredo, da não permutabilidade, o regime de exclusividade e de divulgação. A “doutrina” também evidencia esta lógica, realizando uma dupla sujeição, pois questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente todos os outros; mas ela se serve, em

⁷ M. Canguilhem.

⁸ “possuíam o conhecimento dos poemas a recitar ou, eventualmente, a fazer variar e a transformar; mas esse conhecimento, embora tivesse por finalidade uma recitação de caráter ritual, era protegido, defendido e conservado em um grupo determinado, pelos exercícios de memória, muitas vezes bem complexos, que implicava; sua aprendizagem fazia estar ao mesmo tempo em um grupo e em um segredo que a recitação manifestava mas não divulgava; entre a palavra e a escuta os papéis não podiam ser trocados”. (FOUCAULT, 2012, p. 38)

contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. (FOUCAULT, 2012, p. 41)

Por fim, o autor destaca os modos em que a apropriação dos discursos acontece, chamando a atenção para os sistemas de educação e afirma que todos são uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que ele traz consigo. A apropriação do discurso é controlada segundo regras de distribuição e acesso, marcando distâncias pelas oposições e lutas sociais.

Tudo que foi apresentado pelo autor tem como objetivo ressaltar as coerções presentes na ordenação dos discursos por meio de vários procedimentos e nos ajudam a pensar o discurso, sua circulação, distribuição e seu impacto como material de análise. Deste modo, buscamos apreender os discursos recolhidos nas entrevistas, documentos oficiais e materiais de imprensa on-line como material de análise para o entendimento da gestão do encarceramento em massa nas unidades prisionais paulistas, tendo como ponto de partida a compreensão da dinâmica e do funcionamento do Grupo de Intervenção Rápida neste cenário. Para tanto, apresentamos orientações indicadas por Foucault sobre os princípios que devem orientar a análise do discurso, levando em consideração os procedimentos de exclusão apresentados.

2.7 Orientações para uma análise do discurso

Foucault afirma que há em nossa sociedade uma logofobia:

uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, p. 49, 2012)

Para compreendê-la é preciso analisá-la de acordo com os efeitos de seus jogos e de suas condições. É necessário nos esforçarmos por tomar decisões, as quais Foucault acredita que nosso pensamento tem evitado nos dias de hoje: o de questionar nossa *vontade de verdade*, trazendo de volta ao discurso seu caráter de acontecimento e suspendendo sua soberania do significante.

Quatro são as noções que devemos ter em mente para questionar tais aspectos dos ordenamentos do discurso: a) a noção de acontecimento; b) a de

série; c) a de regularidade; e d) a de condição de possibilidade. Cada uma delas corresponde a um princípio que se opõe às formas como tradicionalmente apreendemos e compreendemos os discursos.

A noção de acontecimento atende ao princípio de *inversão*, que deve se atentar para o jogo negativo e da rarefação do discurso – mais do que a um papel positivo, como é o caso do papel do autor – da vontade de verdade e da disciplina, se opondo à ideia de criação.

A noção de série atende ao princípio da *descontinuidade*, afinal os discursos são práticas descontínuas que se cruzam, se ignoram e se excluem. E, portanto, não devemos ficar procurando pelo que não foi dito, se opondo à ideia de unidade.

A noção de regularidade atende ao princípio de *especificidade*, que leva em conta o discurso como uma violência que fazemos às coisas – prática em que os acontecimentos dos discursos encontram o princípio da regularidade e que se opõe à ideia tradicional de originalidade.

A noção da condição da possibilidade atende ao princípio da *exterioridade*, levando em conta o discurso pela sua aparição, às condições externas de sua ocorrência, a série aleatória desses acontecimentos que fixa sua fronteira e se opõe a ideia tradicional de significação.

Para a realização da análise do discurso é preciso então compreendê-lo como um acontecimento discursivo e descontínuo em sua materialidade. A ideia de acontecimento deve compreender o efeito que se produz a partir de sua materialidade incorporal, na materialidade que se efetiva e que é efeito. A descontinuidade deve contestar a ideia de instante e sujeito. Pensar no discurso como uma série descontínua é abrir mão da sucessão dos instantes do tempo e da pluralidade dos diversos sujeitos.

A análise proposta pelo autor poderá seguir dois conjuntos de orientações, um “genealógico” e um “crítico”. O conjunto “crítico” procura cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação do saber, mostrar como se formam – e para atender quais necessidades? –, como se modificam e se deslocam, quais forças exerceram efetivamente e em que medida foram contornadas, colocando em prática o princípio da *inversão*.

Enquanto o conjunto “genealógico” tenta compreender como se formam, através e apesar dos sistemas de coerção e séries de discursos, quais são as normas específicas de cada uma e quais são suas condições de aparição e de

crescimento, pondo em prática os outros três princípios: *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade*. “Entre o empreendimento crítico e o genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação” (FOUCAULT, 2012, p. 62).

É a partir destas orientações que realizamos a análise das circunstâncias da aparição dos enunciados emitidos pelos nossos interlocutores e o seu conteúdo em si, levando em conta o acesso que tivemos a eles, mas não só. Integram também em nosso material de pesquisa os discursos institucionais e os discursos midiáticos dispostos nos documentos aos quais tivemos acesso por meio do site da SAP e as notícias on-line. O relato acima, sobre a maneira como acessamos nossos interlocutores e qual foi a dinâmica estabelecida com os diversos perfis já evidenciou alguns procedimentos de exclusão que orientaram as práticas discursivas dos atores sociais que tivemos contato durante a realização da pesquisa.

Expostos os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa e da análise do material elaborado, passaremos então para a discussão dos temas sob os quais nossa investigação se insere. No próximo capítulo realizamos uma discussão sobre o encarceramento em massa, nacional e internacionalmente, evidenciando semelhanças e diferenças de um movimento global que afeta localidades de diferentes formas.

3. Um debate sobre o encarceramento em massa: conceitos, características e transformações

O conceito de encarceramento em massa é trazido aqui como ponto de partida para a análise do cenário prisional paulista, assim como outras características que destacamos, tais como: a interiorização das prisões paulistas, a atuação das chamadas *organizações criminosas* e o “*novo*” perfil dos presos.

O debate e a discussão em torno de tal conceito se faz necessário porque o Brasil alcançou o 3º lugar no *ranking* mundial dos países com o maior número de pessoas encarceradas e pela população carcerária do estado de São Paulo ser a maior entre todos os estados brasileiros.

O debate não está centrado apenas nos altos números de presos, mas em um fenômeno mais recente do crescimento vertiginoso da população carcerária nos últimos anos em alguns países, como os Estados Unidos, França, demais países da Europa e da América Latina, configurando uma tendência mundial que impacta as localidades de diferentes formas.

Em 2012 o número absoluto da população carcerária do Brasil era de 515.482, e o estado de São Paulo concentrava 190.828 presos, representando 37% da população de todo o país. Além disso, o crescimento da população carcerária do Brasil entre 2005 e 2012 foi de 74%, e em São Paulo foi de 58% (Mapa do encarceramento, 2015). A partir destes dados, consideramos o fenômeno do encarceramento em massa o pano de fundo em que se insere o objeto desta pesquisa e, portanto, realizaremos algumas reflexões em torno de tal conceito.

Alguns autores que tematizam o número crescente da população carcerária nas democracias ocidentais (BAUMAN, 1998; GARLDAND, 2008; WACQUANT, 2008) explicam este fenômeno evidenciando a emergência do Estado Penal em detrimento ao estado de Bem-Estar Social. Suas interpretações consideram o fortalecimento do neoliberalismo, principalmente nos EUA e em países da Europa. Passaremos agora para a exposição dos sinais da mudança do paradigma da punição posterior a década de 1970, destacados por David Garland e Loïc Wacquant para, no subitem 3.2, dialogarmos sobre o cenário prisional do Brasil, mais detidamente o de São Paulo.

3.1 Os sinais da mudança segundo David Garland e o Hiperencarceramento de Loïc Wacquant

Garland, em seu livro *A cultura do controle* (2008), retrata as principais mudanças e características que passaram a orientar as práticas punitivas contemporâneas a partir dos anos de 1970, registrando uma trajetória histórica do controle do crime realizado nas últimas décadas. O autor afirma que as características contemporâneas do controle do crime surpreenderiam um historiador, pois até os anos 1970 os paradigmas da punição presentes nestes países – EUA e Grã-Bretanha – eram outros. O desafio de Garland foi compreender quais eventos modificaram de forma marcante as políticas do controle do crime.

Ainda que se leve em conta as especificidades de cada país, o autor assinala mudanças que, de modo geral, atingiram as práticas punitivas de ambos. Sua atenção volta-se principalmente às respostas sociais ao crime, a partir de mudanças sociais e culturais que estes países experimentaram com a pós-modernidade. Garland lança seu olhar a uma análise mais ampla no campo do controle do crime e da justiça criminal e, por isso, acredita que é possível identificar características estruturais que evidenciam o contraste dessas políticas de controle atuais em relação àquelas que vigoraram até os anos 1970. Seus resultados assinalam que fatores econômicos, sociais e culturais remodelaram as reflexões criminológicas, as políticas criminais governamentais e as atitudes culturais populares.

Antes de nos aprofundarmos nas mudanças apontadas pelo autor, é possível notar, de modo geral, que alguns fatores que sinalizaram a mudança no paradigma punitivo dos países do Norte também se conectam ao cenário brasileiro. Durante os anos 1970 o Brasil vivenciava um governo ditatorial e as questões da segurança pública estavam operando em um registro diferente dos países que Garland analisa. Nosso retorno aos debates a respeito da segurança pública no Brasil aconteceu a partir de 1980, junto ao processo de abertura democrática. Por isso, não devemos aplicar de maneira descontextualizada as análises de pesquisadores como Garland para o nosso caso, mas, de fato, tomaremos de empréstimo tais temas para algumas das nossas reflexões, já que identificamos semelhanças.

Foram doze os sinais que Garland (2008) aponta dentro de um conjunto de mudanças que indicaram o fortalecimento do Estado Penal, tanto nos EUA como na Grã-Bretanha. Passaremos de modo resumido por cada um deles, identificando um conjunto de características comuns que ajudam “a explicar a dinâmica da mudança

e os princípios estratégicos que suportam o estado de coisas atual” (GARLAND, 2008, p. 36), tanto nos países analisados por Garland como no Brasil.

1) Um dos sinais da mudança do paradigma da punição apresentado pelo autor é o *declínio do ideal de reabilitação*, marcado por uma mudança de objetivo na aplicação da pena. Se, anteriormente, as sentenças condenatórias eram inspiradas por conceitos correccionais, agora, o ideal de reabilitação e correção está subordinado a outros objetivos, tais como o da retribuição, a neutralização e o gerenciamento de riscos.

2) O *ressurgimento de sanções retributivas e da justiça expressiva*, caracterizado pelo retorno das manifestações do sentimento de vingança – que durante o século XX tinha sido bastante criticada e possuía pouco espaço no sistema penal moderno. Com este retorno, foi possível legitimar os discursos explicitamente retributivos, que acabou por incentivar “os políticos a manifestarem abertamente seus sentimentos punitivos e aprovarem leis draconianas” (GARLAND, 2008, p. 52).

3) Marcado pela centralidade do medo do crime, o sentimento coletivo trouxe *mudanças no tom emocional da política criminal*.

O medo do crime passou a ser visto como um problema por si só, bem distinto do crime e de sua vitimização, e políticas específicas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir os níveis de medo do que reduzir o crime. (ibid., p. 54)

A percepção de um público amedrontado passou a orientar as práticas de controle, não do crime, mas do medo do crime, de modo que, sob esta retórica, as medidas de controle do crime passaram a ter caráter mais punitivo e protetivo, atendendo aos reclames da opinião pública e objetivaram amenizar a sensação de insegurança. O autor afirma que o crime foi redramatizado, modificando a ideia do delinquente presente na época do Bem-Estar Social como um sujeito necessitado e desfavorecido, para dar lugar a esboços estereotipados de jovens rebeldes e criminosos.

4) Outro sinal de mudança é evidenciado pelo *retorno da vítima*, que atualiza a relação entre vítima específica, vítimas simbólicas e as instituições de controle do crime. Isso resultou em um jogo político maniqueísta que, priorizando os interesses da vítima, fragilizou os direitos dos agressores: ou se está do lado da vítima ou se está do lado do agressor.

5) Garland também aponta a ideia de que *antes de mais nada o público deve*

ser protegido como sinal de mudança. Esta ideia se caracteriza por uma nova e urgente ênfase na necessidade de segurança, fazendo com que a proteção do público se tornasse tema dominante das políticas criminais em detrimento às liberdades civis e do direito dos presos. As detenções preventivas e as sentenças condenatórias de tempo indeterminado atendem aos novos objetivos das políticas criminais, orientadas hoje pela necessidade de conter os perigos, identificando e gerenciando riscos de todos os tipos. As violações aos direitos civis deixaram de ser uma preocupação relevante no debate público que prioriza, agora, sua segurança.

6) *Politização e o novo populismo*, se caracteriza pela elaboração de políticas criminais pautadas mais pela opinião pública e pelas disputas eleitorais do que pela orientação dos especialistas. Como argumenta o autor:

um discurso político fortemente carregado permeia todos os temas relacionados ao controle do crime, de modo que toda decisão é tomada sob as luzes dos holofotes e da disputa política e todo erro se transforma em escândalo. O processo de formulação das políticas se tornou profundamente politizado e populista. As medidas políticas são tomadas de maneira tal que aparentam valorizar a vantagem política e a opinião pública, em detrimento de especialistas e dos resultados de pesquisa. (ibid., p. 57)

7) Durante a maior parte do século XX a tendência era de distanciamento da prisão, ou seja, ela era vista como uma instituição problemática, acionada como último recurso e, ainda assim, entendida como fracassada em termos correccionais. Esta tendência se altera no terço final do século XX, trazendo consigo a ideia de que a prisão, na verdade, funciona originando o que o autor denomina como a *reinvenção da prisão*.

A inversão desta tendência nos EUA foi seguida do maior e mais consistente aumento da taxa de encarceramento observado desde o nascimento da prisão moderna, no século XIX. No período de 1973 a 1997, o número de pessoas presas nos EUA subiu mais de 500%. (ibid., p. 59)

A opinião pública de que a prisão é eficiente contra o crime substituiu a ideia dela como uma instituição problemática, funcionando menos como o lugar da reabilitação e mais como um instrumento de neutralização e de retribuição, que atende às expectativas políticas e populares por segurança pública e punições severas.

8) O pensamento criminológico antes orientado pela ideia de privação social, no qual o sujeito criminoso pratica o crime por conta de um desajuste moral e

propunha tratamentos correccionais individualizados, é substituído pelas *transformações do pensamento criminológico* a partir das *teorias de controle*. Estas teorias veem o crime como um evento e, portanto, sua ocorrência se dá pela ausência de controle – ou de um controle inadequado – e não por uma disfunção social ou psicológica do indivíduo. “Onde a antiga criminologia demandava mais em termos de bem-estar e assistência, a nova criminologia insiste em intensificar o controle e reforçar a disciplina” (GARLAND, 2006, p. 61). A ideia é a de que, sendo o crime uma parte constituinte da vida cotidiana, o controle deve ser exercido de forma a reprimir as oportunidades para que ele aconteça.

9) Houve, ainda, a *expansão da infraestrutura da prevenção do crime e da segurança da comunidade*. A este respeito o autor destaca não uma mudança, mas a emergência que altera o antigo estado de coisas. A ideia de prevenção ao crime deixou de ser algo de responsabilidade exclusivamente estatal e passou a ser dividida com a sociedade civil, por meio de ações da própria comunidade que adotou uma estrutura para isso. Tal acontecimento atualizou as relações entre o público e o privado na esfera da segurança pública e da justiça criminal.

A nova infra-estrutura é fortemente orientada para um conjunto de objetivos e prioridades – prevenção, segurança, redução dos danos, redução de perdas, redução de medos – que são bem diferentes dos objetivos tradicionais da acusação, punição e da “justiça criminal”. Então, enquanto as medidas mais proeminentes da política de controle do crime são cada vez mais orientadas para a segregação punitiva e para a justiça simbólica, existe, concomitantemente, um novo compromisso, especialmente no âmbito local, com uma estratégia diferente que se pode chamar *parcerias preventivas*. (GARLAND, 2008, p. 63)

10) *A sociedade civil e a comercialização do controle do crime* se relacionam muito bem com o aspecto descrito anteriormente. O engajamento por parte dos cidadãos, das comunidades e empresas passou a fazer parte de um conceito do controle do crime mais amplo posto em ação. A partir de estratégias distintas das utilizadas pelas agências da justiça criminal tradicional, elas fortalecem a economia com a criação de um novo mercado que atende às necessidades da indústria da segurança privada.

11) As mudanças em curso a partir da década de 1970 repercutiram em *novos estilos de gerência e de rotinas de trabalho*. A mudança das prioridades das principais agências da justiça criminal alteraram o modo de atuação dos profissionais da área. “Dentro de agências e organizações específicas, indicadores

de performance e medidas gerenciais estreitaram a discricionariedade profissional e regularam minudentemente a rotina de trabalho.” (ibid., p. 65)

Outra questão, derivada destas mudanças, é a preocupação financeira do gerenciamento dos riscos. As respostas ao crime passaram por uma crescente seletividade dos alvos, daquilo que deve ser controlado. A seletividade do exercício do controle do crime esbarra em tensões como o corte de gastos de algumas áreas (por exemplo, dos programas de tratamento de dependência de drogas) e o esbanjamento de recursos em medidas que são populares, mas com efetividade duvidosa.

12) *Uma perpétua sensação de crise* se instala no campo do controle do crime nos anos que decorrem aos anos de 1970. O autor aponta que mais do que uma sensação decorrente de um período de muitas reformas no campo da justiça criminal, esta sensação advém do reconhecimento de que os arranjos modernos do controle do crime falharam, indicando não apenas problemas temporários, mas uma crise de fato. O público deixou de confiar na justiça criminal; os políticos, portanto, passaram a conceder menos poder decisório aos profissionais da justiça criminal e aos criminólogos.

Diante da exposição deste conjunto de sinais de mudança no campo da justiça criminal presente nos EUA e na Grã-Bretanha, é importante destacar que, para o autor, as descrições destes aspectos servem como ponto de partida para a compreensão da dinâmica do campo, a partir de uma visão que é política, econômica e também cultural.

O remodelamento de um campo institucional estabelecido, a emergência de objetivos e prioridades diferentes e o surgimento de novas ideias sobre a natureza do crime e dos criminosos também sugerem mudanças nas bases culturais dessas instituições. Estes fenômenos indicam que, por trás dessas novas respostas ao crime encontra-se um novo parâmetro de mentalidades, interesses e sensibilidades que alteram o modo como pensamos e sentimos o problema subjacente. (ibid., p. 48)

É este conjunto de mudanças que permitem o aumento exponencial da população carcerária nestes países. É com a mudança das mentalidades, interesses e sensibilidades que a prisão ressurgiu como um recurso viável para o controle do crime, junto a modelos de segurança muito mais punitivistas que fazem com que o número de pessoas encarceradas fosse crescente.

O conceito de encarceramento em massa presente na obra de Garland adota

dois critérios para sua abordagem: a ruptura histórica no padrão das taxas de encarceramento, como descrito no item sete, e, também, um encarceramento que enfatiza determinados grupos sociais, deixando de enfatizar os agressores individuais.

Sua análise possui caráter amplo e considera muitos aspectos culturais, distinguindo-se da abordagem de Loïc Wacquant, voltada para a compreensão das mudanças das políticas neoliberais dos EUA e no modo com que tais mudanças alteraram a maneira como as questões sociais eram tratadas. O autor estava preocupado com a questão da pobreza, com o desemprego e a seguridade social, como aponta Rodolfo Barros (2014) em um artigo analisando os diferentes sentidos do termo *mass incarceration*. Ele estava preocupado com a difusão do termo *encarceramento em massa* entre os pesquisadores que têm se dedicado às crescentes e altas taxas da população carcerária nos EUA, na Europa e na América Latina. Assim, afirma que o *encarceramento em massa* tem assumido caráter analítico e, portanto, se faz necessário compreender as divergências teóricas e o alcance de cada uma das formulações.

[...] verifica-se que a expressão *mass incarceration* é utilizada para caracterizar um fenômeno amplo, que envolve múltiplos atores institucionais, que aumentaram a duração das penas, o apoio às medidas punitivas e à politização das medidas punitivas que alteraram os dispositivos penais. Sua formulação aponta para uma macro-análise, onde mudanças culturais (cultura do controle) e transformações da modernidade tardia dão o entendimento do fenômeno do encarceramento em massa. (BARROS, 2004, p. 10)

A base de formulação do termo para Wacquant (2008) tem um ponto de partida baseado mais nas variações que decorreram das transformações experimentadas pelo modelo neoliberal do que pelas transformações experimentadas no âmbito da justiça criminal. O autor atenta para as desigualdades sociais e a desestruturação das relações de trabalho no interior de um modelo econômico de caráter mundial, que agravou o problema das pessoas que já possuíam uma posição marginalizada na sociedade.

A exclusão atual está mais ligada a um descarte indireto das funções econômicas informais anteriormente exercidas, restando um número crescente de famílias desfavorecidas com cada vez menos chances de competir no mercado de trabalho, menos acesso a oportunidades de educação e especialização, conformando grandes comunidades – social, política e economicamente empobrecidas. Tão logo a paisagem de segregação e abandono foi sendo ocupada pelas atividades do comércio ilícito, logo se intensificaram as rotinas de

vigilância e controle policial destas regiões. Nestes termos, caminha-se para uma criminalização da pobreza, mais especificamente dizendo, ao desenvolvimento de uma política intolerante para com as estratégias informais de vida dos moradores das regiões precarizadas e segregadas da cidade. (BARROS, 2014, p.13-14)

Não só a base para a formulação se diferencia da de Garland como Wacquant reatualiza o termo que a designa: ao invés de *mass incarceration* utiliza *hyperincarceration*. A emergência de uma população cada vez mais marginalizada é denominada pelo autor de *hipergueto*. O termo é utilizado para evidenciar a relação dos guetos e das prisões, trazendo com ele a necessidade de se incluir ao termo do hiperencarceramento as noções de classe e raça.

Além disso, o conceito de hiperencarceramento de Wacquant atenta para outros aspectos: o fato do encarceramento não recair sob todos os grupos indistintamente; a participação das agências de justiça criminal na produção da desigualdade; e a percepção de que o encarceramento massivo de determinados grupos só é possível porque outros grupos passam despercebidos.

Barros (2014) dedica-se a compreender a ideia do encarceramento massivo nestes dois autores, pois identifica o uso cada vez mais recorrente deles como referência para os estudos que tematizam as prisões na contemporaneidade, incluindo as pesquisas realizadas no âmbito nacional e sobre o cenário prisional paulista. Isso não acontece por acaso, já que a população carcerária do Estado de São Paulo é a maior de todo país e teve um crescimento vertiginoso depois dos anos de 1990, com a ampliação do sistema carcerário por todo o interior do estado.

O autor destaca pesquisadores brasileiros que sugeriram uma utilização crítica da ideia do encarceramento massivo, pois apesar das semelhanças de algumas características e de uma tendência global, as motivações do encarceramento em massa no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, possuem dinâmicas e percursos históricos próprios de sua localidade e das políticas implementadas no decorrer dos anos, tanto no âmbito da segurança pública como da justiça criminal.

Observar o crescimento do número de prisões em uma quantidade significativa de países não pode ser idêntico a supor que todo aumento da taxa de encarceramento possa ser explicado pelas mesmas causas e que vá gerar as mesmas consequências em todos os países. (SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013, p. 99)

Adotar o encarceramento em massa como ponto de partida e pano de fundo do cenário prisional paulista implica também em descrever quais fatores

contribuíram para a configuração desta realidade e quais os seus efeitos. Parece mesmo que, assim como Garland, o termo pode designar uma transformação política, econômica e cultural mais abrangente, mas que também, assim como Wacquant, deve-se levar em conta recortes de classe, raça e o desempenho de atores das agências da justiça criminal na seletividade da população carcerária.

As descrições e temas trazidos por ambos, para a discussão das taxas do encarceramento, são indicativos de como podemos qualificar o debate para além dos números quando formos analisar a realidade brasileira e paulista. Por exemplo: o aumento da sensação de insegurança; a reivindicação por mais policiamento; a manifestação do sentimento de vingança; o tom emocional; as disputas eleitorais; raça; classe; protagonismo das agências na seletividade; e recrudescimento penal também são aspectos do cenário prisional brasileiro e paulista. Porém, esta afirmação não é suficiente para uma compreensão particular do cenário que nos motiva à investigação: é necessário remontar tais aspectos à moda paulista.

Posto isto, apresentaremos aspectos do contexto brasileiro que nos ajudam a remontar e contextualizar os modelos de controle do crime e da justiça criminal presentes no estado de São Paulo. Com o auxílio da noção de democracia disjuntiva de Teresa Caldeira (2000), faremos um registro dos debates postos ao fim da transição política e sob o caráter da democracia na sociedade brasileira, de acordo com a análise da autora. Apresentaremos os desdobramentos da transição política ocorrida de 1980 a 1990, tendo em vista as instituições de controle do crime, sobretudo as penitenciárias paulistas, de acordo com Eda Góes (2004).

3.2 Os casos brasileiro e paulista: como entender os contextos do encarceramento

A democracia disjuntiva (Caldeira, 2000) se caracteriza pela ineficácia do sistema judiciário pelo exercício da justiça como um privilégio de elite, pela deslegitimação dos direitos civis e individuais e pela violação dos direitos humanos (especialmente pelo Estado) de forma rotineira.

Tanto Caldeira (2000) como Góes (2004) destacam a emergência do debate acerca dos direitos humanos e da segurança pública nos anos que se seguiram à transição democrática do Brasil, as Políticas de Humanização dos presídios – e sua rejeição – e as políticas de endurecimento penal que as sucederam, trazendo a mídia, feita de modo sensacionalista, como uma forte mobilizadora da opinião

pública que, promovendo alguns debates, acaba por negligenciar outros.

O período de humanização dos presídios acontece no governo de Franco Montoro nos anos de 1983 até 1987 com o auxílio do Secretário de Justiça José Carlos Dias. Naquela época, as instituições penitenciárias estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça. Sua gestão foi marcada pela tentativa de implementar métodos mais especializados e, portanto, menos violentos, que se realizou moderadamente devido à falta de coesão política do governo estadual em torno da questão carcerária.

Entre as medidas mais controversas de Dias para defender os direitos dos presos estão as seguintes: a criação de comissões de representantes dos presos eleitas oficialmente; a instalação de caixas de correio dentro de prisões para os reclusos enviarem reclamações diretamente para a Corregedoria sem a intermediação da administração da prisão; e a adoção de "visitas íntimas" para presos (nas quais eles poderiam ter relações sexuais com suas parceiras). Além disso, o secretário foi criticado por causa de seu relacionamento direto com os reclusos, incluindo sua participação num debate televisionado com eles. (CALDEIRA, 2000, p. 346)

O debate e a implementação das Políticas de Humanização foram atravessados pelo período eleitoral, momento em que tais políticas foram duramente atacadas pelo candidato a governador Orestes Quércia – vice de Franco Montoro na época – mas que tinha propostas divergentes para a área da segurança e a situação das instituições carcerárias. Com a vitória de Orestes Quércia, ocorre a demissão de José Dias, marcada pelo lançamento de um pacote de segurança que sinalizava a predominância dos setores mais reacionários do partido.

A partir da saída do secretário Dias, as prisões paulistas voltaram a ser tradicionalmente *gerenciadas*, ou seja, cotidianamente administradas através de um conjunto de práticas e procedimentos que transitam entre o formal e o informal, com grande autonomia e sem nenhuma transparência, quer para outros órgãos do Estado, quer para a sociedade civil. (GÓES, 2004, p. 222)

Para Góes, a tentativa insustentável de humanização dos presídios revelou os estreitos limites das transformações sociais e políticas em curso durante o período de transição democrática e, ainda, as barreiras defensivas nas tentativas de alteração do cotidiano do ambiente carcerário. Esta recusa às Políticas de Humanização do governo Franco Montoro pode ser compreendida a partir da apreensão do momento em que a ideia dos direitos humanos concomitantemente passou a ser vista como “privilégios de bandidos”, como apresenta Caldeira.

A compreensão do debate acerca dos direitos humanos depende da maneira que o conceito foi articulado politicamente e de contextos específicos. A autora tematiza o abuso policial e o crime, pois foi este o âmbito em que o tema foi mais rechaçado, resultando na ideia de que os direitos legítimos, na verdade, são privilégios. Tal ideia tem a ver com a crítica que parte dos cidadãos fizeram sobre a distribuição e o acesso à justiça na sociedade brasileira. Entender a mudança da percepção acerca dos direitos humanos por parte dos cidadãos nos auxilia a entender aspectos da cultura e da vida política brasileira. “Embora os direitos humanos sejam em teoria um valor universal, na verdade eles são cultural e politicamente interpretados e modificados, como são os direitos civis em geral.” (CALDEIRA, 2000, p. 344)

As interpretações dos direitos humanos estão atrelado aos acontecimentos históricos e às características gerais de uma sociedade. No Brasil, por exemplo, durante o regime militar, a pauta dos direitos humanos e dos direitos dos presos políticos foi fortalecida.

Defensores dos direitos humanos não foram estigmatizados no passado quando os casos que defendiam eram os de presos políticos de classe média e quando a abertura estava apenas começando. Ao contrário, o respeito pelos direitos humanos era uma reivindicação importante para o movimento político que levou ao fim do regime militar. Na época (final dos anos 70), o respeito pelos direitos de prisioneiros políticos estava sendo exigido por vários grupos seguindo a liderança de intelectuais, políticos de centro e esquerda, a Igreja Católica com sua Comissão de Justiça e Paz, e associações civis, como o Movimento Feminino pela Anistia e a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. (ibid., p. 345)

Contudo, estes movimentos não incluíam em suas pautas a defesa dos direitos dos presos comuns, ainda que estes também sofressem com a violação de seus direitos, voltando-se principalmente para o direito dos presos políticos da época.

Com a aprovação da Lei de Anistia em 1979, a liberação dos presos políticos e o avanço da democracia eleitoral, aqueles que defendiam os direitos dos presos políticos passaram a dar atenção aos direitos dos presos comuns. Porém, isso não foi bem aceito por parte da sociedade, que via com maus olhos a defesa dos direitos de “criminosos”.

A autora afirma que, nos anos de 1980, a noção de direitos humanos não foi contestada em sua totalidade e sim quando direcionada ao conjunto de pessoas

“criminosas”. Dessa forma, é para a imagem do criminoso e para o judiciário que devemos voltar nosso olhar para compreender a fragilidade dos direitos individuais e civis em nossa sociedade.

A contestação em relação aos direitos dos presos comuns ocorre concomitante às tentativas de implementação das Políticas de Humanização dos presídios e de iniciativas para a diminuição de abusos policiais propostas por Montoro. O argumento dos que eram contra as propostas de humanização era de que o governador estaria protegendo os “criminosos”.

Neste mesmo período, o crime violento e o medo do crime tinham aumentado significativamente no estado de São Paulo, tomando a centralidade do debate público protagonizado por uma mídia sensacionalista. A oposição de Franco Montoro, com o apoio das camadas reacionárias e avessas à consolidação da democracia em curso, passou a chamar os direitos humanos de “privilégios de bandidos”.

Para ilustrar isso, Caldeira registra trechos e transcrições com argumentos veiculados na época que atacaram diretamente as iniciativas de Montoro. Abaixo apresentamos dois deles, que além de ilustrarem o andamento do debate público da época, também se assemelham aos sinais que indicam a emergência de um Estado Penal, como apontado por Garland (2008) nos EUA e na Grã-Bretanha. O primeiro foi proferido por Antônio Erasmo Dias⁹, em 1983, no período de democratização e publicado em artigo pela *Folha de São Paulo* no dia 11 de setembro e afirmava o seguinte:

a insatisfação da população quanto à polícia, exigindo inclusive uma atuação sua mais 'dura', no que pode ser considerado responsabilidade do governo Montoro, decorre da filosofia alardeada dos 'direitos humanos' aplicada de modo unilateral mais em proveito de bandidos e marginais. Filosofia que privilegia o marginal, dando-lhe o 'direito' de andar armado, assaltando, matando e estuprando. (DIAS *apud* CALDEIRA, 2000, p. 347)

O trecho apresenta o caráter simplista e maniqueísta com que a pauta dos direitos humanos foi abordada por alguns atores sociais de destaque para a opinião pública. Dias ataca o governo Montoro a partir de um discurso de promoção da

⁹ Erasmo Carlos Dias foi Secretário de Segurança Pública por dois mandatos durante o regime militar, deputado estadual durante o período de democratização e membro ativo do “bloco de segurança”. Apoiou a polícia violenta e lobbista da indústria de segurança privada, além de ter ficado conhecido por conta da atuação na chamada “invasão da PUC” de 1977 (CALDEIRA, 2000).

insegurança e não se baseia em dados ou avaliações rigorosas dos instrumentos de controle do crime.

O outro trecho faz parte de um manifesto da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, veiculado em 4 de outubro de 1985, época em que Montoro tinha iniciativas de reformar a polícia um mês antes das eleições.

Os tempos atuais são de intranquilidade para você e de total garantia para os que matam, roubam, estupram. A sua família é destruída e o seu patrimônio, conseguido à custa de muito sacrifício, é tranquilamente subtraído. E por que isto acontece? A resposta você sabe. Acreditando em promessas, escolhemos o governador errado, o partido errado, o PMDB. Quantos crimes ocorreram em seu bairro e quantos criminosos foram por eles responsabilizados? Esta resposta você também sabe. Eles, os bandidos, são protegidos pelos tais 'direitos humanos', coisa que o governo acha que você, cidadão honesto e trabalhador, não merece. (Associação dos Delegados de Polícia de São Paulo *apud* Caldeira, 2000, p. 347)

Com a afirmação acima, fica explícito que as pautas da segurança pública e dos direitos humanos passaram a integrar uma dinâmica própria de tempos de eleição, marcado pela *politização* e pelo *populismo* das medidas de controle estatal do crime e pela disputa eleitoral, mobilizando não só a sensação de insegurança, mas de impunidade e de injustiça – também marcado por um discurso maniqueísta que é aderido em termos de popularidade.

Caldeira (2000) afirma que o discurso daqueles que defendem os direitos humanos – baseado na ideia de que o preso teve sua liberdade restringida e que isso não deve implicar no acesso aos outros direitos garantidos pelo estado, como a segurança, a educação e a saúde, e que suas penas devem ser cumpridas dentro dos limites legais – são contrariados e atacados a partir de três estratégias por seus opositores: a negação da humanidade dos criminosos; a atribuição do aumento da criminalidade por conta do processo de democratização; e a própria ideia de que as Políticas de Humanização dos presídios são, na verdade, uma concessão de privilégios aos “criminosos”.

A primeira estratégia refere-se à construção de um discurso que se utiliza de categorias desumanizadas, falas preconceituosas e o recurso da fala do crime.¹⁰

¹⁰ A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros se seguem; e é raro um comentário ficar sem resposta. A fala do crime é também fragmentada e repetitiva. Ela surge no meio das mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos. Apesar das repetições, as pessoas nunca se cansam. Ao contrário, parecem compelidas a continuar falando sobre o crime, como se as infundáveis análises de casos pudessem

Atende a um modelo maniqueísta de bem e mal e retira os aspectos humanos dos “criminosos” de forma sensacionalista. Geralmente fala-se daqueles criminosos entendidos como mais perigosos, que cometeram os crimes mais violentos, como estupros e assassinatos, falando pouco de crimes considerados menos violentos, como os crimes patrimoniais.

A segunda estratégia associou as medidas em curso na época do governo Franco Montoro – como a tentativa de reestabelecer o Estado de Direito posterior ao Regime Militar, a proposta de reforma da polícia, o controle do abuso policial e as medidas humanitárias no interior das prisões – com as altas taxas de criminalidade. Atribuir a causa da criminalidade a estas medidas foi a grande estratégia da oposição, por conta de seus interesses eleitorais.

Por último, a ideia de que os direitos humanos para presos comuns são, na verdade, privilégios concedidos aos bandidos. Esta ideia é sustentada pelo argumento da dificuldade de acesso a algumas garantias sociais por parte de uma grande parcela da população, como por exemplo, o acesso à justiça.

Embora as classes trabalhadoras estejam começando a usar a lei, e a arena legal tenha assistido a uma série de novos experimentos que pela primeira vez estão beneficiando-as, essas experiências não são suficientes para mudar a imagem negativa das instituições da ordem e a falta de confiança generalizada na justiça. A maioria das pessoas acredita que "a justiça é uma piada", e que tanto a polícia quanto o judiciário favorecem as classes altas e raramente são justos com os trabalhadores. A justiça é, então, um privilégio dos ricos. Os adversários dos direitos humanos usam este ponto, perguntando: se a maioria não tem seus direitos respeitados, por que os criminosos deveriam ter esse privilégio? (CALDEIRA, 2000, p. 349)

Desta forma, os defensores dos direitos humanos são facilmente interpretados como aqueles que se opõem aos direitos dos cidadãos, aqueles que defendem que os gastos públicos devem ser mais investidos na manutenção da vida daqueles que não são entendidos como humanos do com a população em geral, “as reações contra os direitos humanos sempre se referem à noção de que os direitos no Brasil são privilégio de poucos e não universais” (CALDEIRA, 2000, p. 362).

Decorre deste quadro uma reivindicação por punições mais severas e uma polícia mais violenta por parte daqueles que são contra as ideias humanitárias dos

ajudá-las a encontrar um meio de lidar com suas experiências desconcertantes ou com a natureza arbitrária e inusitada da violência. A repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. (Caldeira, 2000, p. 27)

defensores dos direitos humanos, isto inclui penas cada vez mais severas para os criminosos, como a pena de morte e práticas de tortura.

Os dois governos que sucederam a gestão de Franco Montoro objetivaram atender estas demandas da população e das camadas mais reacionárias, de 1987 a 1991, com Orestes Quércia e posteriormente com Luiz Antônio Fleury Filho, de 1991 a 1995, ambos do PMDB.

Esses períodos foram marcados por grandes abusos por partes de agentes estatais ligados à segurança pública, fora e dentro das prisões. Em 1992 ocorre um dos eventos mais trágicos da história das prisões de São Paulo e do Brasil, o Massacre do Carandiru, com a morte oficial de 111 presos. O Massacre do Carandiru marca a necessidade de respostas públicas mais qualificadas por parte das autoridades em relação à segurança pública e a violação dos direitos dos presos.

Com a eleição de Mário Covas para governador em 1995, a preocupação com o tema da violação de direitos ressurge, principalmente no âmbito das instituições penais. A gestão realizada por Mário Covas é marcada pela tentativa de solucionar o problema do *déficit* de vagas das unidades prisionais paulistas. É, portanto, durante sua gestão que assistimos o início da expansão do sistema carcerário paulista. Ao mesmo tempo em que assistimos a expansão do sistema carcerário no estado de São Paulo em número de vagas, também assistimos ao aumento da taxa de encarceramento no mesmo estado, como veremos no próximo capítulo.

3.3 Problematizando a violência enquanto medida de punição

A caracterização de um modelo de democracia política avessa à legitimação dos direitos civis, tal como apresentado por Caldeira, passa pela análise da compreensão da violência como instrumento de punição, somada à noção de *corpo* na sociedade brasileira. A autora compreende que tal noção também é resultado do processo de colonização e do legado de escravidão do nosso país. Ou seja, para além das questões políticas do âmbito da segurança pública, há uma noção de *corpo* em nossa sociedade – que a autora chama de *corpo incircunscrito* – que difere da noção de corpo que emergiu nas sociedades europeias na época da formação dos estados nações, entendida como a era dos direitos e da primazia do indivíduo.

Ao realizar a discussão sobre a punição como vingança privada e dolorosa,

Caldeira indica que há duas percepções presentes na ideia de punição, uma que atende aos limites legais, da justiça, da lei e do sistema judiciário; e outra que encontra espaço no sentimento de vingança, da dor e do sofrimento, caracterizado por um sistema de vingança privado. A discussão fica dividida por aqueles que defendem os direitos humanos e acreditam que só o sistema judiciário deve ser responsável pelas punições e que as mesmas devem respeitar os limites legais; *versus* aqueles que não acreditam no sistema judiciário como um órgão de distribuição de justiça e instrumento de recomposição da ordem.

O segundo grupo revela que a violência e a inflição da dor como punição é vista como um instrumento de desenvolvimento moral e social, coisa que nem a privação da liberdade e nem a própria pena de morte seriam capazes de promover. Na sua avaliação sobre como os moradores de São Paulo acreditam que os criminosos deveriam ser punidos, os interlocutores de Caldeira se alternam entre o sistema legal e público de punição e o sistema privado e violento de vingança.

O interesse pela inflição da dor, de acordo com as escolhas da punição por meios privados e violentos, evidenciam a concepção de *corpo* da sociedade brasileira. Se Foucault, ao descrever as mudanças no sistema punitivo, dá ênfase para um modo de punir cada vez mais incorporal, isso parece não se comprovar em todas as sociedades e se relaciona, por exemplo, com a pouca adesão à defesa dos direitos civis e individuais no Brasil. O grupo que opta pelos sistemas privados de vingança possui maior coro entre os moradores de São Paulo, acreditando no sofrimento e na dor como uma maneira de criar ordem.

Neste sentido, Caldeira busca compreender o papel da violência física e a noção de *corpo* presente no imaginário social dos moradores de São Paulo. Para tanto, a autora perguntou aos seus interlocutores suas opiniões sobre bater em crianças e, embora elas se coloquem contrárias à violência contra as mulheres e crianças, bater nelas por razões disciplinares se mostrou uma prática aceitável. Tratar deste tema, ao invés de tentar saber a opinião literal sobre como os criminosos deveriam ser punidos, possibilitou a autora analisar o papel da violência física nas práticas disciplinares da sociedade brasileira que transbordavam o âmbito da segurança pública e do controle social do crime.

A necessidade de estabelecer limites e dar um exemplo são maneiras de justificar o bater em crianças. O que não é claro é por que impor limites significa bater numa criança em vez de usar alguma outra punição. É também surpreendente que a lógica nessa

discussão sobre o disciplinamento de crianças seja a mesma usada para justificar a pena de morte: dar um exemplo, impor limites. (CALDEIRA, 2000, p. 366)

De acordo com as entrevistas, o uso da violência em situações disciplinares, como o caso da desobediência das crianças, é justificado pelo seu caráter pedagógico, principalmente nos casos em que os argumentos não são suficientes para impedir o cometimento de algum ato indesejado. Quando a linguagem não é suficiente, a violência se torna a solução. O conhecimento e a obediência conquistados por meio da violência parecem ser legítimos para os interlocutores de Caldeira. Esta violência, nas práticas disciplinares das crianças ou na punição dos criminosos, é aplicada nos corpos e é a partir desta análise que a autora realiza uma avaliação da noção de *corpo* e da violação dos direitos, marcada por intervenções, abusos e violência dos corpos.

O corpo é concebido como um *locus* de punição, justiça e exemplo no Brasil. Ele é concebido pela maioria como o lugar apropriado para que a autoridade se afirme através da inflicção da dor. Nos corpos dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos – aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da inflicção da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. (ibid., p. 27)

Para a autora é necessário que a naturalidade da associação entre corpo e dor seja compreendida para além da esfera da punição, do desenvolvimento moral, social e pedagógico. Isso significa entender a naturalidade de aceitarmos que os corpos sofram intervenções em outras esferas da vida cotidiana, fora da questão da punição e do crime.

Caldeira traz a medicina como destaque para práticas de intervenções nos corpos, principalmente das mulheres, trazendo dados a respeito do percentual crescente de cirurgias cesáreas e de métodos contraceptivos ligados à esterilização das mulheres. Comenta também a respeito das cirurgias plásticas, o culto ao corpo e as dinâmicas presentes que envolvem o corpo na época do carnaval – o tocar e ser tocado, os excessos, abusos e até mesmo a violência estão presentes nesta dinâmica. No argumento da autora, isso ocorre porque a cultura brasileira criou uma noção de corpo incircunscrito o qual

[...] não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente

da sua ausência. No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral não é protegido por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros. (ibid., p. 370)

O que é importante destacar desta ideia é que a noção de corpo incircunscrito tem convivido com o modelo político democrático e, enquanto essa noção permanecer, dificilmente os direitos civis e individuais serão fortalecidos. Embora a democracia brasileira mantenha suas particularidades, na opinião da autora, para que ela se torne menos violenta será necessário não só legitimar o sistema judiciário, mas deixar de exercitar seus jogos de poder e abusos de autoridade sobre os corpos dominados. Será necessário encontrar formas para democratizar os espaços públicos, renegociar as fronteiras e respeitar os direitos civis (idem).

A discussão acima apresentada nos auxilia a pensar as características da democracia política que resultou após o período de transição democrática. O histórico dos debates acerca dos direitos humanos e dos direitos civis dá o tom de como a população lida com a questão dos criminosos. Isto influencia as questões eleitorais, as políticas de segurança pública, os órgãos da justiça criminal e as atividades dos policiais. Ou seja, assim como os registros realizados por Garland, Caldeira contextualiza os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que afetam o campo da justiça criminal e remodelam as concepções de controle do crime. No Brasil, o caráter disjuntivo da nossa democracia, a disputa eleitoral e as questões econômicas marcam as políticas que caracterizaram a expansão do sistema carcerário a partir dos anos de 1990.

3.4 O sistema carcerário paulista: disputas e arranjos políticos

Segundo Eda Góes (2004), a gestão de Mário Covas (1995 – 1999), governador de São Paulo pelo PSDB, foi marcada por medidas de expansão do sistema carcerário, sobretudo com a intenção de sanar o *déficit* de vagas das instituições penitenciárias. Com o apoio do governo federal da época, o de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi anunciada a construção de 21 novas unidades penitenciárias no estado de São Paulo.

A construção destas novas unidades prisionais estava destinada às cidades de pequeno e médio porte do interior do estado paulista. Nesta mesma época, o Brasil enfrentava uma crise marcada pelo desemprego, e a construção das unidades indicava a criação de novas vagas de empregos e de um crescimento econômico

local como resultado da instalação destas unidades nas cidades do interior. A descentralização das novas unidades prisionais também resulta do projeto de desativação do Complexo Penitenciário do Carandiru, local de um dos episódios mais trágicos da história das instituições penitenciárias do Brasil.

Dois discursos convergentes envolveram essas instituições, especialmente no período eleitoral em que foram inauguradas. Por um lado, o alívio prometido à população da capital paulista em função da descentralização da população carcerária em direção às penitenciárias do interior do Estado; por outro lado, a promessa de centenas de novos empregos para as regiões interioranas, destacadamente afetadas pela crise econômica. (GÓES, 2004, p. 225)

Góes integra em sua análise os impactos sobre as mudanças políticas, suas possibilidades e limites no âmbito das instituições penitenciárias e o papel da mídia. Questiona as abordagens sensacionalistas das dinâmicas das prisões e dos presos, destacando o jogo de visibilidade e invisibilidade dos temas que emergem destas dinâmicas.

As abordagens midiáticas em torno do tema carcerário tendem a dar visibilidade para as ocorrências excepcionais e mais violentas, como os casos de motins e rebeliões protagonizados pela população carcerária. Ou seja, somente acontecimentos excepcionais – que significam uma quebra radical da rotina dos presos – acabam se tornando pauta para a mídia durante alguns meses. E acrescenta que

[...] pouco ou quase nada se fala dos presídios no seu dia-a-dia, sobre o seu cotidiano de isolamento, quando se enfatizam esses acontecimentos extraordinários que são os motins de presos, explorando-os até a exaustão de forma sensacionalista, produz-se uma imagem invertida dessas penitenciárias, que passam a ser representadas como locais onde não há rotina por obra das manifestações violentas e ameaçadoras dos presos. O que é excepcional assume, assim, a aparência de regra. (ibid., p. 234-235)

Desta forma, os debates a respeito da situação em que se encontram os estabelecimentos penitenciários do Brasil e de São Paulo, seu permanente *déficit* de vagas, as práticas de violência excessivas, os abusos por parte de agentes penitenciários ou o acesso à saúde e a educação, não são questionados no sentido de zelar pela vida dos que estão sob a tutela do Estado. A discussão sobre as garantias dos direitos civis dos presos não faz parte do debate midiático, assim como não faz parte da preocupação do dia a dia das pessoas que não vivem esta

realidade. Muitos aspectos da dinâmica do cotidiano do cárcere são ignorados.¹¹

Neste mesmo sentido, a autora destaca a produção científica que tematiza o cotidiano daqueles que trabalham nas unidades prisionais, comenta a respeito daquilo que é chamado de processo de *prisonalização*, o qual se refere tanto ao *cheiro da cadeia*, que se impregna nos funcionários, como as gírias de cadeia, comumente criadas pelos presos, mas que passam a fazer parte do vocabulário dos funcionários. Outro aspecto significativo, apontado como tendência deste processo, refere-se à *lei do silêncio*. Ou seja, há pouca disposição por parte dos funcionários em comentarem suas experiências: o medo e a segurança são apontados como justificativa para este comportamento.

A compreensão de que o seu papel de contato cotidiano e direto, único e exclusivo, entre o interior e o exterior das muralhas não é apenas desgastante e perigoso, mas pode tornar-se instrumento de poder, passando a ser então explorada. (ibid., p. 225)

O silêncio em relação às experiências vividas no cotidiano do cárcere é sempre apontado como um elemento para garantir a segurança, sendo pouco questionado como falta de transparência das instituições de segurança e justiça responsáveis pelas unidades e pelas atividades no interior das prisões.

De acordo com a nossa experiência de campo e com a experiência de Silvestre (2012), pudemos perceber que houveram aqueles que desejaram falar sobre suas vivências e experiência dentro das prisões. No caso de Silvestre, as conversas sobre a rotina de trabalho eram corriqueiras durante as horas de lazer em família. Para nós, apesar dos pedidos de anonimato, aqueles que se dispuseram a falar, em nenhum momento deixaram de comentar ou narrar algum dos tópicos que indagamos. Embora não possamos afirmar que o desejo de narrar as experiências vividas esteja presente em todos os funcionários da prisão, foi possível perceber que o que os limitam, quando há este desejo, são preocupações em relação à autorização da Secretaria de Administração Penitenciária.

Conforme apresentado no capítulo de procedimentos metodológicos, a questão da autorização daqueles que podem realizar pesquisas e falar sobre os assuntos que envolvem o cotidiano prisional podem ser colocados de duas formas: são os pesquisadores que precisam de autorização para desenvolver as pesquisas ou são os funcionários que precisam de autorização para falar com os

¹¹ Trabalhos como o de Godoi (2010) e Silvestre (2012) nos permitem uma imersão em assuntos entorno do cárcere que não são comumente tratados.

pesquisadores?

Desta forma, chamamos a atenção não só aos procedimentos burocráticos exigidos pela Secretaria de Administração Penitenciária, mas também ao decreto de sigilo assinado pelo Governador Geraldo Alckmin em fevereiro de 2016.

Em setembro de 2015, o governador assinou um decreto que determinava sigilo de até 100 anos para determinados documentos que compõem a administração penitenciária de São Paulo, isso depois de ter colocado sob sigilo dados da SABESP, do Metrô e da Polícia Militar. O decreto SAP 165, de 2-9-2015, determinava sigilo para documentos que dizem respeito às movimentações carcerárias, às ações da secretaria contra as *facções criminosas* e aos processos de internação e desinternação dos presos no Regime Disciplinar Diferenciado.

Como resultado das reivindicações dos órgãos de fiscalização do Ministério Público e pela garantia da Lei de Acesso à Informação, o Governador revogou este decreto em outubro do mesmo ano, ainda assim permaneceu o sigilo para determinados assuntos. Até que, por fim, em fevereiro de 2016, houve um novo decreto que veta o sigilo prévio aos documentos. Ou seja, o sigilo só pode ser declarado com a análise prévia de uma equipe técnica. Isso significa que, sob uma justificativa de mais transparência e aplicação técnica, mantem-se a margem para a aplicação do sigilo sobre determinados assuntos ou documentos.

4. Características e especificidades do cenário prisional paulista

As medidas de expansão do sistema carcerário paulista, com a construção de novas unidades, de início, não evidenciaram um aumento do número de presos em si. Essa ampliação foi justificada pela tentativa de sanar o *déficit* do número de vagas e as superlotações das unidades existentes. No entanto, junto com o aumento do número de unidades prisionais, a população carcerária também cresceu.

As altas taxas da população encarcerada não são suficientes para caracterizar o cenário prisional paulista, que possui características próprias da sua localidade. Assim, apresentaremos no presente capítulo, as características do cenário prisional paulista que, em comparação com o quadro nacional, revelam em si mesmas suas especificidades.

As características do cenário prisional paulista consideradas aqui correspondem ao fenômeno do encarceramento em massa, o “*novo*” perfil dos presos, a atuação das chamadas *organizações criminosas* e a interiorização das unidades prisionais. Descreveremos cada uma delas com o objetivo de detalharmos melhor este cenário e a fim de compreendermos suas dinâmicas e suas novidades (de 1990 a 2010).

Nós não pretendemos estabelecer relações causais entre as características destacadas, mas evidenciar os elementos do cenário prisional paulista que resultam em sua e da sua dinâmica.

Entre as características que elencamos acima, existem aquelas que, embora sigam uma tendência nacional, se destacam em comparação ao quadro brasileiro por conta da proporção ou de sua particularidade. É o caso da atuação das chamadas *organizações criminosas* que além de se configurar como uma característica do cenário prisional paulista é também uma especificidade.

4.1 O encarceramento em massa e o perfil da população carcerária no Brasil

Em 2014 o Brasil passou a ter a terceira maior população carcerária do mundo, com 711.463 presos, ficando atrás da China que ocupa o segundo lugar com 1.701.344 de presos e dos Estados Unidos que ocupa o primeiro lugar com 2.228.424 de presos.

Conforme os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça no Novo

diagnóstico das pessoas presas no Brasil (2014) temos as seguintes informações a respeito da população carcerária do Brasil e do estado de São Paulo:

Tabela 1 - Dados da População Carcerária (São Paulo - Brasil).

| | População Carcerária | Presos em cumprimento de prisão domiciliar | Total de presos (população carcerária + prisão domiciliar) |
|----------------|----------------------|--|--|
| São Paulo | 204.946 | 92.150 | 297.096 |
| Total Nacional | 563.526 | 147.937 | 711.463 |

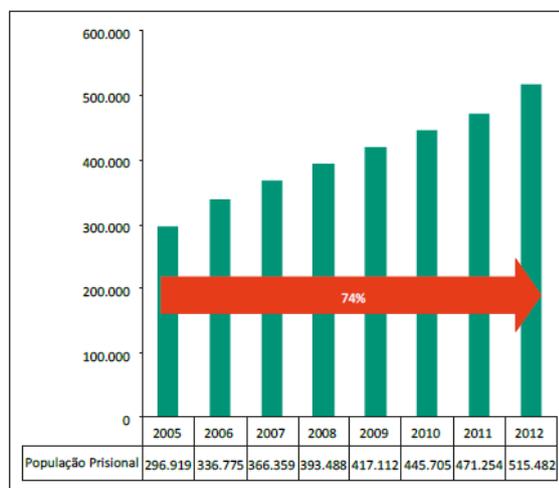
Fonte: Conselho Nacional de Justiça.

Em São Paulo o total de presos é de 297.096, e a população carcerária cumprindo pena nas unidades prisionais corresponde a 36,3% dos presos de todo o país.

Em 2015, no mês de junho, foi lançado pela Secretaria Geral da Presidência da República junto à Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial o Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil. O gráfico retirado de tal publicação permite ilustrarmos o crescimento da população carcerária do Brasil de 2005 a 2012, que corresponde a 74% de crescimento.

Figura 1 - População prisional brasileira em números absolutos. Brasil. 2005 a 2012.

Gráfico 1. População prisional brasileira em números absolutos. Brasil. 2005 a 2012.



Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento

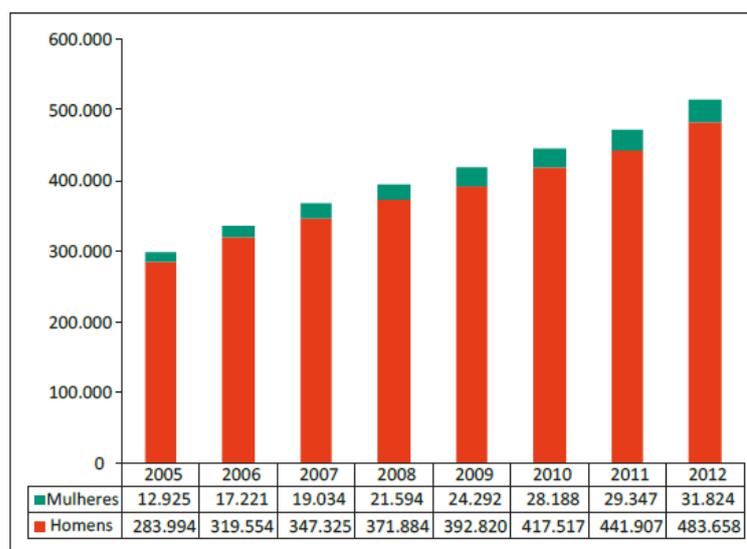
Esse mapa também traz dados de todos os estados do país, para o mesmo período, o que nos permite fazer uma comparação entre todos os estados e por região. Pode se afirmar a partir dele que em todos os estados houve aumento da população carcerária e que o estado de Minas Gerais registrou a maior porcentagem, com um aumento de 624%. São Paulo teve um aumento de 58%, muito inferior ao de Minas Gerais e ainda assim é o estado com o maior número de presos do país.

Além dos dados a respeito do crescimento da população encarcerada, o mapa apresenta dados sobre gênero, escolaridade, idade, tipos de crimes e o fator cor/raça, possibilitando o delineamento do perfil da população carcerária do Brasil.

A respeito do perfil da população carcerária, o Mapa do encarceramento os jovens do Brasil nos auxilia em termos quantitativos, indicando uma seletividade de gênero, racial e etária do sistema judicial e prisional brasileiro. Como fica evidenciado pelos números dos gráficos representados pelas figuras abaixo que também indicam a tipificação dos crimes cometidos pela população encarcerada e sua escolaridade.

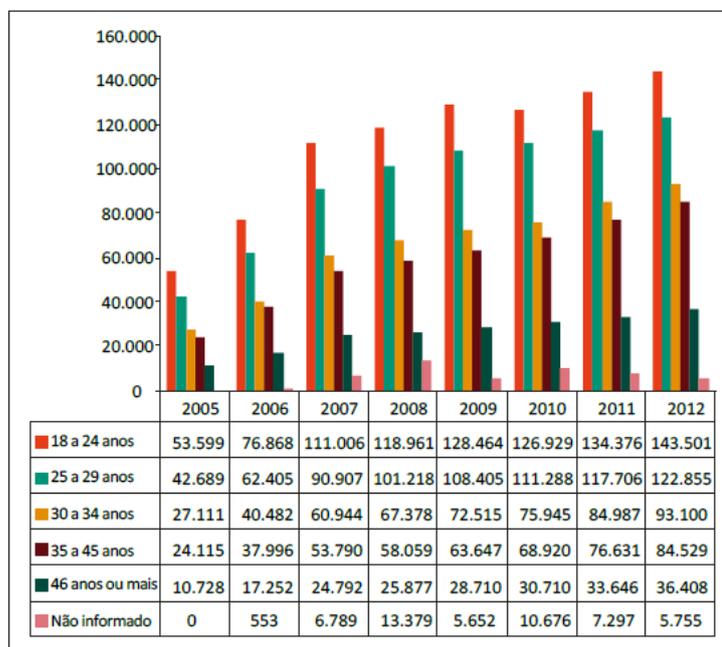
Figura 2 - População prisional segundo gênero. Brasil. 2005 a 2012.

Gráfico 6. População prisional segundo gênero. Brasil. 2005 a 2012.



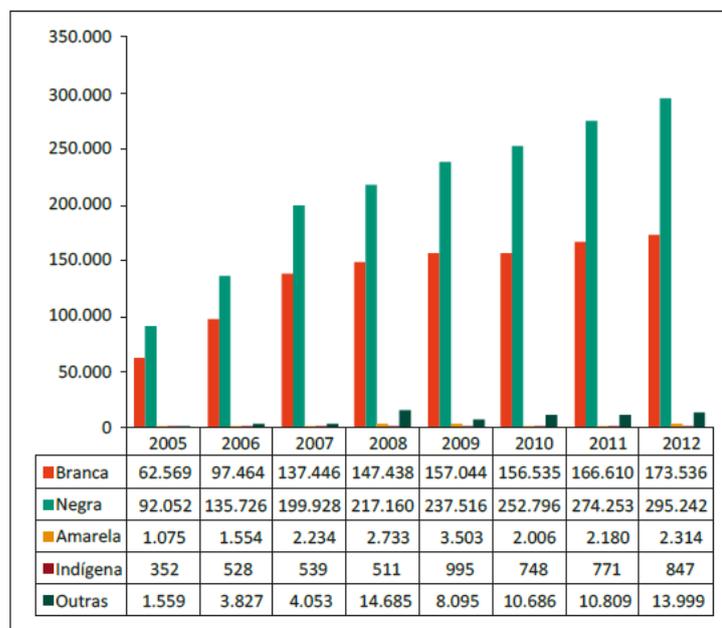
Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento

Figura 3 - População prisional segundo faixa etária. Brasil. 2005 a 2012.**Gráfico 8. População prisional segundo faixa etária. Brasil. 2005 a 2012.**

Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento

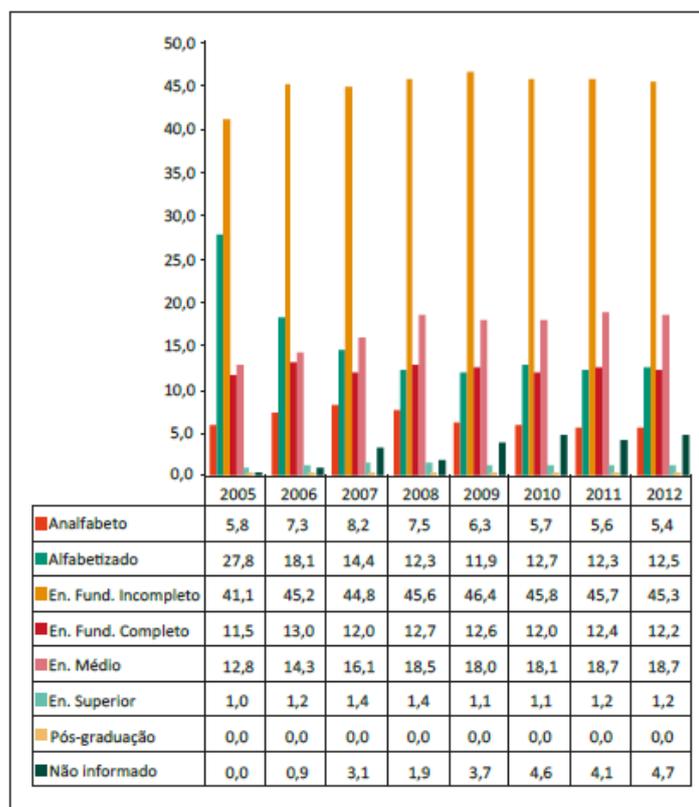
Figura 4 - População prisional segundo cor/raça. Brasil. 2005 a 2012.**Gráfico 10. População prisional segundo cor/raça. Brasil. 2005 a 2012.**

Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do encarceramento.

Figura 5 - Percentual da população prisional segundo escolaridade. Brasil. 2005 a 2012.

Gráfico 7. Percentual da população prisional segundo escolaridade. Brasil. 2005 a 2012.



Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento.

Figura 6 - Percentual dos presos segundo tipo de crime. Brasil. 2008 a 2012.

| Tabela 3. Percentual dos presos segundo tipo de crime. Brasil. 2008 a 2012. | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| Tipo de crime | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Contra a pessoa | 12,8 | 12,6 | 11,9 | 12,3 | 11,9 |
| Outros ¹ | 12,9 | 13,4 | 12,9 | 13,5 | 13,7 |
| Entorpecentes | 20,9 | 21,8 | 24,8 | 25,5 | 25,3 |
| Contra o patrimônio | 53,3 | 52,2 | 50,4 | 48,7 | 49,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento

A conclusão apresentada por meio dos dados analisados do mapa afirma que o perfil da população encarcerada no país é de: “homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais...” (Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil, p. 91, 2015) sendo

que o estado de São Paulo aparece diversas vezes entre os que impulsionam os números para cada uma destas categorias¹².

Observando os dados mais recentes, de 2012, verifica-se que das 515.482 pessoas presas no país, 190.828 estavam encarceradas no estado de São Paulo, o que significa dizer que aproximadamente um terço da população prisional brasileira estava localizada no estado. Já em Minas Gerais, o segundo estado em população encarcerada do Brasil, havia, no mesmo período, 45.540 presos. (Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, p. 28, 2015)

São Paulo se destaca também por ser o estado que prende mais negros em relação aos brancos, em 2007 ocupava o segundo lugar no ranking da taxa de encarceramento de pessoas negras por União Federativa, mas em 2012 passou a ocupar o primeiro lugar, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 6 - Taxa de encarceramento de brancos. UFs. 2007 e 2012.

| Tabela 14. Taxa de encarceramento de brancos. UFs. 2007 e 2012. | | | | | |
|---|---------|---------|------|---------|-----------------------|
| UFs | Brancos | | | | |
| | 2007 | | 2012 | | Variação 2007/2012 |
| | Taxa | Posição | Taxa | Posição | |
| AP | 260 | 3º | 416 | 1º | 60% |
| MS | 297 | 1º | 315 | 2º | 6% |
| SP | 227 | 4º | 288 | 3º | 27% |
| RR | 266 | 2º | 232 | 4º | -13% |
| RS | 194 | 6º | 219 | 5º | 13% |
| RO | 165 | 9º | 216 | 6º | 31% |
| ES | 87 | 18º | 204 | 7º | 135% |
| MT | 202 | 5º | 203 | 8º | 0% |
| PR | 190 | 7º | 197 | 9º | 3% |
| SC | 123 | 11º | 185 | 10º | 50% |
| PE | 111 | 15º | 166 | 11º | 49% |
| AC | 113 | 14º | 163 | 12º | 44% |
| MG | 66 | 19º | 154 | 13º | 134% |
| DF | 188 | 8º | 123 | 14º | -35% |
| RJ | 92 | 17º | 111 | 15º | 21% |
| AL | 46 | 25º | 109 | 16º | 136% |
| TO | 101 | 16º | 104 | 17º | 2% |
| RN | 65 | 20º | 101 | 18º | 57% |
| GO | 119 | 13º | 100 | 19º | -16% |
| PB | 143 | 10º | 85 | 20º | -41% |
| SE | 57 | 21º | 83 | 21º | 45% |
| AM | 52 | 22º | 82 | 22º | 58% |
| MA | 36 | 26º | 76 | 23º | 112% |
| PA | 120 | 12º | 72 | 24º | -40% |
| CE | 50 | 23º | 68 | 25º | 36% |
| BA | 33 | 27º | 49 | 26º | 49% |
| PI | 46 | 24º | 47 | 27º | 3% |

Fonte: InfoPen e Waiselfiz

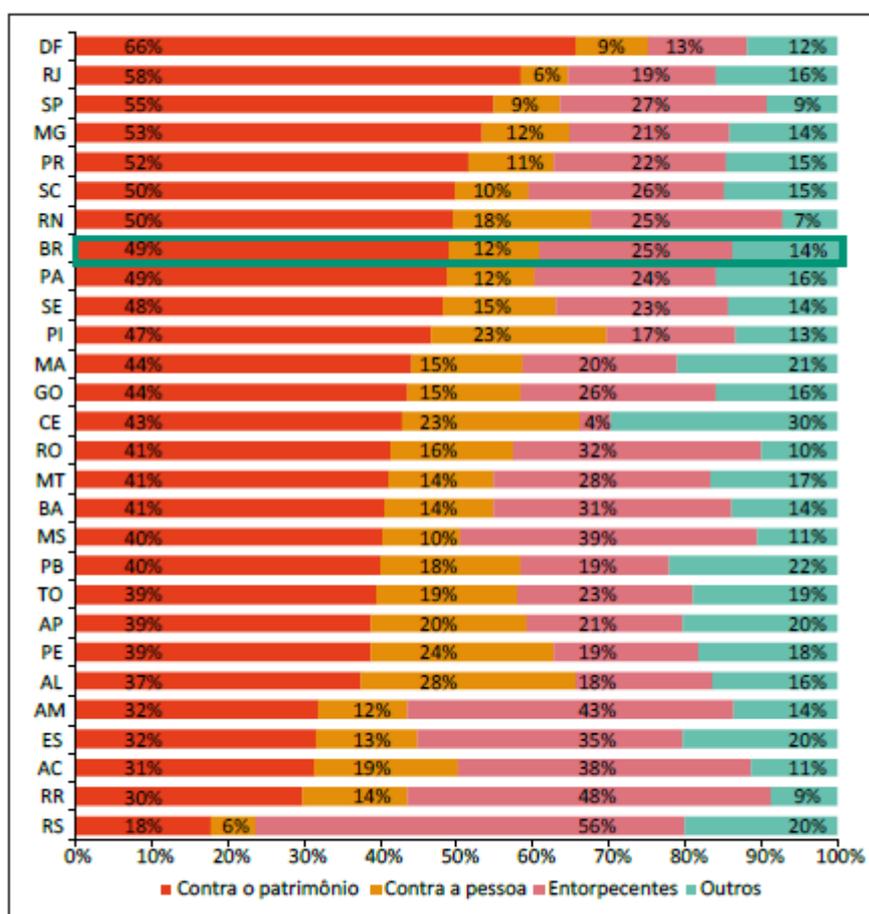
Fonte: Mapa do Encarceramento.

¹² O Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil está disponível em versão online no site da Secretaria Nacional de Juventude.

E em relação aos tipos de crime cometidos pela população carcerária de cada União Federativa temos os seguintes números a respeito do perfil da população prisional paulista diante da média nacional:

Figura 7 - Percentual da população prisional segundo tipo de crime. UFs e Brasil. 2012.

Gráfico 26. Percentual da população prisional segundo tipo de crime. UFs e Brasil. 2012.



Fonte: InfoPen

Fonte: Mapa do Encarceramento.

Estes dados nos possibilitam pensar no encarceramento em massa, tanto a partir das características descritas por Garland (2008): altas taxas e aumento exponencial da população carcerária com ênfase em determinados grupos sociais, como pelas características descritas por Wacquant (2008), que inclui na análise das altas taxas da população carcerária preocupações com recortes de classe, raça e o desempenho de atores das agências de justiça criminal na seletividade da população carcerária.

4.1.2. Seletividade etária e racial e o protagonismo da PM

Em artigo publicado por Sinhoretto e Lima (2015) - *Narrativa autoritária e pressões democráticas na Segurança Pública e no controle do crime* – os autores apontaram o protagonismo dos policiais militares na seletividade etária e racial do perfil que compõe a população carcerária representada nos dados do *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil, 2015*.

O perfil dos encarcerados mostra que a vigilância policial – que prende em flagrante delito – está concentrada sobre ladrões de pequenas quantias e sobre traficantes de pequenas quantidades. Só 12% dos presos brasileiros estão cumprindo penas por ter cometido homicídios. O centro da política criminal é pautado pela punição aos crimes patrimoniais e ligados às drogas, em linha com a força da doutrina de guerra às drogas, inaugurada pelos Estados Unidos nos anos 1980. (SINHORETTO; LIMA; p. 126, 2015)

Muitos destes jovens negros permanecem presos provisoriamente, podendo esperar por anos o seu julgamento que comumente os condena por crimes patrimoniais ou ligados ao tráfico de drogas para os quais há previsão de penas alternativas. Conforme ilustra a Figura 6 e 8, no Brasil apenas 11,9% dos presos respondem por crimes contra a pessoa (9% em SP), 49,1% contra o patrimônio (55% em SP) e 25,3% (27% em SP) por entorpecentes em 2012.

Observando as características desta lógica, percebe-se que a gestão dos conflitos violentos não é uma preocupação central para a política criminal das instituições da justiça. Considerando ainda que boa parte do trabalho da justiça criminal parece se iniciar com prisões em flagrante – o que se reflete na quantidade de presos que ainda aguarda julgamento no Brasil (215.639 presos provisórios no sistema penitenciário em 2013, ou seja, 40,1% do total de presos) –, vê-se que o protagonismo na gestão dos conflitos violentos é das polícias militares, que produzem e operam a seleção dos públicos e delitos que sofrem de fato o controle criminal. (IDEM, p. 126, 2015)

De acordo com o argumento dos autores, o protagonismo dos policiais militares para a composição do perfil da população encarcerada se dá pelo fato destes atores sociais terem por competência a vigilância cotidiana das ruas e por determinarem o conteúdo prático de ordem pública e as fronteiras entre o legal e o ilegal. Destacam também a renúncia do judiciário em relação ao protagonismo da justiça criminal frente a sua participação na composição da população carcerária.

Num padrão similar ao adotado em vários países da América do Sul, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), seu modo de atuação considera aceitável que cerca de 40%

dos presos brasileiros estejam em situação provisória. (IDEM, p. 128, 2015)

Ou seja, junto ao protagonismo da Polícia Militar na seleção racial e etária do perfil dos presos por meio da sua atuação de vigilância nas ruas, há também a atuação debilitada da justiça criminal nas resoluções dos processos. Aparentemente o percentual de presos provisórios entre a população carcerária do Brasil seja considerado aceitável por este setor.

4.2 O que tem de “novo”?

Acrescentamos a ideia de “novo” para o perfil da população carcerária de acordo com a percepção dos nossos interlocutores e também pela fala de Márcio Coutinho, que em entrevista encontrada no site da SAP afirma que os presos estão mais audaciosos por conta da presença das *facções criminosas*.

Para além do que os dados quantitativos podem nos revelar, nossos interlocutores fazem uma avaliação do perfil da população num sentido qualitativo, esta ideia de “novo” é dada por uma mudança da dinâmica da prisão marcada pela atuação do PCC, segundo parte dos nossos interlocutores e também pela bibliografia.

Não sei se já falaram isso pra você, mas a gente sabe que em grande parte isso aí, a baixa quantidade de homicídio no presídio, até mesmo na rua que caiu aqui em São Paulo, é devido as facções porque o PCC na cadeia ele proíbe o crack, porque se tipo, o cara fuma uma pedra lá ele não respeita o comando de ninguém. Jamais o preso vai fazer alguma coisa sem ordem, se ele fizer ele é excluído ou até morto, isso aí colocou ordem na, a partir do momento que o PCC começou a crescer nas unidades prisionais, começou a ganhar força dentro e fora, pode notar os índices do homicídio começou a cair tanto dentro dos presídios como na rua. (ASP, ex membro do GIR)

A emergência do PCC tem sido apontada por alguns estudos (Biondi, 2010; Dias, 2011, 2013; Marques, 2009) como uma novidade que transformou os modos de organização das atividades criminais, afetando simultaneamente as condutas e valores dos indivíduos e a escala de organização das atividades. O seu advento reorganizou de maneira muito significativa a vida dos encarcerados, afetando a identidade social dos presos, criando novas funções políticas no interior das penitenciárias e cadeias, mudando a correlação de força entre a população prisional e a administração penitenciária. (SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013)

4.2.1 A atuação das chamadas *organizações criminosas*

A tese de Camila Dias (2011), *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista*, guia nosso entendimento sobre o surgimento do principal coletivo de presos atuantes nas unidades prisionais do estado de São Paulo. Ao retratar o surgimento do PCC em 1993, a expansão e consolidação entre 2001 e 2007, a autora indica aspectos importantes para a compreensão dos efeitos do encarceramento em massa no estado de São Paulo.

Interessa-nos compreender as dinâmicas estabelecidas com a atuação do PCC, pois ele apresenta simultaneidade com as políticas de endurecimento penal que resultam no encarceramento em massa.

Dias indica que o surgimento do PCC se deu em 1993, um ano após o evento que ficou conhecido como o Massacre do Carandiru, ocorrido no dia 2 de outubro, resultado de uma intervenção realizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo para conter uma rebelião resultando na morte oficial de 111 presos.

Inspirada na sociologia de Nobert Elias, a autora, também procurou compreender a figuração social que se constituiu nas prisões paulistas como resultado da monopolização das oportunidades de poder pelo PCC. Sua análise é apresentada a partir de dois eixos, um horizontal, de caráter processual e um eixo vertical, de caráter figuracional.

Em certo momento do eixo processual a autora se dedica ao período que vai de 1993 a 2006, o qual tematiza a relação do PCC com o uso da força física. Tal uso por parte dos grupos de presos nos interessa do mesmo modo que o uso da força física por parte da administração penitenciária, como acontece em algumas práticas do GIR.

De acordo com nossos interlocutores o uso da força física pelo GIR aparece como um fator central nos momentos de negociação entre os presos e a administração carcerária, por conta disso, o GIR nos foi apontado como uma moeda de troca na administração de conflitos intramuros. “O GIR é um mecanismo extraordinário de controle, é assim, ele traz o elemento de barganha para os diretores, ele traz o elemento de controle em si, ele rompe com a capacidade do PCC de controlar a população penitenciária, sabe?” (Ex Agente da Pastoral Carcerária).

De acordo Dias, houve um período em que o PCC atuava de forma mais violenta no interior das prisões, no período de sua expansão:

a violência espetacularizada foi um importante componente na construção da legitimidade de sua posição de autoridade no universo prisional, pela imposição do medo e do terror, em uma demonstração da desproporção das capacidades de uso da força física entre controladores e controlados. (DIAS, p. 179, 2011)

Já no período de consolidação, evidenciado pós a mega rebelião de 2001, a atuação do PCC tornou-se menos violenta, passando por um processo de racionalização do uso da violência.

a manutenção do domínio conquistado requeria a construção de uma nova base de legitimação a fim de suportar as pressões que eram advindas da massa carcerária e certamente seriam capazes de derrubar um domínio em que uma grande maioria fosse submetida, apenas pela força, por uma minoria. (Idem, 2001, p. 179)

As maneiras de se relacionar no interior da prisão, orientadas pela atuação do PCC configuram hoje uma das maiores especificidades do sistema carcerário paulista. Contudo, houve um período em que as autoridades públicas negavam a existência do PCC. Um de nossos interlocutores chegou a comentar que quando o sindicato começou a falar sobre a existência do PCC um dos secretários de Segurança Pública afirmou que isso era paranoia de ASP.

“Ó, esse é engraçado até, na época que, uns anos antes desse ataque de 2006, tipo 2002, não lembro precisamente a época, tinha um secretário de Segurança da Secretaria de Administração Penitenciária que ele falava, isso o próprio Sindicato comentava isso aí, que ele tinha falado, o Sindicato sempre estava batendo nesta coisa que estavam se formando grupo, o grupo está se fortalecendo, a facção está crescendo nas penitenciárias e tal e este Secretário falou que era paranoia de ASP, de Agente Penitenciário, que esta coisa de falar que é o PCC tal, que o PCC não existe, que é paranoia de ASP, este o próprio pessoal do Sindicato falou, aí passado uns anos aconteceu aquilo de 2006, né? Aí eles começaram a ver...” (Ex – ASP)

As megas rebeliões do sistema prisional paulista, a de 2001 e a de 2006, as quais foram atribuídas ao PCC o protagonismo não deixaram dúvidas, nem para as autoridades nem para a sociedade civil, sobre a existência e a potencialidade de tal grupo.

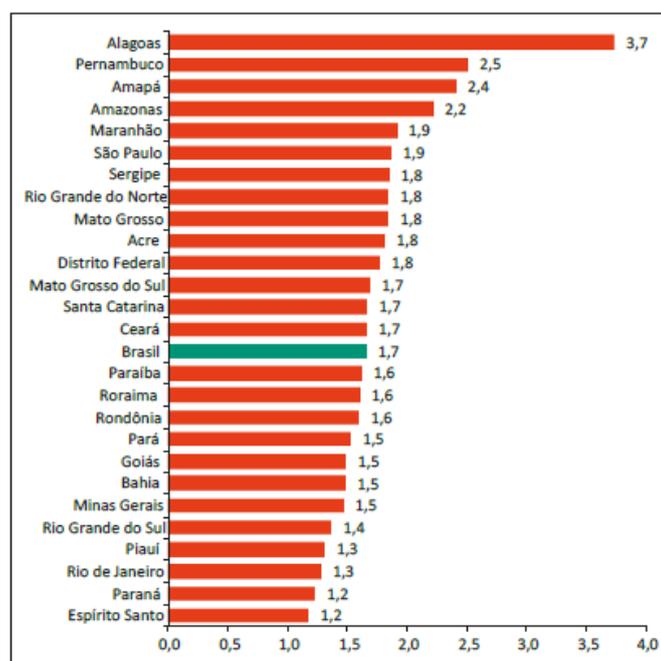
Conforme já dito anteriormente houve a partir do começo dos anos 1990 a expansão e interiorização do sistema carcerário paulista, motivado pela tentativa de suprir déficit do número de vagas, do processo de desativação da Casa de Detenção de São Paulo e a tentativa de gerar novos empregos e mover a economia nas cidades de pequeno e médio porte. Consideremos estes dois acontecimentos como característicos do cenário prisional paulista.

4.3 Sobre a expansão e a interiorização das unidades prisionais do estado de São Paulo

Além do aumento do número de presos, vimos nos últimos 20 anos a ampliação da capacidade do sistema carcerário paulista em número de vagas, ainda que o problema da superlotação das penitenciárias esteja sempre presente, em todos os estados, como fica evidente com o gráfico abaixo também retirado do *Mapa do Encarceramento* indicando a razão do número de preso por vaga, em cada uma das Uniões Federativas, no ano de 2012.

Figura 8 - Gráfico da Razão de preso/vaga segundo UFs. Brasil. 2012.

Gráfico 3. Razão preso/vaga segundo UFs. Brasil. 2012.



Fonte: InfoPen

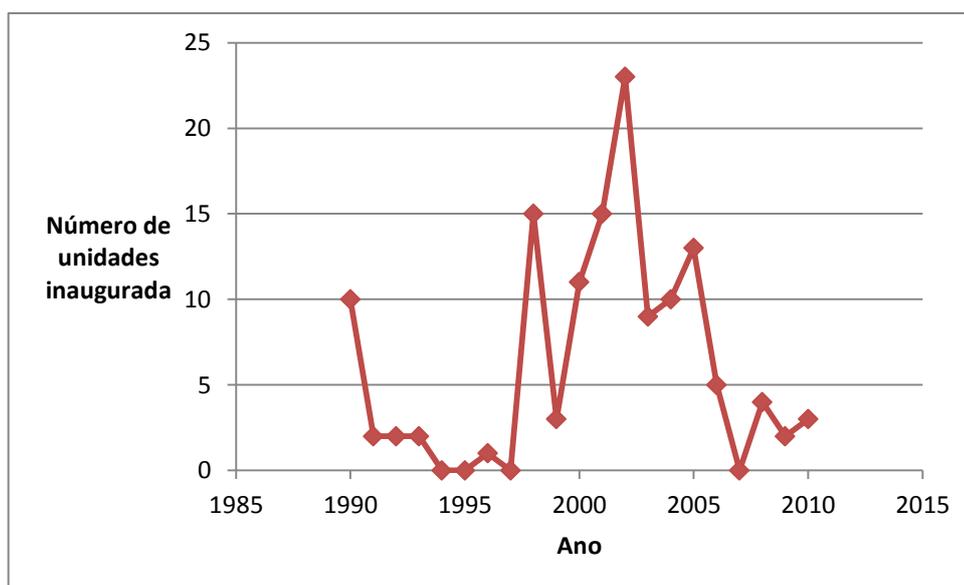
Fonte: Mapa do Encarceramento

Tal ampliação do sistema prisional ocorreu com a construção e descentralização das unidades prisionais, ou seja, as novas unidades foram

construídas por todo território do estado de São Paulo, sobretudo, em cidades de pequeno e médio porte.

Segundo o site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), há hoje no estado 163¹³ unidades prisionais e a partir dos dados divulgados nele elaboramos o gráfico abaixo, com este gráfico podemos verificar a regularidade da inauguração de novas unidades prisionais durante o período de 1990 a 2010.

Gráfico 1 - Unidades prisionais inauguradas de 1990 a 2010 no estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária, SP.

Vale frisar que de 1920 a 1989 foram inauguradas 22 unidades prisionais, já de 1990 a 2010 foram 120 novas unidades prisionais e destacamos que no ano de 2002 23 unidades prisionais são inauguradas, este dado aparentemente nos serve para compreender a resposta dada por parte das autoridades públicas à mega rebelião de 2001.

Os números, tanto da população carcerária, quanto das unidades prisionais inauguradas no estado de São Paulo, ilustram características e mudanças ocorridas no cenário prisional paulista. Embora o aumento da população carcerária se dê em todos os estados, São Paulo continua sendo o estado com o maior número de presos.

Isso, no entanto, só parece ser possível por conta das dinâmicas próprias do

¹³ Dado consultado em 06 de Julho de 2015.

contexto paulista, muito marcado pela atuação das chamadas *organizações criminosas*, com destaque para o PCC.

“Que é o que chegou ao ponto que tá porque o sistema penitenciário aqui de São Paulo, se ele tivesse com esta população carcerária que tá com esta quantidade de vaga que tem nos anos 2000 era, falar pra você, rebelião todo final de semana. Só não tem rebelião por causa do PCC, o PCC segura” (ASP, ex membro do GIR)

De acordo com Silvestre (2012), a interiorização do encarceramento se dá pela construção de novas unidades prisionais em cidades do interior do estado de São Paulo, geralmente em cidades de pequeno e médio porte, com a promessa de empregos estáveis e transformações positivas na economia da cidade.

Em sua dissertação, a autora nos mostra os conflitos econômicos e morais apresentados por comerciantes, moradores locais e agentes estatais (tanto os da administração penitenciária, como os da administração municipal) em relação à presença da recém chegada unidade prisional, a segunda a se situar na cidade, e a circulação dos familiares, sobretudo mulheres, que transitam na cidade para realizarem as visitas aos seus familiares presos.

A autora descreve o impacto que este processo tem na vida local e também na vida dos presos e de suas visitas, já que muitas vezes os presos são transferidos para unidades prisionais distantes da cidade onde sua rede familiar e de afeto se localiza.

A descentralização das unidades prisionais também possibilitou que a transferência de presos passasse a ser utilizada como um recurso de administração de conflitos conforme veremos melhor na parte em que trazemos os discursos dos nossos interlocutores.

4.4 Administração de conflitos intramuros: arranjos políticos, institucionais e judiciais

Junto às características apresentadas acima, gostaríamos de apresentar um conjunto de elementos que ajudam a refletir as maneiras pelas quais os atores sociais responsáveis pela administração carcerária tentaram administrar os conflitos intramuros através dos anos, e principalmente os arranjos políticos, institucionais e judiciais que surgiram depois dos anos 1990, já no período de expansão do sistema carcerário.

Dias (2011) indica o episódio do Massacre do Carandiru como sendo o ápice de uma inflexão das medidas democratizantes postas durante a década de 1980. Conforme vimos, no governo de Franco Montoro (ALVAREZ *et al.*, 2013), houve no sistema prisional uma tentativa de implementar uma Política de Humanização dos presídios.

É neste período que surgiram as Comissões de Solidariedade, uma maneira de estabelecer um canal formal de comunicação entre os presos e a administração penitenciária. Segundo Alvarez *et al.* (2013) tais comissões proporcionavam uma situação em que as reivindicações dos presos na luta por direitos ocorressem de forma legal e institucional, de maneira que deixava de lado tanto as formas de representações consideradas “pelegas” pelo fato da própria administração indicar os “representantes”, quanto pelo fato de existirem cooperações informais (e possivelmente irregulares) entre administração prisional e as lideranças que se constituem pela ascendência do mundo do crime.

As Políticas de Humanização dos presídios não foram muito bem recebidas por parte da população, o que se viu no governo seguinte de Orestes Quécia (PMDB, 1987 – 1991) foi uma guinada conservadora no âmbito das políticas de segurança pública.

A partir de então, o quadro do sistema carcerário paulista é este que vimos indicando, um aumento proeminente da população carcerária, a expansão do sistema a partir da construção de novas unidades prisionais espalhadas pelo interior do estado de São Paulo, uma população carcerária que resulta de uma seleção etária e racial e a atuação das chamadas *organizações criminosas*.

A própria criação da Secretaria de Administração Penitenciária data do começo dos anos de 1990 e pode ser entendida como uma maneira de tentar otimizar a gestão da população carcerária. Segundo dados oficiais, em 1991 os estabelecimentos prisionais eram de responsabilidade da Secretaria de Justiça, em 1992 da Secretaria de Segurança Pública, e posteriormente com o entendimento do Governo do Estado de que:

[é] tarefa essencial o estabelecimento de melhores condições de retorno à sociedade daqueles que estão pagando suas dívidas para com a justiça. O sistema prisional tem características próprias e exige uma adequada solução: um sistema carcerário eficiente, dentro de um Estado democrático, onde o direito de punir é consequência da política social, a serviço de toda a sociedade, mas fundado nos princípios de humanização da pena, sem que dela se elimine o conteúdo retributivo do mal conseqüente do crime. (Site da SAP)

Foi então criada a Secretaria de Administração Penitenciária por meio da Lei nº 8209 de 04/01/93 e do Decreto nº 36.463, de 26/01/1993 que a organizou.

Em relação ao PCC, a bibliografia mostra que sua criação data do início da década de 1990, porém a existência do PCC só é assumida publicamente pelo poder público em 2001 com o episódio da 1ª Mega Rebelião, quando 29 unidades prisionais se rebelaram, houve ainda, uma 2ª Mega Rebelião, no ano de 2006, quando 71 das 116 unidades prisionais se rebelaram, ambas tiveram o protagonismo atribuído ao PCC.

Tais episódios puseram em questão a centralidade da administração penitenciária, a fala do Governador Geraldo Alckmin em 2001, a respeito das reivindicações do PCC foi: “Quero deixar claro que o governo não vai permitir que o crime organizado domine o sistema penitenciário paulista. A ação do governo é firme neste sentido: aqui só há um comando, que é o do governo, e a polícia está orientada neste sentido de fazer seu trabalho.” (Geraldo Alckmin, 2001)¹⁴.

Ainda assim, o que se viu em 2006 foram ações que extrapolaram os muros das prisões. Segundo dados da imprensa, houve 115 ações terroristas contra delegacias, fóruns e quartéis do corpo de bombeiros, até o momento em que a notícia era relatada já haviam ocorrido 58 mortes¹⁵. Estes episódios ficaram conhecidos como os *ataques de 2006*. Aparentemente, a resposta dada pelas autoridades públicas ao evento de 2001, com um aumento exacerbado do número de unidades prisionais em 2002 e a criação do RDD não teve muito efeito.

Em 2001, impulsionado pela ocorrência da megarrebelião, foi criado pela SAP o Regime Disciplinar Diferenciado que foi posteriormente integrado à Lei de Execução Penal (LEP), em 2003. O RDD trata-se de um instrumento do Estado que permite a imposição de um regime de cumprimento de pena muito mais rígido e severo do que o comum.

Segundo a análise de Dias (2009) em relação aos efeitos simbólicos e efetivos do RDD, este dispositivo surge com o objetivo de isolar as lideranças das

¹⁴ Fala retirada da imprensa virtual. "Líderes do PCC não voltam ao Carandiru", diz Alckmin Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22441.shtm>> Acesso em 07 jun 2014

¹⁵ “PCC desferiu maior ataque da história policial de SP”. Disponível em < <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/05/15/ult1913u50477.jhtm>> Acesso 20 jun 2015.

chamadas organizações criminosas, com o intuito de desarticulá-las. No entanto, a megarebelião de 2006 protagonizada pelo PCC evidenciou o fracasso do RDD neste sentido.

Contudo o RDD passou a desempenhar um papel na dinâmica prisional que possui efeitos práticos e simbólicos. Na esteira das mudanças apontadas por Garland em relação ao paradigma da punição, Dias aponta que o RDD é um bom exemplo de que o ideal de reabilitação foi deixado de lado e a ênfase na segregação e exclusão se consolidou em nosso país. A reabilitação não integra o objetivo do RDD e o seu sucesso foi avaliado por algumas das autoridades de acordo com as estatísticas a respeito de rebeliões, homicídios e fugas.

O RDD também tem sido questionado em relação a sua legalidade, pois as definições terminológicas para a aplicação da pena em RDD configura alta discricionariedade das autoridades envolvidas e passa por cima de direitos constitucionais.

Os efeitos simbólicos do RDD podem ser avaliados em relação às autoridades da administração penitenciária e em relação aos presos.

o RDD é um modo expressivo de lidar com os problemas de segurança, por meio do qual o Estado procura esconder suas fragilidades e sua inépcia. A resposta punitiva tem o atrativo de transmitir a ilusão de que está se fazendo algo, independentemente disso funcionar ou não. (Dias, p. 135, 2009)

Em relação aos presos o RDD serviu como lócus de legitimação de um comportamento que é respeitado entre os eles, o de ser insubmisso às regras a despeito da ameaça de uma punição mais severa, as unidades prisionais de aplicação de regimes mais severos são chamadas de “parque dos monstros” pela população carcerária.

Essa designação expressa o valor simbólico que estas unidades conferem aos presos que por elas passam, dando-lhes o *status* de “monstro”, ou seja, criminoso nato, destemido e perigoso. Nesse sentido, o RDD acaba contribuindo para a construção de figuras “míticas” no imaginário dessa população... (DIAS, p.136, 2009)

Ou seja, a criação do RDD proporciona a administração penitenciária um discurso que pode afirmar que algo foi feito em relação àqueles que eram identificados como líderes das organizações criminosas, principalmente no período

pós 2001. E no interior das unidades prisionais o RDD serviu de lócus legitimador de tais lideranças, desta forma os efeitos simbólicos do RDD são positivos para ambos os grupos.

No que diz respeito aos efeitos práticos, é possível perceber uma atualização das estratégias utilizadas tanto por parte da administração, como por parte daqueles que integram as chamadas organizações criminosas. A transferência daqueles que eram identificados como líderes fez com que o PCC achasse formas de não identificá-los mais, contudo é da dinâmica dos agrupamentos e da própria dinâmica prisional que haja lideranças e a administração penitenciária consegue reconhecê-las e negociar com elas.

Diante disso, Dias afirma que a administração penitenciária passou a diferenciar as lideranças “comuns”, aquelas que são necessárias para o cotidiano prisional acontecer, e aquelas que são entendidas como “negativas”. As lideranças “negativas” são aquelas entendidas como uma afronta ao poder público, são aquelas que fazem questão de serem reconhecidas como tais, estas lideranças são os alvos das transferências, pois assim, a ideia de controle por parte do poder público se mantem.

Na verdade, o que está implícito nesta estratégia dos diretores é um acordo tácito entre administração e lideranças da massa carcerária, a partir do qual se definem os limites do exercício do poder informal pela facção, mas sem que esse exercício do poder provoque a desmoralização da autoridade formal. Trata-se de um arranjo para permitir que as lideranças exerçam seu poder, mas de maneira menos visível, para transmitir a aparência – em especial, para quem vem de fora – de que esse poder é exercido pela administração. (DIAS, p. 137, 2009)

Desta forma, o RDD é entendido pela autora como elemento de barganha nas negociações da administração penitenciária com as lideranças de presos das unidades prisionais, como uma forma de conter o poder informal exercido pelas chamadas organizações criminosas, pelo menos de forma aparente.

No mais, a criação do GIR e o cargo de AEVP também surgem nos anos de 2001, o GIR com o objetivo de prevenir e combater as rebeliões e motins, bem como auxiliar os demais agentes nas revistas dos presos e dos presídios. E o cargo de AEVP para substituir os policiais militares que prestavam serviço para a SAP.

A nossa hipótese é de que o GIR foi elaborado visando combater as chamadas *organizações criminosas* no interior das prisões, sobretudo o Primeiro Comando da Capital (PCC), umas que a ele foi atribuído o protagonismo da mega

rebelião ocorrida em 2001. Também apontamos a criação do cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP, como parte de um aparente processo de desmilitarização das prisões. Deste modo, buscaremos no próximo capítulo verificar entre os discursos dos nossos interlocutores de que modo a criação do GIR e o cargo de AEVP podem ser compreendidos diante deste cenário de acontecimentos.

5. O Grupo de Intervenção Rápida: uma descrição a partir dos enunciados

Neste capítulo registraremos uma descrição do Grupo de Intervenção Rápida a partir dos enunciados que a ele se referem, o material aqui utilizado é resultado das conversas informais registradas no caderno de campo, das entrevistas que realizamos e transcrevemos, dos documentos e resoluções oficiais, do discurso oficial encontrado no site da SAP e presente em meios de comunicação online. Nestes meios também é possível encontrar discursos emitidos por outros atores sociais que experimentam de alguma forma a dinâmica prisional e as atividades do GIR.

O primeiro discurso a respeito do GIR que nos deparamos quando do início do projeto de pesquisa foi o do ex-diretor do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, Márcio Coutinho. Seu discurso está registrado em uma entrevista disponível no site da SAP, constituindo deste modo um discurso institucional. É nela que retiramos o seguinte trecho:

A ideia veio da necessidade de acompanhar as mudanças no perfil dos presos. Com a diminuição da faixa etária dos custodiados e a organização de facções criminosas dentro das unidades prisionais, verificou-se que os detentos ficaram mais audaciosos e problemáticos. (Márcio Coutinho, entrevista não datada).

Foi com este discurso que passamos a nos interessar pelo GIR como objeto de pesquisa, tal trecho remete a ideia de mudanças do cenário prisional paulista justificada pela mudança no perfil dos presos e pela atuação das chamadas *organizações criminosas*.

A partir de então, passamos buscar mais informações sobre o GIR, por meio de busca online, foi possível notar que o material a respeito do GIR era escasso, e quando o material era encontrado as informações contidas se repetiam. Isso pode ser entendido como uma reiteração das informações e ao mesmo se torna um problema para quem está desenvolvendo uma pesquisa sobre o tema.

Conforme já exposto no capítulo em que registramos os procedimentos metodológicos desta pesquisa, o site da SAP traz poucas informações a respeito do trabalho que o GIR realiza, ou seja, o discurso institucional, que iremos apresentar abaixo, refere-se a três documentos que encontramos no início da pesquisa,

naquela época esperávamos encontrar muitos outros, mas acabamos por saber por meio das conversas com os interlocutores que, de fato, pouco se fala em relação ao trabalho do GIR, os próprios integrantes do GIR reconhecem e questionam isso, acreditam que o trabalho deveria ser melhor divulgado para a sociedade.

Por outro lado, também há aqueles que querem falar sobre o GIR, mas não tem com isso a intenção de divulgar o trabalho desempenhado como um trabalho que é importante para a segurança da população e também para a segurança dos presos e daqueles que trabalham na prisão. Há aqueles que querem divulgar o trabalho do GIR em tom de denúncia, como é o caso da Pastoral Carcerária, da Defensoria do Estado de São Paulo e também dos presos.

Apreendemos destes diferentes materiais discursivos elementos para que se pudesse realizar uma descrição do GIR a partir destes diferentes discursos. Abaixo registraremos uma síntese das informações contidas nos documentos que encontramos no início da pesquisa, os quais veiculam um discurso institucional.

Os documentos aos quais no referimos trata-se da entrevista realizada pela assessoria da SAP com Márcio Coutinho, uma das pessoas que aparecem como idealizadoras do Grupo de Intervenção Rápida (tal entrevista não está datada, mas aparentemente foi realizada em 2005). Uma matéria sobre o GIR em um jornal de circulação interna da Secretaria de Administração Penitenciária que data de 2003 e a ficha de inscrição do GIR para concorrer ao Prêmio Mário Covas na categoria de Inovação e Gestão Pública preenchida pelo Márcio Coutinho e configura no material mais detalhado a respeito do GIR, pois o preenchimento da ficha atende uma série de categorias tais como: “problema enfrentado ou oportunidade percebida e solução adotada”, “caráter inovador”, “relevância no trabalho”, “possibilidade de multiplicação”, “cidadão e sociedade”, “promoção da transparência e do controle social”, “desenvolvimento de parcerias com outras entidades do setor público, social ou privado”, “custo-benefício”, e mais uma síntese do projeto como um todo, constando um “breve histórico”, “da finalidade”, “do pessoal”, “do treinamento”, “do equipamento”, “símbolo e uniforme” e por fim “da área de atuação”.

As informações contidas nos materiais anteriores acabam integrando este último, de forma que ele se apresenta mais completo. A descrição que faremos a respeito do GIR considera as informações contidas nos três materiais. Ou seja, a síntese de informações apresentada a seguir faz parte de um conjunto de materiais que enunciam um discurso institucional a respeito do GIR.

5.1 Apresentação do GIR: uma descrição institucional

Damos início a este retrato histórico do contexto de elaboração do GIR falando sobre o momento de transição da Cadeia Pública 13 em Sorocaba, até então sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP), para a responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária, com a criação do Centro de Detenção Provisório de Sorocaba, fazendo com que a Cadeia Pública 13 deixasse de existir.

É neste momento, em fevereiro de 2001, em que a SAP assume o CDP, que a proposta do GIR surge como projeto piloto. Segundo relato de Márcio Coutinho, responsável pela idealização do GIR, a direção do CDP percebeu entre os detentos atitudes de enfrentamento e contestação em relação aos agentes públicos. Em entrevista concedida à SAP Coutinho afirma:

A idéia veio da necessidade de acompanhar as mudanças no perfil dos presos. Com a diminuição da faixa etária dos custodiados e a organização de facções criminosas dentro das unidades prisionais, verificou-se que os detentos ficaram mais audaciosos e problemáticos. (Márcio Coutinho, entrevista não datada).

Ademais, em casos de movimentos coletivos de indisciplina, ocasiões em que a Tropa de Choque da Polícia Militar era acionada, havia demora no atendimento, pois a solicitação da presença da tropa passava por uma cadeia de comando distinta daquela da SAP.

Ou seja, a motivação para a criação do GIR é consoante aos aspectos apresentados por dados institucionais e pela bibliografia, tais como o “novo” perfil dos presos e a presença das *facções*, mas também por uma necessidade de autonomia da própria SAP em relação à resolução dos conflitos no interior das prisões.

Para que fossem garantidas medidas de prevenção e ações imediatas ao menor sinal de conflito é que o projeto piloto do GIR foi elaborado em fevereiro de 2001, no interior do CDP de Sorocaba, sob responsabilidade do diretor da época.

O grupo passa atuar no CDP de Sorocaba a partir de agosto de 2001, este meio tempo foi necessário para que as técnicas e treinamento fossem adquiridas pela parceria com outras instituições tais como a Polícia Civil, a Polícia Militar, a

IMBEL (Indústria Brasileira de Material Bélico) e também com a empresa TEES, uma empresa privada de treinamento tático para operações policiais e militares. Foi a Escola de Administração Penitenciária que permitiu que Coutinho realizasse os treinamentos de Entradas Explosivas e Táticas, Combate em Ambiente Fechado, Resgate de Reféns de Alto Risco, Gerenciamento de Crises e Negociação e Explosivos não convencionais, com o intuito de repassar a bagagem teórica conseguida para os demais agentes que viessem a compor o GIR.

E apesar de todo treinamento tático ter uma orientação militar, o GIR, segundo o idealizador, é inspirado nas brigadas de incêndio. As ações e operações do GIR visam controlar e reprimir os primeiros indícios de rebeliões e motins até que o auxílio da Tropa de Choque da Polícia Militar chegue ao local, podendo até mesmo dispensá-la, evitando que a situação saia do controle devido à demora do deslocamento da Tropa de Choque. O GIR também realiza ações cautelares, como revistas após denúncias ou mesmo inesperadas a fim de realizar apreensões de objetos e substâncias ilícitas no interior dos presídios como armas e drogas.

O projeto piloto do GIR foi elaborado sem custo algum por conta das parcerias estabelecidas, desde os treinamentos aos materiais específicos, parte do material utilizado pelo GIR veio da antiga Cadeia Pública 13, (espingardas calibre 12GA) e algumas empresas da cidade forneceram equipamentos de proteção balística, táticos, armamento, munições e insumos específicos, estas doações levaram em conta a expectativa de replicação do projeto e, portanto, um possível novo mercado para os produtores.

O GIR passa a atuar em agosto de 2001 e é composto de Agentes de Segurança Penitenciária que se voluntariam para integrar o grupo e possuem autorização do dirigente, passando pelos treinamentos necessários.

Inicialmente o Grupo de Intervenção Rápida de Sorocaba atuava no interior do CDP de Sorocaba, posteriormente sua ação se expandiu, passando a atuar em outras unidades prisionais, tendo realizado ações na antiga FEBEM, hoje chamada de Fundação Casa.

Coutinho ilustra o sucesso do GIR por meio de números: nos 17 meses em que a Secretaria de Segurança Pública esteve à frente da direção do CDP, no período de transição, houve 19 homicídios, 114 fugas e 3 rebeliões. Ele afirma que depois de fevereiro de 2001, quando o CDP fica sob o comando da SAP, e principalmente por conta do GIR, não ocorreu nenhum homicídio, fuga ou rebelião

em nove anos (de 2001 a 2009).

Depois de ter sido considerado o principal fator de manutenção da segurança e disciplina das unidades prisionais, o GIR foi ampliado em 2003 por meio da Resolução 69, que criou oficialmente oito Grupos de Intervenção Rápida no estado de São Paulo. Na conversa com um dos nossos interlocutores sabemos que hoje há nove Grupos de Intervenção Rápida no estado, GIR 1 Sorocaba, GIR 2 Itirapina (penitenciária II), GIR 3 Avaré (RDD), GIR 4 São Paulo, não sabemos ainda os dados dos demais.

A expansão do GIR não se dá apenas pela criação de novos grupos de mesmo nome, mas também pela criação da Célula de Intervenção Rápida (CIR). A CIR auxilia as ações do GIR na medida em que foi criada para atuar na unidade de origem. É um grupo menor que o GIR, composto por seis agentes, porém, sendo parte do GIR e podendo atuar junto a ele em operações maiores. O CIR é mais uma maneira de alcançar o objetivo do GIR de dar uma pronta resposta ao menor indício de conflito.

Além de o GIR oferecer uma pronta resposta ao menor indício de conflito por conta da autonomia nas decisões de resoluções de conflito interno, há outras vantagens assinaladas pelo idealizador do grupo que o diferem do trabalho executado pela Tropa de Choque da Polícia Militar. Uma delas se caracteriza por uma ação que resulta menos traumática por conta da experiência que os ASP têm no trato cotidiano com os presos. A outra, pelo fato do GIR tornar o trabalho no interior das prisões mais seguro, oferecendo maior tranquilidade para todos os funcionários presentes na unidade.

No material de inscrição para concorrer ao prêmio Mário Covas, Coutinho sugere uma imagem que seria o símbolo do grupo, embora hoje possamos achar imagens diversas e que diferem desta proposta, muito mais próximos das imagens que ilustram os grupos de elite da Polícia Militar, apresentaremos abaixo a imagem e o significado apresentado no material.

Figura 9 - Representação do GIR.



Fonte: Site do Prêmio Mário Covas

Segundo o idealizador do GIR, o raio representa a velocidade, o interior preto o sistema prisional e a borda branca com a sigla da SAP e do GIR, a administração que administra e controla.

O uso de um uniforme, assim como de um símbolo, é justificado não só pela identificação dos membros, mas também pelo sentimento de equipe. Ademais, serviria como um “salário moral” para o servidor.

O GIR além de fazer uso de equipamentos não letais também faz uso de cães em suas operações. Um dos materiais, retratando o início do GIR em 2003, afirmava que cinco cães auxiliavam nas operações do GIR, sendo que três deles pertenciam ao próprio diretor.

Até aqui apresentamos uma síntese do material institucional que encontramos, passaremos agora para a apresentação dos dados obtidos por meio das interlocuções com os atores sociais envolvidos com o tema da pesquisa, e conforme apresentado no capítulo metodológico, tais interlocuções foram orientadas pelo “tópico guia” e estão organizadas de acordo com alguns temas que consideramos importante de serem tratados.

5.2 Discursos acerca do Grupo de Intervenção Rápida

Neste momento, apresentaremos trechos das interlocuções que realizamos com aqueles que contribuíram com esta pesquisa, nos ofertando um material discursivo a respeito do Grupo de Intervenção Rápida e do cenário prisional paulista.

Abaixo, tal material está organizado de acordo com os blocos temáticos elaborados para nos auxiliar nas entrevistas e conversas que realizamos.

*

1) O primeiro bloco teve como objetivo quebrar o gelo com os interlocutores, interessando-se pela sua opção em ser Agente de Segurança Penitenciário e um pouco das impressões que eles tiveram a respeito do seu trabalho quando o iniciaram.

“Então, eu tenho um primo que é auxiliar de enfermagem na penitenciária, na P1 de Sorocaba, Mineirão. E na época eu entrei em 98, 1998, uns dois anos antes eu terminei o colegial, né? Aí, tipo assim, terminei, aí emprego como que? Aí falei, sempre pensei em ir pra área pública, funcionalismo, aí meu primo falou que ia abrir concurso para agente penitenciário, aí eu tava desempregado mesmo, falei: “ah, vou arriscar.” Aí eu entrei, mas assim, mais por falta de opção mesmo”. (Ex ASP)

“O interesse era porque tipo tinha uns conhecidos que trabalhavam na área lá, por ser um cargo público e a questão salarial na época que a média salarial era acima da iniciativa privada, foi uma das coisas que me atraiu.” (ASP, ex membro do GIR)

“Na verdade eu entrei como Agente Penitenciário simplesmente porque eu estava fazendo concurso, não fazia a menor ideia do que seria isso, eu entrei em 2003. Nesta época eu realmente não estava procurando nada, foi o primeiro concurso que eu fiz e classifiquei até bem, mas eu não estava procurando, eu não sabia o que era. Eu fui atrás de alguma coisa porque eu já estava com 20 anos e eu queria arrumar alguma coisa.” (ASP)

É possível notar que o interesse pelo cargo de Agente de Segurança Penitenciário ocorre por se tratar de um cargo público, pela situação de desemprego daqueles que decidem concorrer à vaga, em geral apresentam desconhecimento do cargo, e geralmente, quando já o conhecem é porque têm amigos ou familiares que são funcionários da SAP.

Outra característica presente nos discursos dos nossos interlocutores diz respeito a uma cisão do mundo de fora com o mundo de dentro das prisões, e uma diferença grande entre o que eles imaginavam a respeito do seu trabalho antes e depois de o iniciarem.

“O início foi bem tenso assim, primeiro dia aquele choque, é outra realidade, é outro mundo, né? Com o tempo você começa trabalhar e vai se habituando e vê que não é tão aquilo também, né? Não é uma coisa assim tão... eu comparo assim, o trabalho parece uma coisa de andar de avião, a rotina ali geralmente ela não acontece nada, é tranquilo. Mas quando acontece também é aquela coisa, né? (Ex ASP)

“Eu já sabia mais ou menos como que era, como que ia ser a rotina. Só que nunca é do jeito que você... mas eu já tinha uma noção... hoje em dia até que tem uma estrutura relativamente básica só que está muito superlotado, na época era tudo meio na base do improvisado tanto que o CDP era uma

Cadeia Pública e se transformou em um CDP foi tudo adaptado e foi adaptando com o tempo... E teve dupla jornada no começo e então isso aí tinha alguns funcionários que já eram mais velhos eram foram passando pra gente e tal porque a gente entrou lá sem tipo saber direito como fazer o trabalho. A gente tinha uma noção assim porque a gente conversava com o pessoal mais antigo como que era e tal. Mas na prática em si a gente não deu pra aprender no cursinho e depois a gente teve que aprender na prática.” (ASP – Ex membro do GIR)

“Não, imaginar a gente até procura imaginar alguma coisa, mas é uma realidade que quem não trabalha na área num tem como saber como é lá dentro, como que funciona. Com certeza há surpresa porque é muito diferente de tudo que a gente pode imaginar. É uma realidade muito complicada, você chega vê 120, 150 pessoas trancadas em um lugar, sem expectativa nenhuma, a única expectativa é ir embora, sabe? E depois voltar. Pra quem não vive ou não viveu essa realidade de estar preso quando se depara com essa realidade é de certa forma chocante. Viver trancado vendo só as paredes e o céu. Com certeza é bem diferente do que eu imaginava. Primeiro porque eu só imaginava. Em nenhum momento me lembro de ter ido procurar saber como funcionava. Sabia que era lidar com bandidos e isso sempre foi muito tranquilo pra mim. Nem mesmo me lembro de ter lido o edital pra saber as funções porque não cairia na prova. Li o estatuto pra estudar. E realmente mesmo que eu tivesse lido ou apenas perguntado por curiosidade não teriam conseguido passar a realidade de uma unidade prisional. Com certeza apenas me falariam do básico. Rotina. E uma unidade prisional é um mundo a parte. Um mundo em que se deve estar atento a tudo e nada é o que parece. (ASP)

Para aqueles que trabalhavam nas unidades prisionais de Sorocaba, foi perguntado qual era situação do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba na época de criação do GIR, como já vimos em um dos trechos acima, aos que não eram, foi perguntado um pouco da situação carcerária paulista como um todo.

Um dos aspectos que sempre aparece quando nos relatam a situação carcerária é a superlotação e o aumento da população carcerária ao longo dos anos, expondo a questão do encarceramento massivo e também a expansão do sistema carcerário.

“Á noite principalmente, você visualizava melhor, você via o pessoal dormindo no colchão no chão, é a coisa mais normal, eu nunca vi assim, por exemplo, uma cela, que você olhasse a noite e visse o pessoal todo mundo dormindo nas beliches e o chão vazio, eu nunca vi isso, sempre o chão tem gente ali, pode não estar tão lotado todo mundo esparramado ali, mas sempre tem alguém que vai estar ali deitado e tal, então lotação sempre, né?”(Ex ASP)

“O que mais me chamou a atenção foi tipo a estrutura precária do sistema, do que é pra ser feito e do como realmente é feito porque a maioria das coisas, hoje em dia até que tem uma estrutura relativamente básica só que está muito superlotado, na época era tudo meio na base do improvisado. Gradualmente foi mudando, foi melhorando a estrutura mas por outro lado foi piorando por causa da superlotação. Que quando a gente começou lá tinha 600 agora a gente chegou a 1.800. O triplo da população carcerária.” (ASP, ex- membro do GIR)

“A expansão física penitenciária, a expansão física, a expansão geográfica, você tem uma interiorização massiva, você tem uma expansão das, a construção de unidades ela vai saltar, né? Hoje temos 159 e quando do início da década de 1990 nós tínhamos, nós não tínhamos tantas prisões, é um período, é o período a partir de 90, né? Até 2006 que nós temos a explosão penitenciária, né? A explosão física, né?” (Ex assistente jurídico da Pastoral Carcerária)

Apesar de alguns interlocutores verem melhorias na estrutura do sistema carcerário brasileiro, revelando um investimento na área a expansão do sistema por meio da construção de novas unidades, não se consegue resolver o déficit do número de vagas.

2) O segundo bloco de perguntas teve por interesse o Grupo de Intervenção Rápida, o momento de sua elaboração e seu funcionamento. Pedimos aos interlocutores que relatassem a rotina e as diferenças entre o trabalho do GIR e da Polícia Militar. As perguntas relacionadas ao trabalho dos AEVP também foram inseridas neste bloco. Este bloco é de certa forma central, pois trata daqueles assuntos que compõem a hipótese da nossa pesquisa, procurando compreender o funcionamento do GIR, verificando a questão do combate às *chamadas organizações criminosas* e também a criação do cargo dos AEVP, no aparente processo de desmilitarização das unidades prisionais.

Funcionamento do GIR: recrutamento dos ASP, treinamento:

“No começo era você se que inscrevia se inscrevia assim, falava tipo, perguntavam né? Chegavam lá nos plantões, quem tem interesse em participar e tal? Daí a gente pegou, quem teve interesse deu o nome, daí a gente foi chamado pra fazer o treinamento, daí a gente fez o treinamento. Foi falado que era pra tipo, que seria um, o GIR é uma espécie de tipo, é um grupo de intervenção rápida, mas é uma espécie de, como que se fala, é tipo inspirado nestes, no GATE, intervenções, essas coisas. A gente sabia mais ou menos o que ia ser.” (ASP, ex membro do GIR)

“Outro elemento é a militarização, é um aspecto muito forte, todos os instrutores vieram da polícia militar originalmente, hoje ele não precisa mais. A escola penitenciária agora já tá criando grupos, né? Sem a polícia militar, para a formação de combate em ambiente fechado estes tipos de coisa dentro dos próprios agentes, agora aula de tiro são os próprios agentes que dão aula de tiro, mas inicialmente foi a polícia militar que deu formação e isto tem um impacto.” (Ex assistente jurídico da pastoral carcerária)

Expusemos as falas do Márcio Coutinho ao nosso entrevistado, para saber o que ele pensava sobre os motivos da criação do GIR, a resposta dele foi:

“Não, eu vejo que o GIR ele foi criado é por, o GIR o Carpie Diem, estes projetos aí, foi criado por, tipo, eles eram projetos, o Coutinho, o Coutinho na realidade ele tinha, como eu posso falar, ele tinha um, ele almejava crescer dentro do sistema e tal, ele chegou a ser cotado para ser coordenador e acho que o sonho dele era ser coordenador, ser sei lá,

coordenador da SAP, secretário ou uma coisa assim, entendeu? Ele tinha no começo, ele começou bem, só que daí o que aconteceu, eu vejo estes projetos aí como um, como eu posso falar assim, projetos pessoais dele, mas para ele mesmo se auto promover, para ele ganhar pontos, mostrar que ó, tô fazendo isso aqui, porque o Coutinho ele é muito político.” (ASP, ex membro do GIR)

Como relatado pelos documentos e pelos interlocutores o treinamento do GIR foi realizado inicialmente pela Polícia Militar e posteriormente os próprios operacionais do GIR passaram a dar o treinamento para aqueles que se inseriam ao grupo, apesar de ser um grupo formado de Agentes de Segurança Penitenciário, o treinamento do GIR é o mesmo adotado pela Polícia Militar. A nosso pedido nossos interlocutores realizaram uma avaliação das diferenças entre os dois grupos.

“a ideia era pra substituir assim, mas só que substitui até um certo ponto, entendeu? Tipo, se é uma coisa que dá pra resolver ali internamente com o grupo ali, resolve. Mas já aconteceram casos de ir o GIR e depois ter que ir a Polícia Militar intervir.” (ASP, ex membro do GIR)

“O GIR significa a retirada definitiva da Segurança Pública do controle da população penitenciária em termos de intervenção... O GIR quando entra foi justamente para retirar definitivamente da Polícia Militar este poder de intervenção. Só que o GIR ele, ele na verdade não rompeu com a lógica intervencionista, ele não, ele não foi capaz, a introdução do GIR trouxe a mesma lógica intervencionista que vem da Polícia, sabe? Ele entra violento, ele entra com violência. Eles usam bataclava, né?” (Ex assistente jurídico da Pastoral Carcerária)

Pedimos para nossos interlocutores que comentassem como era realizado o trabalho cotidiano do GIR, todos os relatos giram em torno do suporte aos ASP na realização das revistas dos presos e das celas.

“A gente vai fazer uma blitz lá e tipo o clima tá meio assim e tal aí o GIR vai dar um apoio, aí o pessoal vai fazendo a blitz e o GIR fica na contenção, fica tipo na movimentação de presos, tira o preso de um lugar passa pra outro, vai fazendo isso daí. No dia a dia é isso aí, mas tipo o GIR é na realidade, ele é mais usado pra isso do que para rebelião, para rebelião é pouquíssimos casos eles atuaram, uma das funções essenciais dele é isso aí, tipo, ah vai ter uma blitz em Itapetininga lá, aí convoca o GIR aqui para dar apoio lá, essa é a função primordial do GIR. Agora isso de falar de rebelião não sei o quê é... é a primeira tipo assim a, é como eu posso dizer? É tipo, o primeiro recurso, por exemplo, ali”. (ASP, ex membro do GIR)

“Era agente da própria unidade, quando a coisa estava mais feia mesmo que vinha agente de outras unidades, mas eles andam tudo com máscara, com capuz. Eles não mostram a cara, eles andam com máscara, capacete, estas coisas.” (Egresso Prisional)

Em relação ao uso do armamento e dos acessórios tivemos os seguintes relatos:

“Não! Tem arma não letal. Eles têm arma letal mas não entra, pelo menos eu não vi, eu sinceramente na época que eu participei, que nem a gente tem arma particular, tem alguns que tem outros não tem, isso é uma opção, se você pode ter arma particular ou não. Mas o pessoal não, pelo menos aqui, as ações que eu participei não entrava com arma letal. A não ser que um ou outro possa estar com arma particular e entrou ali no meio e ninguém percebeu, mas o procedimento não. Arma não letal. Só arma não letal... É isso aí, este lance da balaclava começou de um tempo pra cá que isso começou, antes usava mais era o capacete quem queria usar balaclava usava, eu acho que incomoda pra caramba, mas tipo o pessoal fala que usa balaclava para não reconhecer depois.

...mas então dessa época aí foi, deram tiros de bala de borracha, é que o, acho que o pessoal tá, acho que tá se apegando aquela imagem que passou um tempo atrás aí, que o fogo pegou preso que jogaram a bomba, não foi? Jogaram uma bomba na cela e pegou fogo no preso, aí foi, já teve casos também, teve um colega nosso lá que deu um tiro de bala de borracha o cara acertou no olho do cara, cegou o cara, entendeu? Tem alguns excessos, algumas coisas acontecem, né?” (ASP, ex membro do GIR).

“ah, depende do humor deles para falar a verdade, tem vez que eles entram mais mansinho, tem vez que eles entram já batendo, tem vez que eles entram colocando cachorro na sua orelha.” (Egresso prisional)

A principal diferença entre as ações do GIR e da PM orienta-se pelo fato de os membros do GIR, por estarem presentes no dia a dia da prisão, ter uma postura mais cautelosa, tanto pela experiência no trato com os presos, tanto pelo receio da reação dos presos no dia a dia.

“Assim o que eu via muito assim que o pessoal achou legal disso aí era, por exemplo, antes de ter o GIR era a Tropa de Choque que entrava, né? A Tropa de Choque da Polícia Militar, né? Então eles entravam, as vezes eles entravam, já vi vários casos, por exemplo, os caras entram e vão revirando tudo tal e tipo assim, o preso tem TV na cela, né? Aí chegava e quebrava a TV, sabe? Chegava e fazia aquelas coisas, quebrava tudo lá dentro assim sabe, porque assim eles vão entrar, vão quebrar tudo e vão embora, né? Aí sobrava pra quem? Pros coitados dos agentes. Então, eu acho que assim, quando criou o GIR, né? Como é grupo composto por agentes que já trabalharam ali dentro, já sabe como é o dia a dia, acho que a coisa ficou mais profissional, né? A coisa ficou mais assim, é... pro agentes trabalhar ficou mais seguro até, né? Porque eles estão ali eles também sabem que quem vai ficar não poder forçar a barra ali também porque depois quem vai pagar são os agentes que vão ter que aguentar depois a consequência ali...” (Ex ASP)

“eu acho que a diferença é que a Polícia Militar eu acho ela mais, a Polícia Militar quando ela intervém ela já é mais uma intervenção tipo, ela é o último recurso. É o último recurso e o que eu vejo, a Polícia Militar, que ela faz muito nas intervenções dela o quê: eles vão lá, chegam lá, quebram tudo, quebram tudo o que tem que quebrar e tipo assim “eu não vou voltar aqui mesmo, então foda-se” entendeu? Eles tacam o foda-se, quebram tudo, zoam tudo e vão embora, largam ali depois pra nós.” (ASP, ex membro do GIR)

Mas ao perguntar a um egresso prisional se ele já tinha passado por uma situação com a Polícia Militar, ele foi enfático ao responder.

“Não a PM só entra para fazer escolta, né? Só entra até a porta da cadeia para fazer escolta em bando. Não, a PM não entra”. (Egresso Prisional)

A criação do GIR é entendida, no ponto de vista de um dos nossos interlocutores como a “grande sacada” da administração penitenciária.

“Na minha opinião o GIR foi a grande sacada da administração penitenciária. Primeiro, pra retirar a polícia definitivamente porque quando a Polícia Militar entrava, era muito claro a mensagem, a administração penitenciária perdia o poder. Entrou acaba com o poder, é suspenso o poder do direito e eles fazem o que quiserem lá dentro com a saída da Polícia Militar você tem a administração penitenciária retoma o poder, retoma não, assume o poder que ela nunca teve, ela passa a ter um poder real, com a instituição do GIR ela passa ter um poder real de intervenção sobre crise, né? Ela tem uma inteligência só pra isto porque a Polícia Militar faz tudo e a questão penitenciária é só mais um lugar de intervenção, então agora você tem a oportunidade de ter um grupo especial, especializado só em crise penitenciária o problema é que este grupo não se especializou em mediação de crise, em contenção de crise de forma dialogal, este grupo é, este grupo aprendeu com a polícia, este grupo foi educado pela polícia.” (Ex assistente jurídico da Pastoral Carcerária)

Anotação do caderno de campo, comentário de um Defensor Público sobre o GIR:

“Disse que de fato o GIR é uma máquina de tortura, que entre presos e administração há uma relação simbiótica, onde o GIR acaba como atuando como uma forma de reestabelecer a força da administração quando há um desequilíbrio, afirmando que o GIR é uma moeda de troca, como o RDD já foi. Ele contou que agora no RDD não tem mais liderança de organização nenhuma, que a maioria dos presos que estão lá são presos com doença mental. A defensoria tem conseguido fazer uma ação de inspeção pós a entrada do GIR em algumas unidades e é comum ouvir dizer que se os Direitos Humanos vem não tem porrada.” (Caderno de Campo)

Em relação à criação do cargo dos AEVP, as avaliações feitas por parte dos ASP são positivas, ainda que inicialmente eles tivessem ficados receosos, por conta da falta de armamento e do despreparo que eles poderiam apresentar em algumas situações. Também obtivemos algumas afirmações a respeito do motivo da criação deste cargo.

Ah, o motivo, todo mundo até brincava na época, na época os agentes até fizeram uma vista grossa e no fim viram que era uma coisa equivocada, né? Todo mundo, tipo o Sindicato falou tipo assim, o governo tá querendo cortar gastos, né? Então... porque foi um cargo, é um cargo novo, o salário por exemplo, é bem mais baixo do que o salário de um policial militar e iam

colocar a PM pra fazer o serviço dela mesmo que é na rua, né? O Sindicato falava isso, um monte de gente começou a criticar, vão colocar um pessoal que nunca trocou tiro com bandido para fazer a segurança penitenciária? Você vai fazer um resgate alguma coisa o que pode acontecer? Só que no fim isto não aconteceu muito pelo contrário, este pessoal, ele deu muito, a época que eu trabalhei lá eu vi que eles davam muito mais apoio pros agentes internos, os agentes penitenciários mesmo do que a PM... A meu ver foi muito bom essa mudança de colocar estes AEVP... Como agente penitenciário foi melhor, acho que isso aí difícil criticar hoje em dia porque eles estão tudo ali interado.” (Ex ASP)

Também foi possível, por meio das entrevistas, diferenciar a atuação dos AEVP em relação a PM, que anteriormente fazia o serviço nas guaritas e muralhas das prisões.

“A Polícia Militar quando ela fazia segurança nas muralhas, eles tipo só mandavam os problemáticos para lá, só os caras que tinham problema na rua, jamais o cara pegava e falava “eu quero ir trabalhar na muralha”, os caras não querem, entendeu? Aí os caras fazia alguma coisa, alguma cagada e eles mandavam eles pra lá, daí estes caras iam trabalhar lá, iam trabalhar lá de má vontade, eles faziam o serviço, entendeu? Do jeito que eles iam lá pra tirar estas (12 horas?) porque pra eles aquilo lá era um castigo, pros AEVP não, os AEVP já não tem esta cultura da Polícia Militar, ele não trabalhou na rua, ele começou a trabalhar ali, e além do mais ele é subordinado ao diretor da unidade. Agora, quando era a PM era diferente porque tipo você, o cara ficava fazendo corpo mole, as vezes era pra ficar quatro ficava um, e este cara ainda ficava assistindo televisão as vezes de costa, não estava nem aí, não estava nem vendo, era tipo, os caras eram relaxados, agora os AEVP não. Os AEVP quanto isso aí eles são... Agora, a Polícia Militar acontecia o quê? Você tinha que, comunicava o comando daí o comando o que ele fazia? Tirava de um lugar, tirava de lá mandava pra cá, tirava o de cá mandava pra lá, invertia. E continuava, a (merda?) era a mesma, não mudava nada. Então porque ele, eles tipo, pra eles era um castigo. Agora pro AEVP não, eles começaram ali, aquele já era o ambiente deles além disso eles são subordinados ao diretor da unidade se eles não seguirem as normas eles vão responder processo administrativo pode ser até demitido.” (ASP, ex-membro do GIR)

Este mesmo interlocutor apontou motivo semelhante ao primeiro para a criação do cargo, o de liberar o efetivo da Polícia Militar para realizar seu trabalho nas ruas e também pelo desejo do governo criar dividendos eleitorais.

3) No terceiro bloco as perguntas tiveram um caráter mais improvisado. A partir do que já nos tinha sido relatado pelos interlocutores retomamos os pontos de interesses pré estabelecidos: a ocorrência das rebeliões, os conflitos e negociações entre agentes estatais e presos com ênfase nas dinâmicas estabelecidas pelas chamadas *organizações criminosas*.

Sobre o PPC:

Perguntamos aos nossos interlocutores quais *organizações criminosas* eles conheciam, todos eles, relatam mais de três e quando perguntados qual delas eles consideram mais organizada ou mais forte, todos eles apontam o PCC, uma das coisas que chamou nossa atenção foi o fato deles relatarem que as autoridades públicas negavam a existência das chamadas *organizações criminosas* até mesmo para eles que estavam inseridos neste cotidiano.

“Tem muitas facções só que o PCC ele dominou, é raro você achar um outro aí que não seja do PCC... O Ferreira Pinto, o Ferreira Pinto que foi Secretário, agora tá o Alexandre Moraes, antes era o Fernando Grella, aí era o Ferreira Pinto, o Ferreira Pinto caiu porque ele negava só que tava na cara de todo mundo, ele negava o óbvio, entendeu? Falava que o PCC se resumia a grupo de quarenta presos, mas é mentira, isso aí é tudo um marketing eleitoral, tanto que é o resgate do Marcola que teve uma época não sei se você lembra que ficou os caras no meio do mato, aquilo ali foi pra colher dividendo eleitoral também, porque aquilo ali é tudo historinha, conversa pra boi dormir.” (ASP, ex membro do GIR)

“Sem dúvida é esse PCC, pelo que falam pelo menos, é ele que, se bem que eu não sei se ainda está tão forte assim, mas... pelo menos é o que mais falam, né? Desse PCC... o Sindicato sempre estava batendo nesta coisa que estavam se formando grupo, o grupo está se fortalecendo, a facção está crescendo nas penitenciárias e tal e este Secretário falou que era paranoia de ASP, de Agente Penitenciário, que esta coisa de falar que é o PCC tal, que o PCC não existe, que é paranoia de ASP, este o próprio pessoal do Sindicato falou, aí passado uns anos aconteceu aquilo de 2006, né? Aí eles começaram a ver...” (Ex ASP)

Sobre conflitos e acordos: momentos de crise e mecanismos de controle da administração penitenciária.

Nesta parte do texto registraremos os relatos dos conflitos e algumas maneiras que são apresentadas para solucioná-los. Vemos que os conflitos expostos são de diversas ordens, tanto entre presos, entre agentes penitenciários e presos e também entre as chamadas *organizações criminosas* e demais agentes de segurança pública. Tematizamos a partir das entrevistas a ocorrência das rebeliões, as transferências e a relação entre os próprios presos.

“A administração penitenciária ela, ela, as reformas estão pautadas por crises, né? A instituição do GIR, a criação da administração da Secretaria da Administração Penitenciária, que mais? Tem outros, tem outras reformas que surgem, que surgem no pós crise, no pós, em torno de eventos críticos, né. Em torno de que fazem a, que disparam estas reformas só que não necessariamente estas reformas estão voltadas a eficiência da administração penitenciária, então elas não são eficientes, elas são na verdade respostas à crises pra buscar legitimidade social, sabe? 2001 foi a

janela de oportunidade pra dois mecanismos de controle fundamentais o RDD e o GIR” (Ex assistente jurídico da Pastoral Carcerária)

Sobre as rebeliões:

Na época da Mega Rebelião de 2006, um dos nossos interlocutores estava trabalhando numa unidade prisional e relata os acontecimentos.

“É assim, era um domingo eu nem tinha assistido tv, nem sabia que tinha acontecido nada, nem sabia o que tava... E eu trabalhava a noite, aí eu cheguei, eu entrava as dezoito, cheguei na penitenciária e eu vi que tava chegando a Tropa de Choque, na época... não tinha refém, não tinha agente nenhum de refém, só que eles não queriam é, teve a visita durante o dia, acho que a visita foi embora tal e eles não queriam entrar pra cela pra trancar, eles começaram a quebrar tudo, o banco lá, quebraram tudo lá, num sei se eles tacaram fogo em colchão também, aí na hora que eu chegue a Tropa de Choque tava entrando, aí você ouve aquele barulho de bomba que eles lançam, aquela coisa aí entraram tudo e acabou, não foi nada assim sério, né? E nesta época que começou estes ataques na rua assim e tal, eu tava no semi aberto, eu num trabalhava no fechado, eu tava no semi aberto, eu trabalhava a noite, aí teve um dia que a gente tava no plantão, a gente escutou tiro, né? A gente saiu na frente eles tinham dado tiro na frente, na portaria da penitenciária, na realidade é, tinha a penitenciária do lado tinha um batalhão da PM né? Eles passaram atirando, acho que acertou mais do lado da Polícia Militar que tinha a base antes lá. Aí foi uma coisa que a gente ficou bem assustado.” (Ex ASP)

No trecho abaixo podemos observar a percepção de um dos agentes estatais a respeito da nova dinâmica do *mundo do crime* ordenada pela atuação do PCC, chamamos atenção para a questão da queda do número de homicídios nas ruas e nas prisões, assim como a despeito da superlotação a ausência das rebeliões.

“Não sei se já falaram isso pra você, mas a gente sabe que em grande parte isso aí, a baixa quantidade de homicídio no presídio até mesmo na rua que caiu aqui em São Paulo é devido as facções porque o PCC na cadeia ele proíbe o crack, porque se tipo o cara fuma uma pedra lá ele não respeita o comando de ninguém. Jamais o preso vai fazer alguma coisa sem ordem, se ele fizer ele é excluído ou até morto, isso aí colocou ordem na, a partir do momento que o PCC começou a crescer nas unidades prisionais, começou a ganhar força e dentro e fora pode notar os índices do homicídio começou a cair tanto dentro dos presídios como na rua. Começou a cair. Então, pra fugir também, o cara não pode falar “ah, vou fugir”, se ele fugir sem ordem ele vai tipo numa gíria da cadeia tipo ele vai tipo arrastar os demais, vai arrastar a facção aí ele vai responder, ele vai ser julgado por isso aí e isso também é, tudo foi, várias coisas que surgiram ao mesmo tempo né? Que é o que chegou ao ponto que tá porque o sistema penitenciário aqui de São Paulo, ele tivesse com esta população carcerária que tá com esta quantidade de vaga que tem nos anos 2000 era, falar pra você, rebelião todo final de semana. Só não tem rebelião por causa do PCC, o PCC segura.” (ASP, ex membro do GIR)

Retomamos a fala do nosso interlocutor para perguntarmos novamente a respeito do fato de “*Só não tem rebelião por causa do PCC, o PCC segura*”, nos foi exposto que só não acontecem rebeliões por conta de acordos das *facções* com o governo.

“Facções e acordo do governo. Acordo do governo com estas facções. Acordo do governo assim, eu não acho é um acordo velado, mas é um acordo meio que, um respeito, o governo deixa eles na deles e o... entendeu? Tanto é que isso aí se você for ver é, fica comprovado que o governo jamais transferiu alguém daqui da penitenciária aqui de São Paulo que seja da cúpula do PCC. Transfere os hierarquicamente baixo lá, tipo pega os caras pra cristo, eles não transferem os caras pros presídios federais, por quê? Porque tem medo da ameaça do PCC de quebra todas as cadeia. Sempre teve isso aí. Sempre teve esse equilíbrio aí, mas eu acho que, eu acho que o governo, tipo faz uns acordos, faz umas coisas assim que não chega na mídia. Neste tempo que eu trabalho aí falar pra você que o GIR entrou em uma rebelião lá e acabou com a rebelião, não. Foi mais tipo, na base do, foram os próprios funcionários negociando pra rebelião acabar.” (ASP, ex membro do GIR)

Transferências

Em relação ao tema das transferências dos presos, alguns trechos elucidam estas movimentações como um recurso da administração penitenciária para a resolução de alguns conflitos. Um dos interlocutores comenta que em uma determinada época havia muitos presos sendo mortos, principalmente no período noturno:

“Era uma população carcerária que eram tipo tudo do PCC, então o que aconteceu, eles estavam muito organizados ali tipo, era uma coisa assim que a qualquer hora podia dar uma rebelião acontecer alguma coisa que eles estavam muito assim, fechado entre eles. Isto foi em 2006/2007 mais ou menos próximo a época daqueles ataques lá. Aí o que aconteceu, o diretor lá, eles conseguiram fazer um esquema lá pra transferir todo mundo, ele esvaziou. Eu sei que esvaziou um dia aí ficou um ou dois dias fechado sem nenhum preso aí vieram outros presos que eram de tipo assim era o pessoal do seguro, por exemplo, este pessoal que não pode ir em qualquer local assim, tal. (Ex ASP)

Além disso, no começo do ano de 2014, ainda no início desta pesquisa foi noticiado que o Márcio Coutinho, até então Diretor do CDP de Sorocaba tinha sido afastado do cargo pois ele estava sendo investigado pelo GAECO por conta “de denúncias feitas a policiais de que a direção do presídio estaria recebendo propina

para facilitar a transferência de presos, a entrada de familiares e drogas na instituição” (Jornal G1)¹⁶. Este mesmo interlocutor a este respeito.

“Pelo que eu vi no noticiário que passou aí na TV aí foi que ele tava, como que fala, ele tinha um esquema de transferência de presos, sabe? Tipo, preso, família, local dele é lá do outro lado do estado e aí tinha negociata para transferir o presos algumas coisas assim, isso é o que eu vi no noticiário.” (Ex ASP)

Como os ASP ficavam sabendo dos conflitos que iam acontecer entre os presos, ou da presença de drogas e celulares:

Geralmente assim, em penitenciária assim eles sempre tem os presos que avisam se tá tendo algum movimento é um daqueles caras que são, geralmente é um cara que trabalha na cozinha ou tem alguma faxina, um cara que tem mais contato com os agentes ali e tem o interesse dele também de permanecer ali, assim, né?

Então geralmente, quando estava para acontecer alguma coisa, as vezes já ia cartinha, na época que eu trabalhava tinha um caixinha que eles colocavam alguma coisa pra, pedindo atendimento médico, dentista, e as vezes eles colocavam uma coisinha, tá acontecendo alguma coisa. Ou então as vezes já chegava e falava, chamavam, geralmente o chefe do plantão ele tem uma certa, assim, conversa com os presos que fazem a faxina, né? Que tem o contato, né? Então eles já, já dão, avisam meio assim, tá meio tenso o pátio por exemplo, assim, vai acontecer alguma coisa, então todo mundo já ficava meio apreensivo. (Ex ASP)

“Não, não tem nada de boato, não. Tem uns presos que entrega mesmo, entendeu? Não tem nada de boato, tem uns passarinhos do diretor.” (Egresso prisional)

Seguro

Segundo Dias (2011), o seguro trata-se das celas que ficam separadas das demais celas das unidades prisionais, tais celas são ocupadas por presos que se sentem de alguma forma ameaçada pelos demais. Conversando sobre os conflitos entre as facções um dos interlocutores relatou que:

“Já aconteceu de no próprio seguro um cara matar outro por desavença no seguro, então os cara falam tem que pegar o cara e colocar no seguro do seguro. É complicado.” (Ex Asp)

Apesar da extremidade do caso, podemos notar que o seguro é uma forma de evitar consequências trágicas para conflitos que estão dados no espaço prisional.

¹⁶ Direto de CDP de Sorocaba é afastado pela SAP. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/04/diretor-do-cdp-de-sorocaba-e-afastado-da-unidade-pela-sap.html>> Acesso em Abril, 2014

Para entender a lógica do seguro e da relação dos ASP e dos ASP membros do GIR expomos a fala de um dos nossos interlocutores:

“Por exemplo, o pessoal do GIR, o pessoal do GIR tipo assim, ajuda? Ajuda, na contenção e tal, mas o pessoal assim, na maioria dos funcionários não querem fazer parte do GIR, a maioria, não querem. Não querem e tipo o pessoal do GIR eles se acham tipo, tipo os fodão, né? Só que são um bando de comédia. A maioria, a maioria dos funcionários do GIR, são funcionários que trabalham dentro da cadeia, aí para não trabalhar dentro da cadeia vai para o GIR, entendeu? Aí os ASP que trabalham dentro da cadeia tiram os caras como seguro, fala que os cara são segurão, fala que os cara tem medo. Daí entra lá porque entra com a tropa, tá com um monte de gente, mas tem medo de entrar lá, entendeu? Aí ele acaba indo pro GIR, e os cara são tirado como seguro, mas os caras não admitem isso aí, eles falam que não que pá, desconversam.” (ASP, ex membro do GIR)

Outra coisa que nos chamou bastante atenção foi o fato de um dos interlocutores analisar as ações do PCC de antigamente e de hoje apontando perdas e ganhos destas ações. Esta fala chama nossa atenção por expor de que maneira o conflito entre as chamadas organizações criminosas e as forças de segurança pública vem se relacionando, e também seu receio por conta do cargo que ocupa.

“Só que hoje em dia o PCC ele não faz mais aquele tipo de ações e eu acho que ele não vai voltar fazer mais aquele enfrentamento contra o estado. Por quê? Eles tem mais a perder do que a ganhar, o PCC tomou muito prejuízo naquela época pelo fato de perder o tipo, paralisou o tráfico de droga, tomou muito prejuízo naquela época. E eu acho que dificilmente nós vamos ver acontecer alguma coisa neste sentido. Agora, hoje em dia, o que está acontecendo com o PCC é os ataques do PCC são fragmentados, por exemplo, o Policial Militar em dia de folga, daí vem o governo e dá impressão que tem até um certo acordo, que vem o governo e fala que foi latrocínio, e não é! Você vê que não é latrocínio, é execução, o governo fala que é latrocínio, o agente é executado, falam que é latrocínio, entendeu? Sempre está havendo isso aí, porque para a população fica a impressão de uma guerra entre polícia e ladrão, mas não é aquilo lá, envolve toda a população isso aí também. Só que no jornal é muito mais fácil os caras falarem que foi latrocínio, tem uma certa orientação para passar isso para a população, para não dar alarme. É mais fácil para o governo, e eu acho que o PCC, que acontece é que eu acho que ele vai se focar mais neste tipo de ações. Pegar o, ações fragmentadas assim, lógico, tem uma coisa ou outra ali, as vezes os caras vão lá atacam a base da PM, mas eu acho que isso aí já é mais é caso assim de tipo, que nem acontece nas favelas de São Paulo que a Polícia vai lá, mata um vagabundo daí os próprios membros do PCC mandam a molecada ir lá atacar fogo em ônibus, mas aí é em áreas, em regiões. Você vê que não é uma coisa no estado inteiro. Porque eu acho que se o PCC fizer um levante contra o estado que nem eles fizeram em 2006 eles vão ter muito mais a perder porque isso aí já tiveram, já conseguiram umas mudanças, mas eu acho que eles tem mais a perder do que a ganhar fazendo isso, daí eu acho que eles não vão, dificilmente a gente vai ver mais alguma coisa assim. O que eu acho um absurdo é o que, é tipo, a pessoa que nem aqueles ataques lá, a pessoa, por exemplo, o policial militar ou um agente ser morto em função da profissão e isso aí não ser qualificado como terrorismo, isso aí é terrorismo que é um ataque contra

o estado, não é um ataque contra o cidadão, o José ou o João. Não é pessoal isso aí é para atacar o estado só que... é um ataque a instituição, ao estado." (ASP, ex membro do GIR)

Destacamos também a noção de guerra entre a polícia e o ladrão, que de alguma forma, mascara o papel dos governantes na dinâmica destas relações.

Os materiais de pesquisa acima tiveram por objetivo apresentar as várias percepções que pudemos apreender a respeito da inserção do GIR em um contexto do cenário prisional paulista que possui características e especificidades particulares a ele e que são resultado e resultam especialmente num quadro de encarceramento massivo em São Paulo.

Os diversos temas avaliados na análise dos materiais e também nas transcrições das entrevistas nos auxiliam a compreender a dinâmica complexa do sistema prisional composta por uma rede de relações e interesses que atingem diversas esferas. Todas elas impactam os modos pelas quais a administração penitenciária realiza a gestão da população carcerária.

Pudemos perceber que diferenças institucionais, disputas eleitorais, realidades locais, a relação entre os presos e a relação dos presos com a administração são fatores que interferem de forma muito complexa e variante naquilo que tentamos compreender aqui, o papel do GIR na gestão intramuros do encarceramento em massa no Estado de São Paulo, porém já é possível realizar alguns apontamentos.

Compreender, com as devidas limitações, as características gerais e o que elas implicam, nos permitem fazer algumas afirmações a respeito daquilo que nos propusemos a compreender e analisar por meio dos registros que fizemos aqui desde o primeiro momento. Deste modo, registraremos então tudo aquilo que nos sentimos confortáveis de afirmar a partir do que foi apresentado e justamente por conta da complexidade do cenário paulista, consideramos a importância da continuidade dos estudos realizados na área e principalmente da troca de material entre os pesquisadores, já que cada um de nós têm entradas e acessos distintos no campo e também interesses particulares, mas que se complementam diante da compreensão de um quadro mais geral a partir dos elementos que compõem a dinâmica prisional paulista.

6. Considerações Finais

Diante de tudo que foi apresentado neste documento, passaremos agora a registrar as considerações finais, apresentando tudo aquilo que podemos afirmar em relação que nos propusemos analisar e compreender. Tal registro se fará de acordo com os objetivos que foram indicados para a realização desta pesquisa, sua hipótese e seu desenvolvimento.

A discussão que realizamos sobre o conceito de encarceramento em massa, nos permitiu inserir o cenário prisional paulista numa discussão que vem sendo realizada de modo mais global, através dela pudemos perceber que o cenário prisional brasileiro e o cenário prisional paulista atendem a uma tendência internacional da justiça criminal. Estes cenários reservam características próprias nos âmbitos políticos, culturais e judiciais dos quais fazem parte, isto é, a discussão em larga escala a respeito do encarceramento massivo presente tanto em Garland como em Wacquant, e que são bem compreendidos pelas autoras que descrevem tais aspectos a nível local, como Eda Góes e Teresa Caldeira.

Tal discussão evidenciou a importância de se utilizar categorias e conceitos analíticos de forma a buscar na realidade empírica evidências que possam sustentá-los, ou mesmo usá-los como inspiração de uma forma de análise que deve ser atualizada de acordo com as características próprias do objeto estudado, assim como também podemos descartá-lo de forma crítica. No caso aqui, os conceitos elaborados por Garland e por Wacquant nos serviram de inspiração para a investigação das particularidades do cenário prisional paulista.

Dando sequência, e nos aproximando cada vez mais do cenário específico em que o GIR se insere, na dinâmica prisional paulista, conseguimos com o auxílio de dados institucionais, da bibliografia especializada e das narrativas dos interlocutores de pesquisa qualificar melhor o cenário, trazendo uma descrição de cada uma das características e especificidades deste cenário com o objetivo de apresentar os elementos que interferem em sua dinâmica, permitindo desta forma que pudéssemos compreendê-la.

O encarceramento massivo observado no estado de São Paulo pode ser entendido na chave dos dois autores que foram discutidos no capítulo acerca de tal conceito, isso porque há evidências de que o aumento da população carcerária é caracterizado por um perfil social específico (homens, jovens, negros de baixa

escolaridade) e por tipos de crimes específicos (crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecentes). Assim como a atuação de alguns agentes criminais, no caso a Polícia Militar atua no sentido de contribuir com a seletividade racial e etária que resulta no perfil da população carcerária.

Com o registro dos diferentes enunciados sobre o Grupo de Intervenção Rápida, resultado das entrevistas e conversas informais, assim como das buscas por documentos e resoluções por meio de ferramenta de busca online, conseguimos tratar das dinâmicas e do funcionamento do GIR de forma mais pormenorizada, com descrições daqueles que de perto e dentro sua dinâmica. Conseguimos compreender as diferenças entre o trabalho do Grupo de Intervenção Rápida e o da Tropa de Choque da Polícia Militar, assim como compreendemos suas semelhanças, assim como foi possível compreender a criação do cargo de AEVP.

Apesar de não podermos afirmar que conseguimos apresentar tudo aquilo se pode saber e compreender a respeito do contexto de elaboração e da dinâmica de funcionamento do GIR sabemos que trouxemos materiais que nos auxiliaram a descrever tanto o contexto de elaboração do GIR, de acordo com a apresentação que fizemos do cenário prisional paulista como sua dinâmica, de acordo com as interlocuções apresentadas na parte em que nos dedicamos a apresentá-lo mais detidamente por meio dos materiais recolhidos durante a pesquisa conforme descrito nos procedimentos metodológicos.

Em relação a nossa hipótese de pesquisa podemos afirmar que apesar da criação do GIR ter por objetivo o combate a rebeliões e motins, e da ocorrência da primeira mega rebelião em 2001 ter tipo o protagonismo atribuído ao PCC, a criação do GIR pouco foi relacionada ao combate direto das *chamadas organizações criminosas*.

Também não podemos afirmar que a sua criação, junto à criação dos AEVP fazem parte de um processo de desmilitarização das prisões, já que como vimos, o treinamento dado aos operacionais do GIR foi realizado por policiais militares e os cursos realizados são similares aos cursos realizados pela Polícia Militar. Hoje em dia sabemos que os operacionais do GIR são treinados por membros mais antigos.

A principal diferença atribuída aos operacionais do GIR em relação aos policiais militares está na cautela por parte dos operacionais, pois eles também são ASP e entendem e compreendem melhor o dia a dia no interior da prisão. Os AEVP

também são entendidos como mais colaborativos, tanto por estarem ali no dia a dia, tanto por se submeterem à direção da SAP.

Podemos afirmar que a criação do GIR assim como a criação do cargo de AEVP possibilitam à SAP uma maior autonomia na administração cotidiana da prisão.

O GIR também foi apresentado por nossos interlocutores como um instrumento de negociação em tempos de conflito, assim como o RDD também foi apresentado por Dias.

O que se pode perceber com o registro das estratégias de administração dos conflitos intramuros, como as Comissões de Solidariedade durante a gestão de Franco Montoro, a criação da SAP, a interiorização das unidades prisionais com o recurso das transferências, o RDD e também o GIR é que, de acordo com as configurações do cenário prisional paulista, nós pudemos identificar novos arranjos políticos, institucionais e judiciais que contribuem com administração do encarceramento massivo do estado de São Paulo, e que vem aos poucos concedendo à SAP maior autonomia.

Com a criação do GIR é deixado de lado uma série de burocracias e também de prestação de contas por parte da SAP, ou seja, o GIR pode ser compreendido dentro desta lógica de autonomização da SAP como mais um arranjo que contribui com a administração dos conflitos intramuros, utilizando o também como instrumento para as negociações, com a ameaça de suas atividades diante do comportamento dos presos.

Gostaríamos de ressaltar, por fim, a discussão apresentada no capítulo metodológico, a respeito do acesso ao campo, dos pedidos de autorização e dos decretos de sigilo impostos sobre os registros da gestão na área da segurança pública e do sistema prisional paulista. A dificuldade de acesso, a má qualidade dos dados institucionais e a pouca disponibilidade de informações a respeito do GIR, seguem uma lógica de falta de transparência e ausência de prestação de contas destes setores públicos para com a população de forma que as realidades apresentadas são aquelas feitas de modo sensacionalista e que retiram de cena os pesquisadores e as possibilidades de pesquisa.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estud. av.*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, Dec. SALLA, F. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. In: *Revista de Brasileira de Segurança Pública*, Ed. 1 Ano 1, 2007.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, Brasil, v. 25, n. 1, p. 61-82, jun. 2013. ISSN 1809-4554.

BARROS, Rodolfo. Os diferentes sentidos do termo mass incarceration e uma breve análise sobre a assimilação da expressão no debate sobre o sistema prisional no Brasil. *38º Encontro Anual da ANPOCS*, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar na pós modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. BELIVAQUA, Ciméa. Etnografia do estado: algumas questões metodológicas e éticas. Fórum de Pesquisa nº 03, "Antropologia do Estado", da IV Reunião de Antropologia do Mercosul.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome, 2010.

_____; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois "comandos" prisionais. *Lua Nova*, São Paulo, nº 79, 2010, p. 39-70.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CONSELHO Nacional de Justiça. *Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil*. Brasília/DF, junho de 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf> Acesso em: 27 abril 2015.

DIAS, Camila. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (pcc) no sistema carcerário paulista*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

_____; Camila. (2009), "Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (rdd) na dinâmica prisional". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3 (5): 128-144, ago./set.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp / CEM, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 / Michel Foucault ; tradução Laura Fraga de

Almeida Sampaio. – 22. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012. – (Leituras filosóficas)

_____, *Vigiar e Punir: Histórico da violência nas prisões*. São Paulo: Vozes, 1987.

GARLAND, David. *A cultura do controle. Crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.

GÓES, Eda. Transição Política e Cotidiano Penitenciário. In: *História*. São Paulo, 23, 2004.

HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO Felipe A. L de. *As prisões de São Paulo: Estado e mundo do crime na gestão da “reintegração social”*. São Paulo: Alameda, 2014.

SECRETARIA Geral da Presidência da República. Brasília *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/arquivos/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil#.VWSt709Viko>> Acesso em: 26 de junho de 2015.

SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012. 290 pp.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 83-106, Junho. 2013.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea*. ISSN: 2236-532X v. 5, n. 1 p. 119-141 Jan.–Jun. 2015

Site da Secretaria de Administração Penitenciária. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte, Argvmentvm: 2010.

WACQUANT, Lïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, no.80, Mar. 2008.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Apêndice

Tópico Guia

Quebrando o Gelo

Quando se tornou um AP ou AEVP, o que levou a buscar esta profissão?

Já tinha ideia de como seria sua rotina de trabalho?

O que mais chamou atenção no início da profissão?

Como você percebia a situação do CDP na época?

Algum acontecimento causou desconforto?

Sobre o GIR

Você compõe o GIR?

Pra que serve o GIR?

Quais são os momentos em que o grupo age?

No dia a dia como é a rotina do GIR?

Quando há enfrentamentos de que maneira ele é realizada?

Qual a importância do trabalho do GIR?

Antes do GIR, os enfrentamentos eram feitos por quem? Como eram feitos?

Quais as diferenças?

E a substituição dos Policiais Militares das muralhas pelos AEVP como você avalia?

Sobre os acontecimentos

Você já tinha conhecimento de acontecimentos como o Massacre do Carandiru, 1ª Mega Rebelião, 2ª Mega Rebelião?

Como isto impactou dentro do local de trabalho, quais orientações e explicações vocês receberam em relação a estes acontecimentos?

Como isto comprometeu o dia a dia? Em relação a 2ª Mega Rebelião como isto foi enfrentado pelos Agentes que Participam do GIR, devido a que se atribui estes eventos?

Como você descreve o perfil dos presos?

Há *organizações criminosas*, como vocês lidam com isto?

Novas questões:

Qual a relação entre os ASP membros do GIR e os que não são membros?

Como é a gestão de uma cadeia tomada pelo PCC e uma cadeia neutra?